



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ADAPTAÇÃO DA EQUITAÇÃO NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA À REALIDADE EQUESTRE NACIONAL

AUTOR: Aspirante de GNR/Cav Bruno Victorino

ORIENTADOR: Major de GNR/Cav Pedro Moleirinho

LISBOA, JULHO DE 2011



ACADEMIA MILITAR

Mestrado em Ciências Militares – Especialidade Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

ADAPTAÇÃO DA EQUITAÇÃO NA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA À REALIDADE EQUESTRE NACIONAL

AUTOR: Aspirante de GNR/Cav Bruno Victorino

ORIENTADOR: Major de GNR/Cav Pedro Moleirinho

LISBOA, JULHO DE 2011

DEDICATÓRIA

Ao meu Pai
Sem ele não estaria onde estou, nem teria a
ambição que tenho

AGRADECIMENTOS

Temendo ser injusto, olvidando-me de alguém, não quero deixar de prestar a minha homenagem a todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao meu orientador, Major de Cavalaria Pedro Moleirinho, que, não obstante das suas funções, sempre se disponibilizou a guiar-me por toda a complexidade da elaboração do trabalho, com dispêndio de horas fora do serviço, e mesmo quando em diligência noutra Continente.

A todos os militares e funcionários civis da USHE, do CARI, do CMEFD e da Academia Militar, nas pessoas do Tenente-Coronel Costa Santos, Capitão Tomé, Capitão Bispo, Major Luís Machado, Major Mataloto e Major Pedro Carvalho, pelos contributos dados, tanto a nível de base documental, como no vislumbrar dos melhores caminhos a seguir, prescindindo do seu tempo e constituindo-se como ajuda preciosa.

Ao Director da ENE, Coronel Teles Grilo, não só pela cedência da sua entrevista, mas pelo apoio desde logo demonstrado, contribuindo com conselhos úteis e fornecimento de contactos necessários à realização das entrevistas.

A todos os entrevistados, que prontamente acederam a conceder-me a sua ajuda, através da resposta às entrevistas.

Aos meus amigos do Colégio Militar, que representam mais do que uma família para mim, contribuindo para aquilo que sou hoje, e ao próprio Colégio por tudo o que me ensinou.

À minha família, por todo o amor e carinho que sempre demonstraram, exigindo o máximo de mim, tendo em vista o alcançar de um futuro promissor.

À minha namorada, que esteve sempre ao meu lado na realização deste trabalho, fazendo com que a mesma nunca se constituí-se como um sacrifício.

Ao meu Pai, pessoa por quem nutro um imenso orgulho, que me serve de exemplo desde criança, mesmo que por vezes tal não seja convenientemente demonstrado.

A todos aqueles que directa ou indirectamente contribuíram para a elaboração do presente trabalho e para a minha formação enquanto pessoa.

O meu muito Obrigado

RESUMO

Durante muitos anos, a instituição militar constituiu-se como a grande precursora da Equitação em Portugal. Os Oficiais do Exército e da Guarda Nacional Republicana estavam presentes em todas as provas nacionais, vencendo-as inúmeras vezes e participavam em competições internacionais com excelentes resultados, chegando a representar o País em Olimpíadas, em equipas constituídas somente por militares.

Nas últimas décadas esta tendência inverteu-se, sendo hoje em dia muito raro encontrar um militar a concorrer, sequer, nas principais provas equestres nacionais. Decorrente deste facto o tema do presente Trabalho de Investigação Aplicada, versa sobre a “Adaptação da Equitação na Guarda Nacional Republicana à Realidade Equestre Nacional”, tentando perceber o porquê de os níveis equestres da instituição terem descido, e quais as soluções para tal problema.

Com este propósito, o trabalho divide-se em duas partes principais, sendo a primeira destinada a um enquadramento teórico sobre a temática em estudo, através de uma análise documental a bibliografia relacionada. A segunda, consiste na parte prática, realizada através de entrevistas semi-directivas a uma amostra característica da população estreitamente ligada ao tema, que engloba a metodologia da investigação, análise e discussão de resultados e, por fim, as conclusões e recomendações.

No final, é concluído que são várias as razões associadas à descida do nível equestre dos militares, desde o declínio da estrutura verificado aquando da Guerra Colonial e, paralelamente, o desenvolvimento da equitação civil, à gestão das carreiras dos militares que não propicia o seu progresso enquanto cavaleiros e o estabelecimento dos alicerces e estrutura necessários ao desenvolvimento de patamares de excelência. No entanto, crê-se que, se houver uma aposta e investimento nesse sentido, a estrutura poderá ser consolidada.

Por fim, é proposto que se ouse acabar com a Cavalaria enquanto Arma, passando a especialidade, permitindo uma presumível melhor rentabilização dos recursos humanos e meios ao dispor de tal especialidade. Por outro lado, é recomendado que se faça uma aposta vincada em determinados conjuntos (cavaleiro/cavalo), proporcionando-lhes todas as condições para serem bem sucedidos na alta competição e elevar o nível equestre da Guarda Nacional Republicana.

PALAVRAS-CHAVE: GUARDA NACIONAL REPUBLICANA; EQUITAÇÃO; DESCIDA DO NÍVEL EQUESTRE; ALTA COMPETIÇÃO

ABSTRACT

For many years, the military institution was the biggest development facilitator of Horse Riding in Portugal. Either from the Army or the Republican National Guard (GNR in Portuguese) soldiers attended, and most of the time won, national and international competitions, representing the country, even in the Olympics, with a team composed only of soldiers.

In the last few decades this trend has reversed, and today it is very rare to find even one soldier competing in the main national equestrian events. With that in mind, the present Applied Research Paperwork, focuses on the “Adjustment of the Republican National Guard’s Horse Riding to the National Equestrian Reality”, understanding the causes behind the lowering of equestrian participation level, and the solutions to that problem.

For that purpose, this paper is divided in two main sections, the first dedicated to a theoretical framework of the subject, by analyzing related bibliographic documents. The second consists of the practical section, achieved by semi-direct interviews addressed to a characteristic part of the population strictly related to the theme, and includes investigation methodology, analysis and discussion of the results, and then, the conclusions and recommendations.

In the end, it was concluded that several reasons are associated with the lowering of military equestrian participation levels, from the decline of the structure verified during the Colonial War and consequent development of civil horse riding, to the military career management not providing progress as a horse rider and the settlement of necessary foundations and structure in order to develop excellence baselines. However, it is believed that if an investment is done in that sense, the structure can be consolidated.

Finally, it is suggested the idea of ending the Cavalry as a “Weapon”, turning it into a specialty, allowing a more profitable management of human resources and means at that specialty disposal. Whereas, it is suggested that the institution to make a strong investment in certain horse riders and respective horses, providing them with all the conditions to succeed in horse riding at top-level, raising the equestrian participation level of the GNR.

KEY WORDS: REPUBLICAN NATIONAL GUARD (GNR); HORSE RIDING; LOWERING OF EQUESTRIAN LEVEL; TOP-LEVEL

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS.....	ii
RESUMO.....	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE GERAL	v
ÍNDICE DE QUADROS.....	ix
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	x
CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO.....	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	1
1.4 PERGUNTA DE PARTIDA	2
1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	2
1.6 OBJECTO E OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO	3
1.7 HIPÓTESES.....	3
1.8 METODOLOGIA E MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	4
1.9 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS.....	5
I – PARTE TEÓRICA.....	6
CAPÍTULO 2 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A SUA VALÊNCIA EQUESTRE	6
2.1 INTRODUÇÃO	6
2.2 GÉNESE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E O CAVALO	6
2.3 HISTORIAL DO REGIMENTO DE CAVALARIA.....	7
2.4 UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO	8
2.5 ACTIVIDADE EQUESTRE.....	10
2.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	11
CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO EQUESTRE	12
3.1 INTRODUÇÃO	12

3.2 ESCOLA DE MAFRA.....	12
3.3 PROTOCOLO GNR - ENE	14
3.4 FORMAÇÃO NA GNR	16
3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	17
CAPÍTULO 4 – INVESTIMENTO NA VALÊNCIA EQUESTRE.....	18
4.1 INTRODUÇÃO	18
4.2 CEDS.....	18
4.3 AQUISIÇÃO DE SOLÍPEDES.....	20
4.4 NAEM/GNR.....	22
4.5 GESTÃO DE CARREIRAS.....	25
4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	26
II – PARTE PRÁTICA.....	27
CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA.....	27
5.1 INTRODUÇÃO	27
5.2 METODOLOGIA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO	27
5.3 UNIVERSO DE ANÁLISE E ESCOLHA DA AMOSTRA	28
5.4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS	29
5.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO	30
CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	31
6.1INTRODUÇÃO	31
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	31
6.2.1 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 1.....	31
6.2.2 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 2.....	32
6.2.3 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 3.....	33
6.2.4 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 4.....	34
6.2.5 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 5.....	35
6.2.6 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 6.....	36
6.2.7 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 7.....	36
6.2.8 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 8.....	37
6.2.9 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 9.....	38
6.2.10 ANÁLISE DA ENTREVISTA DIRIGIDA.....	39

6.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	42
7.1 INTRODUÇÃO	42
7.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS	42
7.3 REFLEXÕES FINAIS.....	44
7.4 RECOMENDAÇÕES	45
7.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	46
7.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	46
7.7 FECHO	46
 APÊNDICES.....	 50
APÊNDICE A: ENTREVISTAS	51
 ANEXOS	 113
ANEXO A: ESTRUTURA DA USHE (DESPACHO DO GCG Nº 59/09-OG).....	114
ANEXO B: QUADRO ORGÂNICO DE REFERÊNCIA DA USHE (DESPACHO DO GCG Nº 59/09-OG)	115
ANEXO C: HISTORIAL EQUESTRE DO CAPITÃO PIMENTA DA GAMA.....	117
ANEXO D: FORMANDOS HABILITADOS COM O CURSOS DE MESTRE DE EQUITAÇÃO, EM MAFRA	118
ANEXO E – CUSTO COM OS CURSOS NO CMEFD – 2005/2006	121
ANEXO F – ESTIMATIVA DE CUSTOS COM OS CURSOS MINISTRADOS NO RC	122
ANEXO G – COMPARATIVO DOS CUSTOS COM OS CURSOS NO CMEFD E NO RC	123
ANEXO H – ESTRUTURA CURRICULAR DO CEC DE OFICIAIS.....	124
ANEXO I – ESTRUTURA CURRICULAR DO CEC DE GUARDAS.....	125
ANEXO J – REGISTOS DO 1º LIVRO DE REMONTA (1943).....	127
ANEXO K – REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DE REMONTA DA GNR, 30 DE ABRIL DE 1941	128
ANEXO L – QUADROS DE AQUISIÇÃO DE SOLÍPEDES	129
ANEXO M – COLOCAÇÕES POSTERIORES À FREQUÊNCIA DE CURSOS DE EQUITAÇÃO	131

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1.1: MODELO METODOLÓGICO DE INVESTIGAÇÃO	5
--	---

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 5.1: CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA.....	28
QUADRO 6.1: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 1.....	32
QUADRO 6.2: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 2.....	32
QUADRO 6.3: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 3.....	33
QUADRO 6.4: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 4.....	34
QUADRO 6.5: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 5.....	35
QUADRO 6.6: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 6.....	36
QUADRO 6.7: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 7.....	36
QUADRO 6.8: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 8.....	37
QUADRO 6.9: ANÁLISE QUANTITATIVA DE RESULTADOS DA QUESTÃO Nº 9.....	38

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

Artº:	Artigo
CAE:	Comissão para os Assuntos Equestres
CAIEq:	Curso de Aperfeiçoamento de Instrutores de Equitação
CAMEq:	Curso de Ajudantes de Monitor de Equitação
CARI:	Comando de Administração dos Recursos Internos
CCE:	Concurso Completo de Equitação
CEC:	Curso Específico de Cavalaria
CEDS:	Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes
CIEq:	Curso de Instrutores de Equitação
CMEFD:	Centro Militar de Educação Física e Desportos
CMEFED:	Centro Militar de Educação Física Equitação e Desportos
CMEq:	Curso de Monitores de Equitação
CPR:	Comissão Permanente de Remonta
CTE:	Comissão Técnica Equestre
Dir:	Direcção
DPORH:	Divisão de Planeamento e Obtenção de Recursos Humanos
DR:	Diário da República
ENE:	Escola Nacional de Equitação
EPC:	Escola Prática de Cavalaria
EPI:	Escola Prática de Infantaria
FEP:	Federação Equestre Portuguesa
GCG:	General Comandante Geral
GEDS:	Grupo de Ensino e Desbaste da Solípedes
GML:	Guarda Municipal de Lisboa
GMP:	Guarda Municipal do Porto

GRP:	Guarda Real de Polícia
GNR:	Guarda Nacional Republicana
IDP:	Instituto do Desporto Português
IEFP:	Instituto do Emprego e Formação Profissional
IGFEQ:	International Group for Equestrian Qualification
Intº:	Interino
MD:	Montada de Desporto
MDP:	Montada de Desporto Particular
MF:	Montada de Fileira
MGCG:	Major-General Comandante Geral
MS:	Montada de Serviço
nº:	Número
NAEM/GNR:	Normas da Actividade Equestre Militar da Guarda Nacional Republicana
NEF:	Normas de Execução e Funcionamento
OG:	Ordem à Guarda
p.:	página
POFFTE:	Programa Oficial de Formação de Formadores e Técnicos de Equitação
RC:	Regimento de Cavalaria
Ref.:	na Reforma
s.d.:	sem data
SEM:	Semana Equestre Militar
SHP:	Sociedade Hípica Portuguesa
SPM:	Solípede Propriedade de Militar
SRLF:	Secção de Recursos Logísticos e Financeiros
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
USHE:	Unidade de Segurança e Honras de Estado

“Agir, eis a inteligência verdadeira. Serei o que quiser. Mas tenho que querer o que for. O êxito está em ter êxito, e não em ter condições de êxito. Condições de palácio tem qualquer terra larga, mas onde estará o palácio se não o fizerem ali?”

Fernando Pessoa

CAPÍTULO 1 – APRESENTAÇÃO DO TRABALHO

1.1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) surge no âmbito do Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança, sendo requisito obrigatório a elaboração do mesmo, para a conclusão do Curso.

O trabalho permitirá ao aluno, através da utilização do método científico, não só desenvolver e colocar em prática as competências que adquiriu ao longo do Curso, como também começar a tomar conhecimento da realidade com que se irá deparar na instituição, contribuindo com o seu estudo para um possível desenvolvimento da mesma.

1.2 ENQUADRAMENTO

A utilização de solípedes no cumprimento das missões das Forças de Segurança remonta às antecessoras da Guarda Nacional Republicana (GNR), tendo, até à actualidade, servido os desígnios da instituição, quer no alcançar dos seus objectivos, como na representação e dignificação do nome e da imagem da mesma.

A prática do hipismo foi, durante muitos anos, uma actividade intimamente e quase exclusivamente ligada aos militares, tanto da GNR como do Exército, justificada pela utilização dos solípedes no desempenho da actividade operacional. Ao longo dos anos os militares foram desenvolvendo as suas competências nesse âmbito, conseguindo atingir patamares de excelência, que se reflectiam na participação e boas classificações que atingiam nas provas de equitação nacionais e internacionais.

Porém, constata-se que, nas últimas décadas, ocorreu uma perda de protagonismo por parte dos militares, que já dificilmente conseguem passar da mediania no que concerne à equitação enquanto desporto, que se reflecte depois no desempenho das missões operacionais.

O estudo foi então orientado para a formação equestre dentro da instituição e para o investimento que a mesma faz nesta valência.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

O presente trabalho aborda o tema “Adaptação da Equitação na Guarda Nacional Republicana à Realidade Equestre Nacional”.

Na prossecução dos seus ideais a GNR tem como propósito básico a segurança da população. Mesmo considerando a natureza das suas missões e atribuições, de carácter bastante

complexo e diversificado, não faz sentido a existência de cada uma das suas valências se não se primar por patamares de excelência. Tendo em consideração que uma das suas valências gira em torno da equitação e da utilização do cavalo, os níveis exigidos que permitirão alcançar os seus objectivos em toda a sua plenitude, terão de ser manifestamente elevados, mesmo considerando a complexidade da arte equestre.

A escolha do trabalho não se justifica apenas pelo interesse que o mesmo pode suscitar, mas pela mais-valia que pode constituir para a instituição, percebendo os motivos que levaram a que o nível equestre não passe agora, presumivelmente, do mediano, tentando encontrar soluções para a problemática.

1.4 PERGUNTA DE PARTIDA

De forma a atingir os objectivos que se propõem, torna-se essencial seguir uma linha orientadora, uma questão principal que no final do trabalho se pretenderá responder, resposta que, no fundo, se consubstanciará no todo do trabalho.

Nesse sentido, e constituindo-se como ponto de partida para a investigação e todo o processo científico, a questão será então: **Quais os motivos que levaram ao afastamento dos militares da Guarda da ribalta da Equitação Nacional e Internacional?**

1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Da pergunta de partida advêm outras questões que, se não forem respondidas, poderão, eventualmente, comprometer os objectivos do trabalho. Estas questões irão orientar e demarcar o objecto de estudo e permitirão alcançar uma resposta mais completa e fundamentada à pergunta de partida. São elas:

- De que forma se justifica a participação dos militares em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional?
- A perda de protagonismo dos militares da GNR em termos equestres poderá estar relacionada com o nível de formação que lhes é ministrado?
- Até que ponto será o nível dos solípedes que a GNR adquire suficiente para alcançar patamares de excelência?
- Terá a instituição capacidade para proporcionar as condições necessárias aos seus militares para que eles se predisponham a chegar mais além?

- O que mudou na conjuntura equestre nacional e internacional que poderá, eventualmente, ter influenciado a prestação dos militares?
- Que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da GNR voltem a atingir os níveis anteriores, no tocante à equitação nacional e internacional?

1.6 OBJECTO E OBJECTIVOS DE INVESTIGAÇÃO

O objecto de estudo deste trabalho é a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), tendo em conta que, por norma, é nesta Unidade que existe possibilidade de se atingirem os níveis equestres elevados. No que concerne ao objectivo geral do trabalho, que servirá de base para o desenvolver do mesmo, será:

- Analisar todas as condicionantes que poderão ter estado na origem da diminuição do nível equestre dos militares da GNR.

De forma a atingir o objectivo geral torna-se imprescindível definir subdivisões mais pequenas, no fundo as áreas de estudo sob as quais nos debruçaremos, objectivos mais específicos que, sem serem estanques, permitirão dar uma melhor resposta ao objectivo geral. São eles, então:

- Enquadrar a actividade equestre na GNR, tanto em termos históricos como da sua missão;
- Verificar os contornos da formação equestre ministrada na GNR;
- Percepcionar o investimento que a instituição faz na valência equestre e de que forma se processa.

1.7 HIPÓTESES

Tendo em conta as questões de investigação que foram definidas e os objectivos que se pretendem alcançar, torna-se importante levantar hipóteses que poderão ser refutadas ou defendidas com o desenrolar e conclusão do trabalho. São elas:

H1 – Não se justifica a participação em competições equestres desportivas exteriores à instituição.

H2 – O sistema de formação na área equestre de que a GNR dispõe não permite alcançar grandes resultados.

H3 – Os grandes resultados desportivos atingidos outrora não são repetíveis.

H4 – Os solípedes adquiridos pela GNR não têm qualidade suficiente para competir com os civis.

H5 – Não existe retorno proveniente dos cursos de formação de formadores de equitação.

H6 – O nível de dificuldade das provas equestres aumentou, comprometendo a participação dos militares.

H7 – A instituição não tem capacidade para proporcionar aos militares condições e incentivos para que estes alcancem melhores resultados, rivalizando com os civis.

1.8 METODOLOGIA E MODELO METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

O Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em conta o seu carácter e rigor científico, obedece a determinada metodologia proposta em publicações de referência. Assim sendo, foram consideradas, na realização do mesmo, as sugestões constantes no “Manual de Investigação em Ciências Sociais” (Quivy & Campenhoudt, 2008) e no “Guia Prático sobre Metodologia Científica para Elaboração Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada” (Sarmiento, 2008) devidamente adaptadas às orientações para a redacção de trabalhos da Academia Militar (Academia Militar, 2008) e pelas normas do Tirocínio para Oficiais da GNR (Escola da Guarda, s.d.).

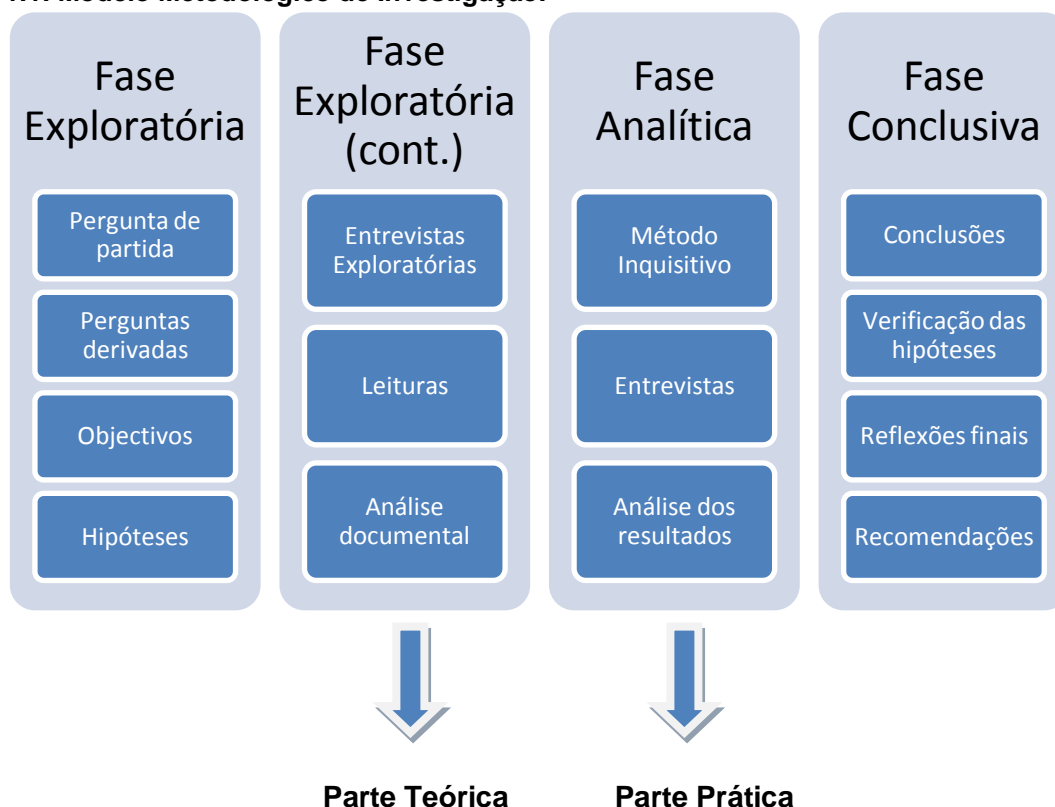
No que se reporta à Parte Teórica, inicialmente foram realizadas entrevistas exploratórias a pessoas estreitamente ligadas à temática do trabalho, uma vez que estas contribuem para descobrir aspectos a ter em conta, alargando ou rectificando o campo de investigação das leituras (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Seguiram-se as ditas leituras, efectuadas através da análise documental, dos resultados obtidos na pesquisa bibliográfica relacionada com o tema, publicações, artigos de opinião, legislação, relatórios e circulares internas da GNR, informações extraídas de sítios oficiais na Internet e consultas a bases de dados e arquivos internos.

Na Parte Prática procedeu-se à utilização do método inquisitivo, através de entrevistas semi-directivas, a uma amostra característica da população, ligada à competição equestre desportiva. Os seus resultados foram analisados de acordo com a metodologia esmiuçada no início da Parte Prática do presente trabalho.

Na figura 1.1 apresenta-se o modelo metodológico de investigação utilizado.

Figura 1.1: Modelo Metodológico de Investigação.



1.9 SÍNTESE DOS CAPÍTULOS

Como já foi enunciado anteriormente, o presente trabalho encontra-se dividido em duas partes fundamentais: a Parte Teórica (I) e a Parte Prática (II). Antes de se iniciar a Parte I, o presente Capítulo introduz e apresenta o trabalho.

A Parte Teórica é composta por três Capítulos, o Capítulo 2, destinado ao enquadramento histórico da valência equestre na GNR, o Capítulo 3, que versa sobre a formação equestre dos militares da GNR, e o Capítulo 4, dedicado ao investimento efectuado pela instituição nesta vertente.

A Parte II é constituída por três Capítulos, onde, no Capítulo 5, se apresenta a metodologia da investigação de campo utilizada, no Capítulo 6 se procede à análise e discussão dos resultados obtidos através do método inquisitivo, e no Capítulo 7 se enquadram as conclusões, verificações de hipóteses e recomendações finais.

I – PARTE TEÓRICA

CAPÍTULO 2 – A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E A SUA VALÊNCIA EQUESTRE

2.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo pretende-se essencialmente abordar de forma sucinta a história da Guarda e das suas missões, e de que forma a equitação desempenhou um papel importante ao longo dos anos, consubstanciada quer no Regimento de Cavalaria quer na actual USHE. Numa primeira fase apresenta-se uma breve resenha histórica da GNR associada ao uso do cavalo, seguindo-se do historial do Regimento de Cavalaria e do aparecimento da USHE. Por fim faz-se a ligação para a actividade equestre desenvolvida na Guarda e que no fundo representa aquilo que irá ser estudado no decurso do trabalho.

2.2 GÉNESE DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA E O CAVALO

É necessário recuar vários séculos de forma a identificar os primeiros homens com responsabilidades na segurança das populações. Já D. Afonso Henriques atribuía poderes aos municípios para a protecção dos habitantes contra a actividade criminosa, mas não existem registos da época exacta em que apareceu a primeira força com funções exclusivas de segurança pública.

Os denominados Quadrilheiros têm origem anterior ao reinado de D. Fernando, que realizou algumas modificações na sua estrutura. Os Quadrilheiros tiveram uma existência atribulada, muito devido ao facto de não serem gratificados nem possuírem quaisquer regalias, tendo acabado por ser extintos em 1580 (Mendes, 2011).

Entretanto, em 1603, por alvará de Felipe II, foi criado o Corpo de Quadrilheiros. Devido à falta de disciplina e organização, características de cariz militar que não possuíam, o Corpo de Quadrilheiros nunca conseguiu fazer face à conjuntura criminal da altura, acabando por ser definitivamente extinto em 1801 (Mendes, 2011).

Tanto os Quadrilheiros como, mais tarde, o Corpo de Quadrilheiros, não podem ser considerados antecessores do Regimento de Cavalaria, por não haver registo da utilização de solípedes no cumprimento das suas missões.

Extinto o Corpo de Quadrilheiros, é então criada, em 1801, a Guarda Real de Polícia (GRP), em Lisboa. Eram escolhidos os melhores militares do Exército para ingressar na GRP, passando mais tarde o recrutamento a ser feito por alistamento directo, em condições semelhantes às

actuais na GNR. À data da sua fundação, a GRP dispunha de quatro Companhias de Cavalaria, sendo o seu efectivo, em 1810, composto por 258 homens e 244 cavalos (Mendes, 2011). A cada Companhia era atribuída uma determinada área de responsabilidade, a qual era patrulhada diariamente pelos militares.

Mais tarde, em 1824, foi criada também a GRP no Porto, sendo composta por duas Companhias de Infantaria e uma Companhia de Cavalaria, sendo esta última constituída por 79 homens e 65 cavalos.

Entre 1828 e 1834 ocorreu a Guerra Civil, que opôs D. Miguel I, líder dos Absolutistas, ao seu irmão D. Pedro IV que liderava os liberais. A Guerra terminou com a vitória deste último, que, a 3 de Julho do ano de 1834, extinguiu a GRP, substituindo-a pela Guarda Municipal de Lisboa (GML), de modo a por fim à criminalidade que se instalava por toda a capital, nomeadamente sobre os Absolutistas. A GML era composta por seis Companhias de Infantaria e três Companhias de Cavalaria, estas últimas com sede em: Entremuros, Colégio dos Nobres e Alcântara (Noronha, 1950 p. 82).

Um ano depois, em 1835, pelo Decreto de 24 de Agosto, foi também criada a Guarda Municipal do Porto (GMP) da qual fazia parte uma Companhia de Cavalaria.

No ano de 1890, para além das três Companhias de Cavalaria que constituíam a GML, foi criada uma quarta, passando todas elas a denominarem-se Esquadrões de Cavalaria.

Por fim, através do Decreto de 4 de Maio de 1911, nasceu a GNR, a qual, à data, dispunha de um Grupo de Esquadrões, composto por 349 homens e 285 solípedes, passando a dois Grupos após a 1ª Guerra Mundial. No entanto, foram também distribuídos pelo território nacional. Assim, em termos de efectivos totais, foram distribuídos pelo Comando Geral, Grupo de Esquadrões, seis Batalhões no continente e duas Companhias nas ilhas, num total de 4991 homens e 744 solípedes.

2.3 HISTORIAL DO REGIMENTO DE CAVALARIA

Depois de várias evoluções e reestruturações que a GNR sofreu desde a sua fundação, com um aumento exponencial dos seus efectivos, foi por fim criado, no ano de 1922, o Regimento de Cavalaria (RC). Pelo Decreto nº 8064, de 21 de Março de 1922, ocorre a fusão dos dois Grupos de Esquadrões, que na altura existiam, passando o RC a contar com cinco Esquadrões.

Em 5 de Abril de 1922 o Decreto foi por fim colocado em prática, nascendo então o RC, com a seguinte estrutura: Comando e 2º Esquadrão – Cabeço de Bola, 1º Esquadrão – Convento do Carmo, 3º Esquadrão – Braço de Prata, 4º Esquadrão – Telheiras e 5º Esquadrão – Campolide. À data da sua fundação o RC contava com 731 militares e 755 solípedes (Mendes, 2011).

Devido a contingências da época, e por motivos de contenção de custos, houve a necessidade de, em 1924, extinguir o 4º Esquadrão (Telheiras), passando o 5º Esquadrão (Telheiras) a ser denominado por 4º Esquadrão, sendo o efectivo pessoal, animal e material distribuído pelos restantes Esquadrões (Mendes, 2011).

No ano de 1926 o, já na altura, 4º Esquadrão, com sede em Campolide, mudou as suas instalações para o Alto da Ajuda, local onde actualmente ainda está instalado.

A GNR sempre teve uma estreita ligação com o Exército. Ora, em 1944, numa altura em que a Cavalaria do Exército estava a evoluir para o uso de meios motorizados, passou o 2º Esquadrão do RC (Cabeço de Bola) de Esquadrão a Cavalos para Esquadrão Moto-Blindado, pelo Decreto nº 33905.

Em 1947 é criado e posto em actividade o Esquadrão Destacado do Barreiro, que funcionava com efectivos dos 4 Esquadrões que para lá eram destacados mensalmente. Este Esquadrão permaneceu em actividade até ao dia 8 de Janeiro de 1976.

Em 1972, dada a conjuntura da altura, e a falta de efectivos humanos que o 1º Esquadrão (Convento do Carmo) possuía, o mesmo é extinto.

Depois de várias diligências nesse sentido, é criado o Esquadrão Presidencial no Palácio Nacional de Belém, em Março de 2000 (Mendes, 2011).

O RC sempre se constituiu como uma Unidade de Reserva. Dentro das suas missões destacavam-se: a intervenção em qualquer ponto do território nacional, à ordem do Comandante-Geral, e execução de serviços de guarnição, honoríficos e de representação. Como missões mais específicas tínhamos: patrulhamento policial a cavalo e motorizado; o reforço ao programa escola segura e floresta segura; o restabelecimento e manutenção da ordem pública com um pelotão a cavalo; aulas de equitação à população civil; credenciação de formadores de equitação; hipoterapia; instrução equestre; ensino e desbaste de solípedes; actividades honoríficas e de representação, como escoltas de honra e guardas honoríficas, charanga a cavalo e carrossel moto e, por último, a actividade de segurança e guarnição, com guardas no Palácio Nacional de Belém, Palácio Nacional da Ajuda, Palácio Nacional de Queluz e Comando-Geral da GNR.

2.4 UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO

Nos subcapítulos anteriores já foi possível verificar todas as vicissitudes pelas quais a GNR já passou, adequando-se às conjunturas políticas e/ou económicas de determinada época, sofrendo reestruturações de certo modo frequentes ao longo da sua história.

A última reestruturação ocorreu com a entrada em vigor da lei que aprova a orgânica da GNR, Lei nº 63/2007, de 6 de Novembro. Com esta nova organização foi extinto o RC, tomando o seu lugar a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE).

Analisando a lei, no seu artigo 43º, a USHE é, por definição, uma Unidade de representação, responsável pela protecção e segurança às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas, e pela prestação de honras de Estado. O seu nº 2 estabelece que a USHE se articula em: Esquadrão Presidencial, subunidade de honras de Estado e subunidade de segurança. Refere ainda nos números 3 e 4 que integra também a USHE a Charanga a Cavalos e a Banda da Guarda, sendo a Unidade comandada por um Major-General, com 2º Comandante Coronel.

Mais tarde, surge a Portaria 1450/2008, de 16 de Dezembro, com a intenção de definir a organização interna das unidades e respectivas subunidades. Assim, no seu artigo 8º, a Portaria define que a USHE tem como subunidades: o Esquadrão Presidencial, o Grupo de Honras de Estado e o Grupo de Segurança. A mesma Portaria, refere ainda, no seu nº 3, que a USHE mantém disponível, em permanência, um Esquadrão a cavalo para reforço à Unidade de Intervenção (UI), em situações de manutenção e restabelecimento de ordem pública e outras missões operacionais. Por fim, a Portaria define também que a USHE dispõe ainda, de órgãos responsáveis pelo ensino e desbaste de solípedes e de apoio à formação específica de Cavalaria.

Surgindo a necessidade de definir as competências, a estrutura e o efectivo da USHE, é criado o Despacho 78/08 – OG. Volvido um ano após a implementação da nova estrutura, a experiência entretanto adquirida ao longo da vigência do Despacho, aconselhou a que se procedessem a algumas alterações, aparecendo assim o Despacho 59/09 – OG, que revoga o anterior, e está até hoje em vigor.

O Despacho define a Estrutura da USHE, no seu Anexo A¹, e o Quadro Orgânico de Referência da Unidade, no seu Anexo B². No que concerne às suas atribuições, para além das decorrentes da sua missão geral, o Despacho define que, compete à USHE:

“ a. Garantir a prestação de Honras de Estado confiadas à Guarda, bem como as superiormente determinadas, sem prejuízo das atribuições do esquadrão presidencial;

b. Garantir a segurança às instalações dos órgãos de soberania, designadamente dos Palácios de S. Bento e das Necessidades, assim como de outras que lhe forem confiadas;

¹ Vide Anexo A

² Vide Anexo B

- c. Garantir a segurança e prestação de Honras de Estado no Palácio Nacional de Belém;
- d. Manter em prontidão um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção em acções de manutenção e restabelecimento da ordem pública;
- e. Nomear, sempre que necessário, Oficiais de segurança ou ligação para os órgãos de soberania;
- f. Garantir a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes, a inspecção técnica e a uniformização de procedimentos de unidades a cavalo e da equitação;
- g. Assegurar, sob supervisão do comando da doutrina e formação, a instrução específica de cavalaria;
- h. Realizar acções de natureza preventiva e efectuar o emprego operacional dos seus meios em reforço das unidades.”.

O referido Despacho refere ainda que a USHE fica herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico e documental do RC, do qual manterá o Estandarte Nacional, a simbologia e dia festivo. Por fim, salienta ainda algumas instruções de coordenação relevantes.

2.5 ACTIVIDADE EQUESTRE

Atentos à história de determinados cavaleiros da GNR, é possível constatar que muitas vezes o nível equestre da instituição se traduziu em resultados indubitavelmente assinaláveis, quer em competições nacionais, bem como internacionais. Prestaram serviço no RC, Oficiais do Exército, em comissão de serviço na GNR, que alcançaram grandes resultados, chegando mesmo a ser Olímpicos. Nomes como José Mouzinho de Albuquerque, Xavier de Brito, Álvaro Sabbo, António Spínola, entre outros, marcarão para sempre o historial da Equitação em Portugal, na GNR e no RC.

No entanto, existem dois cavaleiros, Oficiais do Quadro Permanente da GNR, que se evidenciaram dos restantes, e que são, ainda hoje, uma referência para todos os militares de Cavalaria que se dedicam à prática da equitação. Referimo-nos, em concreto, ao Capitão Pimenta da Gama³ e ao Tenente-Coronel Martins Abrantes.

Do invejável Palmarés equestre do Tenente-Coronel Martins Abrantes destacam-se: quatro vezes Campeão Nacional (1977, 1978, 1980, 1984), Vice-Campeão do Mundo Militar (1994) e 3º lugar nos Jogos Mundiais Militares (1995), todas estas conquistas na modalidade de Ensino. Relativamente ao Capitão Pimenta da Gama, foi na disciplina de Obstáculos que obteve resultados inigualáveis e bateu todos os recordes. Foi quatro vezes Campeão de Portugal

³ Vide Anexo C – Historial Equestre do Capitão Pimenta da Gama

(1966, 1972, 1975 e 1977) e venceu ao todo cerca de 1000 provas em Portugal e no Estrangeiro (recorde).

Apesar destes brilhantes resultados, que apareceram esporadicamente na história da GNR, a verdade é que, ao longo dos tempos, mesmo sem tanto brilhantismo, sempre se encararam os Cavaleiros da GNR como fazendo parte do top nacional. O facto de, na actualidade, e salvo melhor entendimento, tal já não poder ser categoricamente afirmado, leva-nos à razão da elaboração deste trabalho.

2.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Reportando-nos à síntese histórica da GNR, é nos permitido verificar que desde as suas antecessoras até aos dias que correm, a valência equestre esteve quase sempre presente por maior ou menor relevância que lhe fosse atribuída.

Apesar da recente reestruturação que ocorreu, e da extinção do RC pela criação da USHE, é possível constatar que, a nível das suas missões principais, em que existe utilização dos solípedes, as alterações foram apenas pontuais.

Ao longo dos tempos a excelência da Equitação na GNR permitiu que se alcançassem grandes feitos em competições nacionais e internacionais. Se atentarmos à actualidade, os resultados já não aparecem com tanta frequência, ou não aparecem de todo. Podemos concluir que o nível equestre actual é apenas mediano?

Fica então lançado o mote para a continuação do estudo e consequente desenvolvimento da investigação.

CAPÍTULO 3 – FORMAÇÃO EQUESTRE

3.1 INTRODUÇÃO

De forma a alcançar os propósitos deste trabalho torna-se imprescindível analisar a formação equestre na GNR. Para tal, não faria sentido deixar de abordar a Escola de Mafra, pois foi no actual Centro Militar de Educação Física e Desportos (CMEFD), que a instituição foi “beber” muita da doutrina equestre que depois empregava na formação dos seus militares.

Porém, a partir de 2006, tal deixou de acontecer, a partir do momento em que foi celebrado um Protocolo entre a Escola Nacional de Equitação (ENE) e a GNR. Importa, então, esmiuçar quais os motivos que levaram à celebração do Protocolo, a natureza e características do mesmo, e as consequências que teve ao nível da formação ministrada, agora, pela própria instituição.

3.2 ESCOLA DE MAFRA

De forma a enquadrar a Escola de Mafra no panorama nacional, importa debruçarmo-nos sobre a génese da Arma de Cavalaria do Exército, nomeadamente no que à prática da Equitação concerne.

Para tal, teremos de recuar ao século XIX, entre os anos de 1811 e 1887, altura em que foram criados, ao longo do território nacional, Depósitos de Cavalaria, local onde eram instruídos os Quadros da Arma (SEQUEIRA, 2003, p. 25).

Em 1887 é criada a Escola Prática de Infantaria e Cavalaria, em Mafra. Volvidos três anos, em 1890, as Armas foram separadas, permanecendo em Mafra a Escola Prática de Infantaria (EPI), local onde ainda hoje se instala, e passando a Escola Prática de Cavalaria (EPC) a fundar-se em Vila Viçosa, no Convento dos Agostinhos. É na EPC que está verdadeiramente a génese da equitação de desporto, como resposta ao desenvolvimento da mesma ao nível dos cavaleiros militares e civis estrangeiros (SEQUEIRA, 2003, p. 25).

Já no século XX, em 1901, a EPC transfere as suas instalações de Vila Viçosa para Torres Novas, tendo sido criado, na altura, o Esquadrão de Equitação com o intuito de lançar os militares na equitação desportiva, sem nunca descurar a instrução, e sendo responsável pelo aparecimento do Campeonato do Cavalo de Guerra, precursor da actual modalidade de Concurso Completo de Equitação (CCE).

Mais tarde, em 1940, o Esquadrão de Equitação da EPC muda a sua sede para o Depósito de Remonta, em Mafra. A partir do ano lectivo de 1941/1942 passaram a realizar-se, no Esquadrão de Equitação, os cursos de equitação, que contaram com a participação de seis Oficiais a

frequentar o Curso de Mestres⁴ de Equitação (CAIEq), seis Oficiais a frequentar o Curso de Instrutores de Equitação (CIEq) e 7 Sargentos a frequentar o Curso de Monitores de Equitação (CMEq) (SEQUEIRA, 2003, p. 26).

No final de 1942, em Dezembro, foram, por fim, declarados oficialmente o Esquadrão de Equitação – com a finalidade de formar os Oficiais e Sargentos com os cursos de equitação - e o Esquadrão de Desbaste - destinado ao desbaste de solípedes adquiridos pelo Exército - como fazendo parte do Depósito de Remonta.

Na história da Escola de Mafra importa realçar um momento fundamental na consolidação dos seus princípios doutrinários. O momento em que os Capitães de Cavalaria Fernando Pães e Reymão Nogueira foram enviados às Escolas Militares de Equitação francesas de *Fontainebleau* e *Saumur*, onde frequentaram um estágio no *Cadre Noir*. Para além disso, o Oficial francês *Jean de Saint André*, um dos mais prestigiados instrutores do *Cadre Noir*, veio até Portugal, ficando instalado no Depósito de Remonta. Conjuntamente com alguns Mestres de Equitação, que na altura lá se encontravam, consolidou-se a doutrina da Escola de Mafra (SEQUEIRA, 2003, p. 27).

Mais tarde, Setembro de 1950, o Depósito de Remonta muda a sua designação para Escola Militar de Equitação, onde continuaram a ser ministrados os cursos de equitação.

Importa referir uma data que veio alterar toda a conjuntura equestre a nível nacional. No ano lectivo de 1956/1957 a frequência do Curso de Instrutores de Equitação foi aberta a cavaleiros civis. Se atentarmos à história, até então, verificamos que toda esta doutrina equestre de que temos falado e se foi desenvolvendo, todo o património técnico e desportivo, se encontrava apenas ao dispor dos militares.

Tanto a Federação Equestre Portuguesa (FEP) como a Sociedade Hípica Portuguesa (SHP), só sobreviviam pela dedicação de muitos Oficiais e de apenas alguns brilhantes cavaleiros civis.

Em 1958, a Escola Militar de Equitação mudou a sua designação para Centro Militar de Educação Física, Equitação e Desportos (CMEFED), constituído pela Direcção de Ensino de Equitação, que integrava a formação equestre e o desbaste, e pela Direcção de Ensino e Educação Física.

Aproximamo-nos agora de uma fase de declínio da equitação militar. Começando as Guerras em África, muitos Oficiais e Sargentos foram para lá mobilizados, traduzindo-se tal facto, numa diminuição abrupta tanto do número de formandos com possibilidades de frequentar os cursos,

⁴ Vide Anexo D – Formandos Habilitados com o Curso de Mestre de Equitação

como do número de formadores, o que levou a uma quebra da continuidade do trabalho que vinha até então a ser desenvolvido (SEQUEIRA, 2003, p. 28).

Tendo em conta que a Guerra se prolongou por 13 anos e que finda a mesma se seguiu a Revolução do 25 de Abril de 1974, o quadro fica ainda mais negro. Seguiram-se, então, elevados cortes orçamentais, motivados pelas restrições financeiras na área da Defesa, que se repercutiram no Quadro Orgânico do CMEFED, com saída em massa de tratadores e desbastadores (SEQUEIRA, 2003, p. 28).

Por outro lado, verificamos que, na altura, o número de cavaleiros civis a participar em competições equestres aumentou exponencialmente, muito pelo declínio do mesmo número referente aos militares. Reforça isto, o facto da duração dos cursos de equitação no CMEFED não ser viável para muitos dos civis, que acabavam por desenvolver e evoluir separados dos militares. Toda esta conjuntura foi ainda agravada pela falta de apoios orçamentais nos anos subsequentes, necessários para a manutenção de cavalos com capacidade para competir em concursos nacionais e internacionais.

Apesar de, fruto da dedicação e trabalho pessoal de alguns cavaleiros, terem aparecido, desde então, resultados motivadores em competições equestres, a verdade é que a Escola de Mafra, eventualmente, nunca mais foi a mesma.

Por volta de 1983, esforços foram feitos para que o CMEFED se constituísse como ENE, através do Protocolo de 30 de Maio, DR nº 124 II). No entanto, tal permaneceu num impasse, afundando ainda mais o fosso que já existia entre cavaleiros militares e civis. Porém, entre 2000 e 2005 renasceu a ideia de constituir a ENE, sendo por fim fundada em 16 de Março de 2005, sob tutela da FEP, mas já sem a base em Mafra.

Importa ainda referir que, em 1993, o termo Equitação cai da denominação CMEFED, passando este a ser designado por CMEFD, e, um ano mais tarde, foi criado, no Centro, o Hospital de Solípedes.

3.3 PROTOCOLO GNR - ENE

A partir de 16 de Março de 2005, data em que foi fundada a ENE, a GNR, nomeadamente o RC, logo começou a desenvolver estudos, equacionando as possíveis vantagens que poderiam advir de uma eventual parceria com a ENE. Tal, permitiria que os cursos de equitação que os militares frequentavam em Mafra, pudessem ser ministrados na própria instituição.

Através das Circulares nº 20/Dir/04 de 21 de Junho e nº 04/Dir/05 de 23 de Novembro da FEP, eram apontadas os seguintes prós e contras da formação passar a ser ministrada no próprio RC.

Como desvantagens salientava-se o facto de poder existir um maior empenhamento dos instrutores do RC, na medida em que toda a instrução é feita em acumulação com as demais funções. Por outro lado, iria ocorrer uma utilização mais intensiva das instalações, provocando um maior desgaste dos pisos, nomeadamente no picadeiro e campo de obstáculos.

Relativamente às vantagens, as Circulares frisavam que, as despesas com ajudas de custo só se verificavam com os militares colocados em outras Unidades que não o RC. O alojamento teria um custo gratuito para os militares que frequentassem os cursos, em virtude do RC possuir condições para alojar os mesmos, e os tratadores não teriam de ser afastados das suas funções. Para além disso, passa a ser possível dotar os militares com o Curso de Ajudante de Monitor de Equitação (CAMEq).

Ainda nas Circulares podemos encontrar quadros que analisam os custos com os cursos no CMEFD no ano lectivo 2005/2006⁵, estimativa de custos com os cursos ministrados no RC⁶ e, por fim, um quadro resumo comparativo dos custos com os cursos no CMEFD e no RC⁷.

No Despacho do Exmo. MGCG, Int^o, de 27 de Setembro de 2005, pode ler-se o seguinte: “Considera-se que a partir de 2006/2007 o RC tenha condições após este Curso de assumir a Formação dos Cursos de Instrutores e Monitores de Equitação. Deverá desde já começar a fazer este planeamento.”

Para que tal fosse possível de concretizar, entre 3 de Outubro de 2005 e 3 de Julho de 2006, foram enviados para Mafra dois Oficiais, à altura o Major Costa Santos e o Major Santos Correia, a prestar serviço no RC, para frequentarem, o CAIEq, para que o RC pudesse dispor de formadores habilitados a desenvolver a formação na própria GNR.

Depois de desenvolvidos vários contactos nesse sentido, foi por fim assinado o Protocolo de Cooperação entre a GNR e a ENE em 26 de Outubro de 2007. O protocolo tinha como objectivo, a realização de cursos de formação de docentes e técnicos de equitação, devidamente certificados pela ENE, nas instalações da GNR, utilizando os seus recursos didácticos.

No seu preâmbulo, estabelece-se o porquê do protocolo, considerando que a GNR, tendo competências próprias em que a actividade equestre constitui uma área muito importante para o bom desempenho da missão que lhe está atribuída, tem conseqüentemente a necessidade de

⁵ Vide Anexo E

⁶ Vide Anexo F

⁷ Vide Anexo G

formar os seus quadros na área específica da equitação. Por outro lado, a ENE, é uma associação destinada à execução do processo de formação dos recursos humanos no desporto equestre, por delegação estatutária, tutela e fiscalização da FEP.

Assim, o protocolo é constituído por um conjunto de cláusulas. No nº1 da cláusula 2ª, está estatuído que o protocolo se aplica a militares e civis que frequentem os cursos e acções de formação nas instalações da GNR, no âmbito do Programa Oficial de Formação de Formadores e Técnicos de Equitação (POFFTE). No nº 4 da mesma cláusula é estabelecido que a GNR assume o papel de Pólo Institucional⁸ da ENE, mantendo toda a autonomia na utilização das suas instalações.

Importa referir também a cláusula 10ª, onde, no seu nº 1, se refere que, dado o relacionamento entre as partes, decorrentes dos objectivos do protocolo e da projecção nacional que o mesmo acarreta, implica a admissão da GNR como Sócia Colectiva da ENE, com isenção de pagamento de jóia.

3.4 FORMAÇÃO NA GNR

Aquando do ingresso dos militares de Cavalaria da GNR nos Quadros da Instituição, todos eles frequentam o Curso Específico de Cavalaria (CEC). O CEC é ministrado tanto aos Oficiais como aos Guardas. Este Curso tem por finalidade formar e qualificar os militares do Quadro da Arma de Cavalaria. A duração do CEC de Oficiais⁹ é de 11 semanas, já a do CEC de Guardas¹⁰ é de 20 semanas e decorre na USHE, podendo por impossibilidade logística ser ministrado nos Comandos Territoriais, com a supervisão da USHE, no caso do CEC de Guardas.

Com a entrada em vigor do Protocolo de Cooperação com a ENE, a GNR ficou então habilitada a ministrar também os cursos de formação de docentes e técnicos de equitação.

Foi referido anteriormente que os cursos eram realizados no âmbito do POFFTE. Esse programa procura abranger todas as disciplinas equestres das áreas, desportiva, artística e de lazer. A cada parte do programa corresponde uma, ou mais carreiras compostas por categorias profissionais certificadas não apenas pela FEP, mas também pelo Estado Português através

⁸ Locais onde se procede à formação dos profissionais de formação equestre, devidamente coordenados e em estreita ligação com a Direcção da ENE.

⁹ Vide Anexo H – Estrutura Curricular do CEC de Oficiais

¹⁰ Vide Anexo I – Estrutura Curricular CEC de Guardas

dos seus serviços de certificação, que no caso funcionam no Instituto do Desporto Português (IDP), ou no Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

A parte do POFFTE que realmente se aplica à formação dada na GNR, será a que concerne à Equitação Geral, que contempla as três Disciplinas Olímpicas, Ensino, Obstáculos e CCE.

A formação equestre em Equitação Geral hierarquiza-se de acordo com os seguintes patamares previstos no International Group for Equestrian Qualification (IGFEQ) ao qual Portugal aderiu em 1995: Grau I – Ajudante de Monitor de Equitação, Grau II – Monitor de Equitação, Grau III – Instrutor de Equitação e Grau IV – Mestre de Equitação. Para cada um dos cursos existem condições mínimas de acesso e qualificação, variando consoante o grau que se pretende atingir. Importa referir que os cursos têm a possibilidade de funcionar de três formas: curso fraccionado (por módulos), curso contínuo e curso extensivo.

Por fim, salientar apenas um objectivo fundamental da ENE, que pode ser lido no POFFTE, que é o facto dos formadores terem de acabar os cursos com a capacidade de execução (exemplificação) para além da capacidade pedagógica.

Desde que habilitada para tal, a GNR já realizou os seguintes cursos: 5 Cursos de Ajudante de Monitor – frequentados por 25 Oficiais, 4 Sargentos, 3 Guardas e 4 civis; 2 Cursos de Monitores de Equitação – que foram frequentados ao todo por 9 Oficiais, 1 Sargento e 2 Civis. Recentemente foi realizado o 1º Curso de Instrutor de Equitação na USHE, frequentado por 5 Oficiais.

3.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

A Escola de Mafra constituiu-se, desde muito cedo, como a grande e quase única base doutrinária de Equitação em Portugal. A Equitação Militar teve então os seus tempos áureos nas décadas que antecederam a Guerra Colonial. A partir desse momento a sólida estrutura que se tinha estabelecido, desmoronou-se, assumindo os cavaleiros civis a continuação e desenvolvimento do hipismo nacional, ainda que baseada na doutrina de Mafra.

A GNR, desde que a Escola de Mafra existe, sempre lá formou os seus militares, enquanto Mestres, Instrutores e Monitores de Equitação. Porém, decorrente dos custos que tais cursos acarretavam, formalizou através da celebração de um Protocolo de Cooperação com a ENE, então fundada, a habilitação para a formação de docentes e técnicos de equitação nas suas instalações e com os seus formadores, dado possuir condições para tal.

Desde a assinatura do Protocolo, já foram realizados oito cursos na USHE, sendo eles cinco de Ajudante de Monitor, dois de Monitor e um de Instrutor de Equitação.

CAPÍTULO 4 – INVESTIMENTO NA VALÊNCIA EQUESTRE

4.1 INTRODUÇÃO

Atendendo às variáveis que poderão estar na origem da problemática deste trabalho, para além da formação dos cavaleiros da GNR teremos também de atentar ao investimento que é feito na respectiva valência equestre.

Quando falamos de investimento não podemos dissociar do tema o Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes (CEDS). É no CEDS que, depois de adquiridos, os solípedes são desbastados/ensinados, para que deles se possa retirar o maior proveito no leque de actividades equestres em que vão ser empregues. Indissociável do CEDS está a Comissão de Remonta, no tocante à sua política de aquisição de solípedes e aos orçamentos disponíveis para tal.

Imprescindível torna-se também abordar as Normas da Actividade Equestre Militar da GNR (NAEM/GNR) que constituem um conjunto de regras que regulam a actividade equestre na instituição, no âmbito da instrução, de competição em provas desportivas equestres e ainda no que ao ensino e desbaste de solípedes disser respeito.

Por fim, importa analisar a forma como a instituição procede relativamente à gestão das carreiras dos militares de Cavalaria, tentando perceber se tal propicia ou não o progresso equestre dos cavaleiros que têm essa intenção.

4.2 CEDS

A génese do actual CEDS reporta-se aos Esquadrões a Cavalos, pois era nestes que o desbaste dos cavalos de remonta era efectuado.

Os registos mais antigos, referentes à aquisição de solípedes, a que é possível ter acesso remontam a 1 de Fevereiro de 1943¹¹. No entanto, o primeiro Regulamento do Serviço de Remonta da GNR é presente numa Portaria de 20 de Dezembro de 1911. Este Regulamento sofreu várias alterações, a 30 de Abril de 1941¹² e a 20 de Novembro de 1973, sendo aprovado por Despacho do Exmo. GCG da GNR.

¹¹ Vide Anexo J

¹² Vide Anexo K

Até 1956 cada Esquadrão tinha um Oficial responsável pelo ensino e desbaste de solípedes. Nesse ano, por determinação do GCG da GNR, General Afonso Botelho, este serviço foi centralizado num só local e sob a chefia de um Oficial, passando a denominar-se Centro de Remonta e Ensino. Apesar das instalações serem provisórias, o serviço ainda permanece na mesma localização, na Rua dos Marcos, nº30, no Alto da Ajuda. Ao longo dos anos a sua denominação foi sendo alterada, para Secção de Desbaste e Ensino de Solípedes aquando da dependência do Centro de Instrução, Grupo de Ensino e Desbaste de Solípedes, até à actual designação, CEDS, constituindo-se como uma subunidade independente dentro da USHE.

Com a entrada em vigor da nova lei que aprova a orgânica da GNR, Lei 63/2007, tal como anteriormente referido, o RC deixa de existir, criando-se a USHE. Após, a Portaria nº 1450/2008 de 16 de Dezembro, no nº 4 do seu artigo 8º, refere que a USHE dispõe de um órgão responsável pelo ensino e desbaste de solípedes. Mais tarde, o Despacho nº59/09 – OG, referente à USHE, estabelece, no seu ponto 2, que o CEDS se enquadra na articulação da Unidade. No ponto 3 do mesmo Despacho, referente às atribuições, na alínea f), define que compete à USHE garantir a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes. No ponto 6, que aborda as instruções de coordenação, na alínea a), refere que o CEDS é orgânico da Arma de Cavalaria, e na alínea f) que possui especialistas em atrelagem, picadores e tratadores.

A missão do CEDS compreende:

- O desbaste de todos os solípedes adquiridos pela GNR, sejam eles destinados ao serviço geral a cavalo ou destinados à competição desportiva nas modalidades olímpicas;
- Fazer o reensino dos solípedes que, estando já em serviço em todo dispositivo nacional e que por motivos diversos, apresentam dificuldades no desempenho de todo serviço, sendo necessário fazer uma avaliação e uma reeducação para que possa, em segurança, voltar a desempenhar todo o serviço;
- Propor o abate ao efectivo, os solípedes que, após uma fase de reensino, demonstrem não reunir, de todo, as condições para voltar a desempenhar o serviço geral a cavalo;
- Efectuar, através da Secção de Atrelagem, o treino e adaptação dos solípedes que demonstrem ter as necessárias características para esse serviço;
- Efectuar todos os serviços de atrelagem que sejam superiormente determinados;
- Integrar a composição das Escoltas de Honra a Chefes de Estado.

No Anexo B ao Despacho nº 59/09 – OG, referente ao Quadro Orgânico de Referência da USHE, prevê que o efectivo do CEDS seja constituído por trinta e nove militares, sendo: um Capitão, três Sargentos, um Cabo Chefe/Cabo Mor, nove Cabos Chefe/Cabos e 25 Cabos de Antiguidade/Guardas.

4.3 AQUISIÇÃO DE SOLÍPEDES

Como foi referido anteriormente o Regulamento para o Serviço de Remonta da GNR sofreu a sua última alteração a 20 de Novembro de 1973. Naturalmente que o que se encontra lá estipulado já não é seguido à risca, apesar de servir de base a todo o funcionamento do serviço. Actualmente tanto as NAEM/GNR como os últimos cadernos de encargos de aquisições de solípedes, através de concurso público, já não correspondem totalmente a este Regulamento.

De forma a ser mais facilmente perceptível a forma como decorre o processo de remonta na actualidade torna-se relevante debruçarmo-nos sobre o Caderno de Encargos do Concurso Público nº 6/2008, relativo à aquisição de solípedes. Apesar de em 2009 também terem sido adquiridos solípedes, 2008 foi o último ano em que tal aconteceu tanto para Montadas de Fileira (MF)¹³ como para Montadas de Desporto (MD)¹⁴.

O Caderno de Encargos é dividido em duas partes fundamentais, a Parte I, que aborda as cláusulas jurídicas, e a Parte II, que se refere às cláusulas técnicas.

Relativamente à Parte I, o artigo 1º refere que o objecto do contrato consiste na aquisição de solípedes de fileira e de desporto, que poderá atingir os 60 solípedes de fileira e os 2 de desporto, durante o ano de 2008. Os solípedes serão entregues nas instalações do GEDS sem qualquer encargo para o RC, imediatamente à sua adjudicação (art.º 2º e 3º). A Parte I refere ainda outras cláusulas jurídicas como as condições de pagamento, as penalidades ou a rescisão de contrato, que não se tornam substancialmente relevantes esmiuçar.

Relativamente às cláusulas técnicas, Parte II, o Caderno de Encargos estipula que os solípedes devem ser apresentados à Comissão de Remonta em perfeito estado de limpeza.

O ponto 1 estabelece as condições técnicas a que devem obedecer os solípedes de fileira: ter boa conformação exterior, temperamento sadio e completa isenção de qualquer moléstia, aleijão ou defeito que possa impossibilitá-los para o serviço; não apresentar sinais indicativos de terem sido curados de moléstias graves que possam ter influído na constituição dos animais; terem, idade compreendida entre 3 (três) e 6 (seis) anos, inclusive; terem altura mínima de 1,57 metros e, preferencialmente, inferior a 1,70 metros; os machos devem estar convenientemente castrados e com ferida cirúrgica seca; deverão estar montados e ferrados,

¹³ São designadas MF todas aquelas cujas características permitam satisfazer o cabal desempenho da missão da GNR, de instrução, operacional ou honorífica.

¹⁴ São designadas MD todas aquelas que manifestem características especiais de aptidão para o desporto.

pelo menos dos membros anteriores, os solípedes que tenham 5 (cinco) ou 6 (seis) anos; devem ser de pelagem castanha, lazã, ruça ou malhada; na apresentação devem estar bem limpos, com os cascos tratados (ferrados ou não), utilizar uma cabeçada de bridão e permitir, facilmente, a sua inspecção pela Comissão de Remonta; os solípedes devem ser apresentados á comissão de remonta em território nacional continental; na proposta deve ser indicado o local onde estes se encontram e devem ser devidamente identificados, indicando com o máximo de pormenor as suas características, nomeadamente (nome, número de registo, marcas e ferro do criador se tiver).

O ponto 2 define quais as moléstias e vícios não verificados no acto da aquisição dos solípedes e que dão lugar a que se possa usar de acção redibitória¹⁵ contra os vendedores, tais como manhas ou taras nervosas que tornem o solípede impróprio para o serviço da GNR.

Segundo o ponto 3, o que é referido nos pontos anteriores é também aplicável na aquisição de cavalos de desporto, à excepção do que se refere à apresentação dos solípedes ter de ser feita em território nacional continental. Todos os solípedes apresentados para MD têm de ser portadores do respectivo livro azul¹⁶ ou passaporte internacional.

Após a primeira inspecção, se feita em território nacional, em local designado pelo proprietário e caso a Comissão de Remonta considere que o solípede reúne as condições necessárias, o mesmo tem de ser presente no RC para ser efectuado exame clínico e exames complementares de diagnóstico, se necessário. Se ainda não estiver atestada a capacidade desportiva do solípede, esta será avaliada no mesmo dia e local do exame clínico.

No caso dos solípedes observados fora do território nacional, os exames clínicos e os exames complementares de diagnóstico serão efectuados no local da sua apresentação, assim como, a observação das suas capacidades desportivas.

De forma a melhor se perceber os valores relativos à aquisição dos solípedes ao longo dos anos, tanto ao nível do número de cavalos adquiridos como dos valores monetários envolvidos, foi feita uma pesquisa aos arquivos do CEDS e da Secção de Recursos Logísticos e Financeiros (SRLF) da USHE. Nos quadros L.1, L.2, L.3 e L.4, em Anexo¹⁷ apresentam-se, respectivamente, o número total de cavalos adquiridos anualmente pela GNR, entre os anos de

¹⁵ É aquela acção em que o adquirente não aceita receber a coisa e, conseqüentemente, desfaz o contracto, por causa da presença do vício redibitório (defeito), e reivindica a devolução do valor pago pela coisa.

¹⁶ Documento identificativo do cavalo

¹⁷ Vide Anexo L

1970 e 2009; o número de MD adquiridas anualmente pela GNR, entre os anos de 1970 e 2011 (consideram-se MD, neste caso, todos os cavalos adquiridos que não MF); o valor médio dispendido no cavalo de fileira, adquirido entre 1970 e 2009 (importa ressaltar que, naturalmente, os valores se adequam à época, não sendo comparáveis, linearmente, com o valor actual); e o valor total dispendido anualmente na aquisição de solípedes, entre 1996 e 2011.

4.4 NAEM/GNR

Tendo em conta toda a complexidade inerente à valência equestre, teve-se por bem estabelecer um conjunto de regras que regulam, precisamente, a actividade equestre na GNR, no que concerne à instrução, competição em provas equestres, ensino e desbaste de solípedes. Apesar de estar actualmente a ser elaborada uma proposta para alteração das NAEM/GNR, fruto da recente reestruturação da GNR, as que actualmente se encontram em vigor são referentes ao Despacho nº3/2000 – OG.

No nº2 do seu artigo 3º estabelece-se que a prática de equitação será facultada a qualquer militar da GNR que, pelas suas funções, gosto ou aptidão manifestadas, pretenda através daquela prática aperfeiçoar ou manter as necessárias condições de desembaraço físico ou participar em provas de competição, nos termos e com as limitações previstas nas Normas.

As NAEM/GNR comportam a existência de duas Comissões, a Comissão para os Assuntos Equestres (CAE) e a Comissão Técnica Equestre (CTE). A primeira (artigo 8º) está à disposição do Comandante-Geral, como órgão consultivo, afim de o auxiliar na decisão sobre assuntos da actividade equestre. Compete à CAE estudar e propor: a política de aquisição de solípedes destinada à fileira da GNR e MD; a classificação e reclassificação de MD, tendo em vista o seu emprego nas disciplinas de Obstáculos, Ensino e CCE.

Relativamente à CTE (artigo 10º) constituir-se-á como órgão de apoio permanente à CAE, composta pelo Comandante da USHE, um Mestre de Equitação da USHE e o Comandante do CEDS. Compete à CTE propor: a distribuição anual (em princípio de Outubro de cada ano) das montadas consideradas em condições de poderem tomar parte em provas públicas federadas com militares da GNR; a revisão da distribuição de montadas (de desporto ou outras) sempre que se justifique; a reclassificação dos solípedes da GNR que, pelo trabalho e prática devam receber outra classificação; a nomeação dos conjuntos (cavaleiro e cavalo) que poderão participar em provas equestres federadas das várias disciplinas.

O artigo 13º refere que as MF que revelem aptidão para poderem tomar parte em provas públicas federadas, poderão ser distribuídas a militares que pratiquem equitação de competição, podendo vir a ser reclassificadas em MD.

Relativamente às MD (artigo 15º), estas serão distribuídas por despacho do Comandante-Geral, por proposta da CAE, a militares que pratiquem, com reconhecido nível desportivo, equitação de competição em qualquer das modalidades. Apenas aos cavaleiros autorizados a entrar em provas públicas da FEP poderão ser distribuídas duas MD. Na distribuição das MD serão observados critérios como ter tomado parte nas provas públicas federadas e ter revelado aptidão, a par de notável interesse e dedicação pela equitação. Os militares poderão perder o direito às MD distribuídas, nomeadamente se no período entre duas Semanas Equestres Militares (SEM)¹⁸ não tiverem participado em três provas públicas federadas, no caso de terem uma MD, e cinco provas públicas federadas, no caso de terem duas MD. Poderão perder também o direito às MD se não as apresentarem nas provas periódicas organizadas nas Unidades, ou se não cumprirem com zelo a obrigação de velar com todo o cuidado e interesse pela conservação, treino e aproveitamento das suas MD.

O militar que reúna condições para receber MD, pode requerer para assentar como praça provisória, unicamente um cavalo de sua propriedade. Quando autorizado e após parecer favorável da Comissão de Remonta, o solípede é considerado Montada de Desporto Particular (MDP), devendo o militar comprometer-se a manter a montada no mínimo dois anos nessa situação e participar também em, no mínimo, três provas públicas federadas entre duas SEM e tomar parte nas provas que integram a mesma.

Porém, o Comandante-Geral poderá autorizar o alojamento em Quartéis da GNR de Solípedes Propriedade de Militares (SPM) a título transitório, desde que requerido e caso a informação prestada pelo Comandante da Unidade seja favorável, dela se conclua haver interesse para a GNR. Todos os encargos são da responsabilidade do proprietário.

Os militares cujas MD tenham deixado de satisfazer as qualidades a que destinam e desejem fazer a sua entrega ou substituição, apresentarão requerimento nesse sentido ao Comandante-Geral.

Relativamente a situações de diligência, que implique a deslocação igual ou superior a quinze dias, os militares que tenham MD distribuída e que façam parte das listas de cavaleiros aptos a tomar parte em provas externas federadas, poderão solicitar para se fazerem acompanhar da montada, desde que existam condições para alojamento, trabalho e utilização da mesma.

¹⁸ Prova maior do calendário equestre militar, que se realiza anualmente no CMEFD.

O artigo 24º das NAEM/GNR define que se considera que a participação dos militares da GNR em provas das várias modalidades, são de interesse quer para a GNR, quer para os militares pertencentes ao efectivo das tropas a cavalo, isto tendo em vista a obtenção da forma física/técnica adequada ao desempenho das suas funções. Nesse sentido é determinante aos militares que desejem tomar parte em provas equestres federadas com MD distribuída, a obrigatoriedade de participarem na SEM e nas Poules das Unidades¹⁹.

Imediatamente após a realização das Poules das Unidades e da SEM o Comandante-Geral aprovará a lista de cavaleiros aptos a tomar parte em provas externas federadas, nas diferentes modalidades, mediante proposta apresentada pela CTE à CAE e com limite máximo de: dez cavaleiros, para provas públicas da FEP; dez cavaleiros (para além dos anteriores) em provas militares e em provas públicas de nível técnico compatível com a aptidão dos conjuntos e disputadas na área da periferia da Unidade (artigo 26º).

Os militares autorizados a tomar parte, nos termos do referido anteriormente, em provas públicas têm direito: ao pagamento anual da licença e seguro desportivo, passados nos termos dos Regulamentos da FEP, suportados pela SRLF da Unidade a que pertença o militar; ao transporte para si, para os solípedes autorizados a utilizar, para o respectivo tratador e eventuais despesas de alojamento de solípedes; ao pagamento de 80% das despesas das inscrições pelos Fundos Privativos da sua Unidade, sendo os restantes 20% encargos do militar concorrente; a 80% dos prémios pecuniários, depois de deduzida a importância que é devida à FEP, sendo que os 20% remanescentes revertem para os Fundos Privativos da sua Unidade (artigos 27º e 28º).

Além da participação na SEM e nos Campeonatos Desportivos Militares de Equitação do Exército, o crédito anual de participação dos cavaleiros aptos a tomar parte em provas públicas da FEP é: dez dias, seguidos ou alternados, com direito a ajudas de custo e com os direitos anteriormente referido; quinze dias, sem direito a ajudas de custo, nas condições anteriores; para além dos créditos acima referidos e atendendo às características próprias e tipicamente militares que revestem o CCE, são autorizadas mais quatro provas de CCE, das quais duas com direito a ajudas de custo (artigo 29º). Não carece de crédito a participação em provas públicas realizadas na área da periferia da Unidade, desde que não haja custo para a Fazenda Nacional, excepto o transporte de solípedes e tratadores para o local das provas e vice-versa, devendo os mesmos recolher diariamente à sua Unidade (artigo 30º).

¹⁹ Provas previstas, no âmbito interno, para os militares da GNR.

O Comandante-Geral poderá autorizar a participação de militares da GNR em provas públicas no estrangeiro desde que em equipas oficiais da GNR, com dispêndio para a mesma, ou em equipas da FEP, equipas particulares ou individualmente, sem dispêndio para a instituição e não carecendo de crédito.

Importa reforçar que estas Normas foram redigidas no ano 2000 e que, naturalmente, sofrerão algumas alterações com a aprovação da nova proposta. No entanto, são estas que actualmente regem ainda a actividade equestre na GNR.

4.5 GESTÃO DE CARREIRAS

Ao abordar a temática do investimento não nos cingimos apenas ao investimento monetário. Como tal, para além da aquisição de solípedes e das normas vigentes relacionadas com a actividade equestre, importa debruçarmo-nos sobre a gestão de carreiras dos militares de Cavalaria, tentando perceber se é propícia ao progresso equestre dos cavaleiros.

Através da consulta à help desk da base relacional de recursos humanos da Divisão de Planeamento e Obtenção de Recursos Humanos (DPORH) foi possível obter os quadros M.1 a M.4²⁰.

É possível verificar que, nos últimos 5 (cinco) anos, dos 19 (dezanove) Oficiais que frequentaram o CEC, 14 (catorze) foram colocados no RC/USHE e 5 (cinco) fora da Unidade. Apesar de ainda não estar registado oficialmente, recentemente 14 (catorze) Alferes frequentaram também o CEC, sendo que apenas 3 (três) deles continuaram colocados na USHE.

Por outro lado, podemos concluir que, nos últimos 10 (dez) anos, dos 12 (doze) militares que frequentaram o CMEq, 10 (dez) foram colocados no RC/USHE e 2 (dois) fora da Unidade.

É possível constatar que, nos últimos 10 (dez) anos, dos 7 (sete) militares que frequentaram o CIEq, 2 (dois) foram colocados no RC/USHE e 5 (cinco) fora da Unidade. No entanto, apesar de não registado oficialmente, recentemente 5 (cinco) militares concluíram o 1º CIEq ministrado na GNR, sendo que apenas 2 (dois) ficaram colocados na USHE.

Pode-se verificar também que, nos últimos 10 (dez) anos, dos 2 (dois) militares que frequentaram o CAIEq, ambos ficaram colocados no RC.

Importa salientar que, em todos os casos, se trata da colocação seguinte à frequência dos respectivos cursos, não significando que anteriormente não estivessem já colocados na

²⁰ Vide Anexo M

Unidade, e que o tempo em que estiveram lá colocados, posteriormente, seja suficiente ou não para que houvesse um eventual retorno do investimento feito na sua formação.

4.6 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ao longo da história do RC, actual USHE, foram várias as designações do órgão responsável pelo ensino e desbaste de solípedes, sendo a última, decorrente da última reestruturação da GNR, CEDS.

A aquisição de solípedes é regulada pelo Regulamento para o Serviço de Remonta da GNR, sendo a sua última versão, referente a 20 de Novembro de 1973. Actualmente, porém, tanto as NAEM/GNR como os últimos Cadernos de Encargos de aquisição de solípedes, apontam para algumas nuances nos procedimentos relativos ao serviço.

As NAEM/GNR, para além do Serviço de Remonta, estabelecem também diversas regras para o funcionamento da actividade equestre na GNR, relativamente à instrução e à competição em provas desportivas equestres.

Através da análise de dados referentes às colocações posteriores à frequência de cursos de formação equestre, foi possível perceber que, nem sempre, os militares que fazem a formação, vão exercer funções nesse âmbito.

II – PARTE PRÁTICA

CAPÍTULO 5 – METODOLOGIA DA PARTE PRÁTICA

5.1 INTRODUÇÃO

Finda a Parte I, onde foram enquadrados os fundamentos teóricos que poderão estar directa ou indirectamente relacionados com o tema, surge a necessidade de dar seguimento à investigação, de forma a atingir os propósitos do trabalho.

Sendo assim, neste capítulo serão abordados os métodos e técnicas utilizadas com o objectivo de sustentar as perguntas de investigação formuladas inicialmente. Com tal fim serão apresentados a metodologia do trabalho de investigação, o universo de análise e escolha da amostra, bem como os procedimentos e técnicas utilizadas.

5.2 METODOLOGIA DO TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO

De forma a recolher a informação pretendida, da maneira mais objectiva possível, com vista a dar resposta à questão de partida e respectivas questões derivadas, foram utilizados fundamentalmente, dois métodos de recolha de dados: a análise documental²¹ e o método inquisitivo²².

A análise documental serviu como base para a parte teórica do trabalho e ponto de partida da investigação. A mesma foi efectuada, exaustivamente, interna e externamente, em diversas bibliotecas, arquivos, bases de dados e sítios da internet fidedignos, de Estabelecimentos de Ensino Superior, da GNR, do Exército, da FEP e da ENE, como referido no capítulo introdutório. O método inquisitivo foi utilizado na parte prática do trabalho tendo em vista o alcançar dos propósitos do mesmo. Foi realizado através de entrevistas semi-directivas a pessoas que, de uma forma directa ou indirecta, exercem ou exerceram funções relacionadas com a prática da equitação desportiva.

²¹ Fundamenta-se na decomposição de um todo nas suas partes, para serem mais facilmente estruturadas (Barañano, 2004)

²² Baseado no interrogatório escrito e oral (Sarmento, 2008)

5.3 UNIVERSO DE ANÁLISE E ESCOLHA DA AMOSTRA

Com o objectivo de tornar fiável a análise dos resultados do método inquisitivo, torna-se imprescindível definir, de forma coerente, a amostra que será alvo de tal procedimento.

Analisando o objecto de estudo verificamos que este assenta na USHE, nomeadamente na descida do nível equestre dos militares, reflectida pela falta de presença dos mesmos nas provas equestres desportivas.

Sendo assim, o universo de análise é constituído pelos militares ou civis que desempenham ou desempenharam funções de formação equestre, dentro ou fora da instituição; cavaleiros militares ou civis que alcançaram grandes resultados desportivos; cavaleiros militares ou civis que actualmente participam em provas; e Oficiais da GNR que desempenham funções relacionadas com o investimento na valência equestre.

Sendo assim, relativamente à amostra, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), existem três possibilidades: estudar a totalidade da população, estudar uma amostra representativa da população e, por último, estudar componentes não estritamente representativos, mas características da população.

Como tal, foi decidido optar por esta última possibilidade, procurando uma amostra que compreendesse uma representação do vasto universo análise de estudo, “tendo em vista a maior diversidade possível de opiniões face ao objecto estudado” (Guerra, 2010, p. 41).

Importa ainda referir que o método de amostragem obedeceu a critérios que se prenderam com a diferenciação das funções desempenhadas, a experiência em provas equestres desportivas, os diferentes graus de responsabilidade e conhecimento sobre o tema, e a época em que vivenciaram toda esta realidade.

No quadro 5.1 apresenta-se a caracterização da amostra.

Quadro 5.1: Caracterização da amostra.

Entrevistado	Género	Posto	Função objecto de estudo	Função actual
Nº 1	M	Capitão Ref	Cavaleiro de renome	Reformado
Nº 2	M	Capitão	CMDT do CEDS	Cmdt do CEDS
Nº 3	M	Coronel Ref	Director da ENE e CMDT do CMEFD	Director da ENE
Nº 4	M	Tenente-Coronel	Chefe da Secção de Formação e Treino	Chefe da Secção de Formação e Treino
		Tenente-	Mestre da GNR e Coordenador do	Coordenador do Conselho

Nº 5	M	Coronel Ref	Conselho Superior Pedagógico da ENE	Superior Pedagógico da ENE
Nº 6	M	Tenente-Coronel Ref	Cavaleiro de renome e Mestre da GNR	Reformado
Nº 7	M	Capitão	CMDT do CEDS e CMTD do 3º Esquadrão	CMTD do 3º Esquadrão
Nº 8	M	Sargento-Mor	Vice-Presidente da FEP na área de Ensino	Mor do CMEFD
Nº9	M	Civil	Cavaleiro de renome	Formador do Conselho Superior Pedagógico da ENE

5.4 PROCEDIMENTOS E TÉCNICAS

Tendo em vista a constituição da problemática da investigação foram inicialmente realizadas leituras e entrevistas exploratórias. As primeiras pois ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos à pergunta de partida e as segundas porque contribuem para descobrir aspectos a ter em conta, alargando ou rectificando o campo de investigação das leituras (Quivy & Campenhoudt, 2008). “A entrevista exploratória visa economizar perdas inúteis de energia e de tempo na leitura, na construção de hipóteses e na observação” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 67).

Estas entrevistas tiveram cariz informal aproximando o investigador do objecto de estudo. As leituras basearam-se nos resultados da pesquisa bibliográfica exaustiva, enunciada anteriormente, permitindo desenvolver a parte teórica, após a análise documental dos mesmos. Neste momento, estando a problemática devidamente enquadrada, importa definir qual o método de recolha de informação mais indicado de forma a verificar convenientemente as hipóteses enunciadas. Tendo isso em conta, foi considerado o método inquisitivo, através da aplicação de entrevistas, como o mais fiável na prossecução dos objectivos do trabalho.

A variante escolhida foi a entrevista semi-directiva, uma vez que a mesma permite que o entrevistado fale abertamente, sendo encaminhado pelo investigador para os seus objectivos, apenas quando se afastar dos mesmos, tendo como vantagem “o grau de profundidade dos elementos de análise recolhidos” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 195).

Tendo em conta que “os métodos de recolha e os métodos de análise dos dados são normalmente complementares e devem, portanto, ser escolhidos em conjunto, em função dos objectivos e das hipóteses de trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 185) optou-se por esta

abordagem uma vez que permite um tratamento qualitativo dos dados e que se caracteriza por ser cientificamente correcta.

Sendo assim, procedeu-se à elaboração de um guião de entrevista²³, baseado nas questões derivadas do problema central, direccionado para as hipóteses formuladas. Importa referir que foi feito um guião de entrevista adaptado²⁴, considerando que, na amostra, um dos entrevistados está, de certa forma, afastado da realidade militar.

Por fim, o conteúdo das entrevistas será objecto de uma análise de conteúdo sistemática, “destinada a testar as hipóteses do trabalho” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 193).

5.5 CONCLUSÃO DO CAPÍTULO

Ao longo do capítulo pretendeu-se ilustrar os métodos que foram utilizados nas diferentes fases de realização do trabalho, tendo em vista a prossecução dos seus objectivos.

Assim, numa primeira fase, foram efectuadas entrevistas exploratórias e análise documental, com o propósito de enquadrar a problemática do trabalho e a sua parte teórica. Posteriormente, foram realizadas entrevistas semi-directivas a uma determinada amostra característica da população, permitindo, a sua análise, validar ou refutar as hipóteses formuladas inicialmente.

²³ Vide Apêndice A

²⁴ Vide Apêndice A

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

6.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo visa a apresentação e respectiva análise dos resultados obtidos na realização das entrevistas.

As questões foram analisadas individualmente, através de quadros que correspondem às respostas dadas por cada um dos entrevistados. A cada questão corresponde dois quadros de análise, um de análise qualitativa, que apresenta um resumo da resposta dada pelo inquirido, e outro de análise quantitativa, que permite cruzar as respostas analisando os conceitos que foram abordados e a sua frequência, permitindo fazer uma comparação crítica e discussão do seu conteúdo.

De forma a enriquecer o trabalho foi realizada também uma entrevista dirigida a um civil, que, por motivos de relativo desconhecimento da realidade militar, teve um guião adaptado. Optou-se, então, por analisar esta entrevista separadamente das restantes, apresentando-se também um quadro de análise qualitativo das respostas dadas pelo entrevistado, comparando as suas respostas com aquelas que, de certa forma, possuem equivalência com as dos restantes inquiridos.

Importa referir que as respostas a cada questão foram alvo de tratamento, que visou objectivar e simplificar os dados que se pretendiam recolher, facilitando a análise mencionada anteriormente.

6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Na análise das entrevistas utilizaram-se dois métodos distintos, a análise qualitativa do conteúdo, através de sinopses, e, posteriormente, a análise quantitativa, através dum grelha que relaciona os principais conceitos argumentados pelos inquiridos.

Por motivos de limite de páginas, apresenta-se aqui somente a análise quantitativa, podendo o conteúdo das entrevistas e a sua análise qualitativa ser consultado no Apêndice A.

6.2.1 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 1

No quadro 6.1. apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº1 - ***De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que,***

supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

Quadro 6.1: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 1.

Conceito	Entrevistados								%
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Aperfeiçoamento do nível equestre	x	x	x	x	x	x	x	x	100
Elevação do prestígio da GNR	x	x			x	x	x		62,5
Potenciar a utilização do cavalo			x						12,5

Podemos verificar, através da análise das respostas, que os resultados foram bastante consensuais, bem como os argumentos utilizados em cada resposta. Todos os entrevistados responderam afirmativamente à questão, considerando que se justifica plenamente a participação em provas desportivas civis.

Relativamente aos conteúdos abordados, todos eles frisaram, de uma maneira ou de outra, que a participação nas provas levará a um aperfeiçoamento do nível equestre do militar e, conseqüentemente, da instituição. A maioria dos entrevistados (62,5%) refere ainda que tal facto se justifica pela elevação do prestígio e imagem da GNR. O entrevistado nº3 acrescenta ainda que é uma forma também, de potenciar a utilização do cavalo.

6.2.2 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 2

No quadro 6.2. apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº2 - ***A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí advieram?***

Quadro 6.2: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 2.

Conceito	Entrevistados								%
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Descida do nível de formação no CMEFD	x			x		x			37,5
Condições para formar na GNR	x	x		x		x	x		62,5
Elevados custos de formação no CMEFD		x		x	x		x	x	62,5
Elevada duração dos cursos no CMEFD		x					x		25

Duplicação de meios			x						12,5
Cursos no CMEFD visavam mais o cavaleiro que o professor					x				12,5
Afastamento dos militares que montam a cavalo							x		12,5

Analisando as repostas dadas a esta questão é possível verificar que são bastantes os motivos e consequências enunciados, relativos ao afastamento ocorrido entre a GNR e a formação em Mafra.

Os argumentos defendidos maioritariamente (62,5%) são os elevados custos de formação para os militares da GNR no CMEFD e a existência de condições para que eles sejam formados na própria instituição. Alguns dos entrevistados (37,5%) referem ainda que ocorreu uma descida do nível de formação no CMEFD ou que os cursos em Mafra têm duração demasiado grande (25%). O entrevistado nº 5 aponta também para o facto dos cursos em Mafra visarem mais o cavaleiro do que o formador.

A nível de consequências negativas de tal facto, o entrevistado nº 3 refere que com o afastamento da GNR existe agora uma duplicação de meios e o entrevistado nº 7 frisa o afastamento consequente entre os militares de Cavalaria do Exército e da GNR.

6.2.3 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 3

No quadro 6.3 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº3 – *Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?*

Quadro 6.3: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 3.

Conceito	Entrevistados								%
	nº 1	nº 2	nº 3	nº 4	nº 5	nº 6	nº 7	nº 8	
Dedicação, trabalho e talento individual	x	x		x	x	x		x	75
Toda a carreira no RC		x					x		25
Estrutura existente			x			x			25
Equitação dominada pelos militares				x			x		25
Cavalos baratos				x					12,5

Conforme é possível verificar, são variados os motivos apontados pelos entrevistados para ter sido possível, a alguns militares, outrora, atingir resultados bastante positivos nas provas equestres.

Grande parte dos inquiridos (75%) sublinha que tal feito foi alcançável pela dedicação, trabalho e talento que se conjugavam na mesma pessoa.

Para além deste argumento, que apareceu com mais frequência, alguns entrevistados (25%) apontam para os referidos militares terem tido uma carreira feita, na sua totalidade ou perto disso, no RC; para a estrutura que existia na altura na instituição; e para o facto da equitação, à época, ser sobretudo dominada pelos militares.

Por fim, o entrevistado nº 4 refere ainda que os cavalos eram mais baratos na altura do que actualmente.

6.2.4 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 4

No quadro 6.4 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº4 – *Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade? O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?*

Quadro 6.4: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 4.

Conceito	Entrevistados								%
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Primar pela qualidade	x	x		x	x	x			62,5
Traçar objectivos concretos		x				x	x		37,5
Equilíbrio			x				x	x	37,5
Actualmente a qualidade é mais baixa				x					12,5
Actual política de remonta é limitadora				x			x		25

Relativamente à forma como deve ser encarada a política de remonta a maioria dos inquiridos (62,5%) considera que se deve primar pela qualidade. Porém, alguns dos entrevistados (37,5%) referem que deve existir um equilíbrio, tendo em conta que existe uma quantidade necessária a satisfazer. Outros ainda (37,5%) realçam a importância de traçar objectivos concretos na aquisição de solípedes.

No que concerne ao que tem vindo a ocorrer actualmente, por terem estados envolvidos nas remontas mais recente, tanto o entrevistado nº 4 como o entrevistado nº 7 referem que a actual

política de remonta é limitadora, considerando, o entrevistado nº 4, que tal facto se reflecte no abaixamento da qualidade dos cavalos adquiridos.

6.2.5 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 5

No quadro 6.5 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº5 - **Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?**

Quadro 6.5: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 5.

Conceito	Entrevistados								%
	nº 1	nº 2	nº 3	nº 4	nº 5	nº 6	nº 7	nº 8	
Subaproveitamento da qualidade dos cavalos	x	x			x	x	x	x	75
Falta de continuidade cavalo-cavaleiro		x							12,5
Qualidade insuficiente das MD			x						12,5
Investir em hipotéticos campeões				x					12,5
Mercado dos cavalos aumentou			x	x	x		x	x	62,5

No que concerne a esta questão é possível verificar que as respostas são consensuais, respondendo todos os inquiridos de forma negativa à mesma, com excepção do entrevistado nº 3.

A maioria dos entrevistados (75%) aponta para o facto dos cavalos que existem na instituição não estarem a ser convenientemente aproveitados, tendo os mesmos qualidade para competirem nas provas desportivas. Isto, mesmo considerando que muitos dos entrevistados (62,5%), concordam que o mercados dos solípedes, efectivamente, aumentou os seus valores. O entrevistado nº 2 salienta que o subaproveitamento dos solípedes deriva da falta de continuidade que ocorre entre o cavalo e o cavaleiro. O entrevistado nº 4 considera que se deve investir em hipotéticos campeões, que com baixa idade ainda não têm valores elevados. Por fim, o entrevistado nº 3 refere que a qualidade das MD é efectivamente baixa e insuficiente para competir a nível nacional e, muito menos, internacional.

6.2.6 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 6

No quadro 6.6 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº6 - **Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda está a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?**

Quadro 6.6: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 6.

Conceito	Entrevistados								%
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Subaproveitamento da formação	-	x	x	x		x	x	x	85,7
Falta de dedicação	-				x				14,3

Relativamente à questão é-nos permitido constatar a consensualidade das respostas, já que todos os entrevistados consideram que não existe retorno do investimento efectuado nos cursos de formação, com excepção do entrevistado nº 1 que não quis abordar o assunto.

A grande maioria dos entrevistados (85,7%) considera que se assiste a uma falta de aproveitamento da qualificação que o militar adquire. Apenas o entrevistado nº 5 vai por outro caminho, referindo que com dedicação e sacrifício era possível ao militar continuar a montar, existindo, desta forma, o tal retorno.

6.2.7 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 7

No quadro 6.7 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº7 - **É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?**

Quadro 6.7: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 7.

Conceito	Entrevistados								%
	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	nº	
	1	2	3	4	5	6	7	8	
Dificuldade técnica aumentou	x	x		x	x	x	x	x	87,5
Concorrência a nível civil aumentou		x	x	x	x				50
Dificuldade diferente/equivalente			x				x	x	37,5

Analisando os resultados da questão nº 7 verifica-se que apenas o entrevistado nº 3 e o entrevistado nº 7 não consideram que a dificuldade das provas equestres tenha aumentado.

A maioria dos entrevistados (87,5%) considera que a dificuldade técnica das provas tem vindo a ser maior. Metade dos entrevistados aponta também que a concorrência a nível civil tem crescido significativamente.

Como foi referido no princípio apenas os entrevistados nº 3 e nº 7 não concordam que a dificuldade geral das provas tenha aumentado, considerando os mesmos que essa dificuldade é diferente ou equivalente. O entrevistado nº 8, apesar de referir que no global as provas são mais difíceis, partilha da opinião anterior.

6.2.8 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 8

No quadro 6.8 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº 8 – **Actualmente, o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?**

Quadro 6.8: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 8.

Conceito	Entrevistados								%
	nº 1	nº 2	nº 3	nº 4	nº 5	nº 6	nº 7	nº 8	
Condições adequadas	x	x	x	x	x	x	x	x	100
Falta de incentivo	x	x		x	x	x	x	x	87,5
Auto-motivação				x					12,5
Treinadores desnecessários	x				x				25

Fruto da análise de resultados a esta questão é possível dizer-se que existe total concordância dos entrevistados de que a GNR possui as condições adequadas para proporcionar aos seus militares a prática de equitação de alta competição.

Por outro lado a maioria dos entrevistados (87,5 %) defende que existe falta de incentivo e aposta nesse sentido, da instituição para que tal se proporcione.

O entrevistado nº 4 refere que o que vale aos militares é a capacidade de estarem sempre motivados e motivarem os restantes. Já os entrevistados nº 1 e nº 5 ressaltam que os treinadores são desnecessários, devendo existir, isso sim, sacrifício e dedicação pessoais.

6.2.9 ANÁLISE QUANTITATIVA À QUESTÃO Nº 9

No quadro 6.9 apresenta-se a análise quantitativa dos resultados das respostas dadas à questão nº 9 – **Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?**

Quadro 6.9: Análise Quantitativa de Resultados da Questão nº 9.

Conceito	Entrevistados								%
	nº 1	nº 2	nº 3	nº 4	nº 5	nº 6	nº 7	nº 8	
Dedicação, sacrifício e trabalho individual	x				x				25
Apostar em conjuntos/equipa		x			x	x	x	x	62,5
Repor estrutura que existia			x					x	25
Continuar e melhorar o sistema de formação				x					12,5
Desenvolver estratégia de competição				x			x	x	37,5
Mudar mentalidade da GNR relativa aos cavalos							x		12,5

Relativamente à questão nº 9 são muitas e variadas as soluções que os entrevistados apresentam para que os níveis equestres de outrora voltem a ser atingidos.

Aquela medida que reúne maior consenso por parte dos entrevistados (62,5 %) é a aposta, que deverá ser feita pela instituição, em determinados conjuntos (cavalo – cavaleiro) ou numa equipa para concorrer em provas desportivas.

As restantes medidas estão dispersas, alguns entrevistados (37,5%) defendem o desenvolvimento de uma estratégia de competição, outros (25%) referem que terá de ser fruto de dedicação, sacrifício e trabalho individuais. Alguns entrevistados (25%) consideram ainda que deverá ser reposta a estrutura que existia anteriormente.

Por fim, o entrevistado nº 4 salienta que deve ser continuado e melhorado o sistema de formação e o entrevistado nº 7 que a mentalidade da instituição relativa à equitação desportiva tem de mudar.

6.2.10 ANÁLISE DA ENTREVISTA DIRIGIDA

No quadro 6.10²⁵ apresenta-se a análise qualitativa do conteúdo das respostas dadas na entrevista dirigida.

No que respeita à questão nº 1 esta pode ser comparada à também primeira questão das entrevistas anteriores. O entrevistado vai ao encontro dos restantes, concordando que se justifica a participação em provas desportivas. O argumento utilizado prende-se com a elevação do prestígio da GNR.

Relativamente à questão nº2, apesar de não poder ser comparada, está relacionada com a segunda questão das restantes entrevistas. O entrevistado considera que a qualidade dos cavaleiros manteve-se, o que baixou foi a qualidade dos cavalos.

No que respeita à terceira pergunta é possível equipará-la à questão nº 3 das entrevistas. O inquirido argumenta que na altura os civis não tinham preponderância, algo que tinha sido frisado por dois dos demais entrevistados.

No que concerne à pergunta nº 4 não é possível relacioná-la directamente com nenhuma das anteriores entrevistas. Aqui, o entrevistado refere a perda de protagonismo dos militares, resultante da Guerra Colonial e do desinvestimento na área equestre, e a ascensão dos civis, que, através dos militares, adquiriram o conhecimento e progrediram de forma diferente.

Analisando a questão 5ª poderemos verificar que é igual à equivalente das restantes entrevistas. Assim, o entrevistado junta-se ao entrevistado nº 3, discordando dos restantes, considerando que, actualmente, o valor de um cavalo de desporto é excessivamente alto. Acrescenta ainda que para andar no topo são necessários cerca de 8 cavalos, para ir alternando.

Ao esmiuçar a pergunta nº 6 é possível constatar que se trata da questão nº 7 das outras entrevistas. O entrevistado junta-se aos entrevistados nº 3 e nº 7 ao responder de forma afirmativa. Considera que a dificuldade técnica das provas aumentou, ao contrário das alturas e volumes dos saltos, sendo a preparação agora completamente diferente.

A questão nº 7 está, de certa forma, relacionada com a questão 8ª das entrevistas antecedentes. Neste caso, o entrevistado junta-se aos demais, considerando que a GNR possui melhores condições de formação. No entanto, ressalva que para treinar para alta competição a parte civil está mais apta, pela experiência adquirida.

²⁵ Vide Apêndice A.11

Por fim, a 8ª pergunta pode ser equiparada à última questão das demais entrevistas. O entrevistado junta-se à maioria dos seus homólogos, acreditando que deverá existir uma aposta em determinados cavaleiros, dispostos a trabalhar, e providenciar-lhes MD de qualidade com esse fim.

6.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Tendo por base a apresentação e análise dos resultados obtidos referentes às entrevistas, feita anteriormente, importa fazer o ponto de situação do que nos foi permitido extrair dos mesmos, para que se torne mais lógica a ligação com as conclusões do trabalho apresentadas posteriormente.

Através da precedente análise das entrevistas, é-nos permitido considerar que se justifica plenamente a participação em provas desportivas civis, tendo em conta que tal se reflecte no conseqüente aperfeiçoamento do nível equestre da instituição, e na elevação do prestígio e imagem da mesma perante a população.

Relativamente aos motivos que levaram ao afastamento da GNR da formação equestre em Mafra, é considerado, de uma forma geral, que os custos de tal formação eram demasiado elevados, existindo possibilidades e condições para que os militares fossem formados na própria instituição. Há quem aponte também para o facto do nível da formação do CMEFD ter vindo a descer ou a duração dos cursos ser muito extensa. Não deixa de ser referido que, com tal afastamento, existe agora uma duplicação de meios e conseqüente separação entre os militares de Cavalaria.

Por outro lado é possível constatar que noutros tempos foi possível a determinados militares atingir grandes resultados pela dedicação, trabalho e talento que cada um deles pôs ao serviço da equitação desportiva. Não deixa de ser importante referir que tal foi-lhes permitido por terem estado sempre, ao longo da sua carreira, no RC, consideram alguns, pela estrutura que existia à época ou pelo facto da equitação ser sobretudo dominada pelos militares.

No que diz respeito à política de remonta é considerado, de uma forma global, que esta deve primar pela qualidade. No entanto, não deixa de ser referido que deverá existir um equilíbrio, tendo em conta a quantidade que é necessário satisfazer, e a importância de traçar objectivos concretos. Actualmente é considerado que a actual política de remonta é demasiado limitadora, algo que se reflecte no baixar da qualidade dos cavalos adquiridos.

Através das entrevistas realizadas pode-se também constatar que os valores do mercado de solípedes efectivamente aumentaram, apesar de ser considerado, de forma geral, que os

cavalos que existem não são aproveitados na sua plenitude. No entanto há quem considere que a qualidade das MD não é suficiente para competir.

No que concerne à existência ou não de retorno do investimento efectuado na formação equestre é comumente considerado que não, ocorrendo uma falta de aproveitamento da qualificação adquirida pelo militar, que é colocado em funções onde não põe em prática a formação de que foi alvo.

Esmiuçando os resultados obtidos é realista afirmar que a dificuldade técnica das provas efectivamente aumentou, embora haja quem considere que tal se reflecta num aumentar da dificuldade geral, enquanto outros consideram que essa dificuldade é diferente ou equivalente. Não deixa de ser importante constatar que o aumentar da concorrência civil também tem influência.

No que se reporta às condições e incentivos que a GNR proporciona aos seus militares para a alta competição equestre é considerado, de forma geral, que condições existem, o que falta é incentivo e apostas nesse sentido.

Por último, abordando as soluções consideradas para que se retorne ao topo da equitação, é defendido que terá de existir uma aposta da instituição em determinados conjuntos ou numa equipa. Não deixa de ser referido o desenvolvimento de uma estratégia de competição, e o sacrifício e trabalho individuais necessários. Há quem considere ainda que a mentalidade da instituição relativa à equitação desportiva terá que mudar.

CAPÍTULO 7 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

7.1 INTRODUÇÃO

Por fim, após concluída a aplicação do método de investigação e consequente análise e discussão dos resultados obtidos, torna-se imprescindível avançar-se para a fase conclusiva. Deste modo serão, neste Capítulo, verificadas as hipóteses formuladas inicialmente, tecidas as devidas reflexões finais a que se chegou e apresentadas recomendações para futuras investigações, tendo sempre em vista o desenvolvimento e o alcançar de patamares de excelência, a todos os níveis, na instituição, Guarda Nacional Republicana.

7.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES FORMULADAS

Através da análise e discussão dos resultados obtidos anteriormente ser-nos-á possível proceder à verificação ou refutação das hipóteses formuladas no Capítulo 1.

Relativamente à primeira hipótese: **“Não se justifica a participação em provas equestres desportivas exteriores à instituição”**, a mesma não foi validada pelas respostas dadas à questão nº 1 das entrevistas, considerando-se que se justifica plenamente, quer pelo consequente aperfeiçoamento do nível equestre da instituição, quer pela elevação do prestígio e imagem da mesma junto da população.

No que diz respeito à segunda hipótese: **“O sistema de formação na área equestre de que a GNR dispõe não permite alcançar grandes resultados”**, esta foi parcialmente validada nas respostas dos entrevistados à questão nº 2 e pelos subcapítulos 3.3 e 3.4.

A opinião dominante é de que, quando a formação era realizada no CMEFD, esta tinha custos muito elevados, justificando-se a separação, e consequente formação na própria instituição, por existirem possibilidades e condições para que tal se sucedesse. Considera-se também que o nível da formação no CMEFD tinha vindo a descer, que os cursos eram demasiado extensos, e que visavam mais o cavaleiro que o professor.

No entanto, há quem refira que tal facto resultou numa duplicação de meios e num afastamento dos militares de Cavalaria, prejudicial para as duas instituições, GNR e Exército.

Abordando agora a terceira hipótese: **“Os grandes resultados atingidos outrora não são repetíveis”**, constata-se que é parcialmente validada pelas questões nº 3 e nº 9.

Por um lado refere-se maioritariamente que tais resultados foram alcançáveis pela dedicação, trabalho e talento individuais dos militares à causa equestre, beneficiados ou não pela

totalidade da carreira ter sido passada no RC, pela estrutura que existia, pela equitação ser dominada pelos militares, ou pelo preço mais acessível dos cavalos.

Por outro lado, para que tal seja repetido considera-se predominantemente que terá de haver uma aposta em determinados conjuntos ou numa equipa que represente a instituição nas provas desportivas, devidamente incentivada e com objectivos definidos.

Analisando a quarta hipótese: **“Os solípedes adquiridos pela GNR não têm qualidade suficiente para competir com os civis”**, verificamos que é parcialmente validada pelas respostas dos inquiridos às questões nº 4 e nº 5.

Apesar de ser considerada, por quem recentemente as efectuou, que a actual política de remonta é demasiado limitadora, reflectindo-se no baixar da qualidade dos cavalos adquiridos, e que é maioritariamente considerado que o valor do mercado dos solípedes efectivamente aumentou, é opinião quase consensual dos entrevistados que os cavalos que existem têm qualidade, não está a ser plenamente aproveitada.

Não deixa de existir quem considere que a qualidade das MD da GNR não é efectivamente suficiente para competir com os civis.

Passando à quinta hipótese: **“Não existe retorno proveniente dos cursos de formação de formadores de equitação”**, a mesma é parcialmente validada através das respostas à questão nº 6 das entrevistas e do subcapítulo 4.5

A grande maioria dos entrevistados considera que não existe retorno, verificando-se uma falta de aproveitamento da qualificação que o militar adquire e do investimento nele efectuado, por se constatar que por diversas vezes acontece que o mesmo é colocado em funções onde não põe em prática a formação.

No entanto, não deixa de ser referido, por um entrevistado, que com dedicação e vontade o militar pode continuar a praticar equitação, mesmo noutras funções alheias, existindo desta forma o retorno mencionado.

Seguindo para a sexta hipótese: **“O nível de dificuldade das provas equestres aumentou, comprometendo a participação dos militares”**, é parcialmente validada pelas respostas à questão nº 7.

É opinião predominante que a dificuldade técnica das provas aumentou, agora há quem considere que tal se reflecte num aumentar do nível de dificuldade global, enquanto outros referem que esse nível é diferente ou equivalente, cabendo aos cavaleiros adaptarem-se. Importa salientar também a referência à existência de maior concorrência a nível civil.

Por último, a sétima hipótese: **“A instituição não tem capacidade para proporcionar aos militares condições e incentivos para que estes alcancem melhores resultados,**

rivalizando com os civis”, não é validada pelas respostas à questão nº 8 e noutra parte é validada pelas respostas dadas às questões nº 8 e nº 9.

Por um lado, é considerado pela maioria dos entrevistados que existe falta de incentivo da instituição para que tais condições se proporcionem. Por outro lado, é referido por todos os inquiridos, que a instituição possui as condições adequadas para proporcionar aos seus militares, terá é de haver uma aposta nesse sentido, quer seja em determinados conjuntos quer seja numa equipa.

7.3 REFLEXÕES FINAIS

Tendo em consideração que a vertente equestre está inerente à missão da GNR, quer a nível do patrulhamento, das honras de estado ou do restabelecimento e manutenção da ordem pública, não se poderá exigir menos que níveis de excelência no cumprimento das designadas actividades operacionais.

Níveis de excelência esses que se reflectiriam no alcançar de resultados assinaláveis em competições desportivas equestres, resultantes de um natural adquirir de conhecimentos e competências técnicas que a complexidade e especificidade do serviço exigem. A verdade é que tal não se verifica.

Com o avançar do trabalho, aproximando-se prontamente o seu final, urge retornar ao início, a fim de se responder à questão que motivou o desenvolvimento de toda a investigação, a pergunta de partida: **“Quais os motivo que levaram ao afastamento dos militares da Guarda da ribalta da equitação nacional e internacional?”**.

Como se pode constatar pelas antecedentes análises dos resultados obtidos, não há margem para dúvida dos benefícios que advêm da participação nas provas equestres desportivas e a existência de MD com esse fim.

Tanto através da análise dos resultados do método inquisitivo, como da própria análise documental inicialmente efectuada, é possível constatar a existência de uma estrutura e doutrina muito vincadas e consolidadas nos militares, numa fase antecedente à Guerra Colonial, que com ela se desmoronou, nunca mais sendo restabelecida, muito por falta de investimento e justificação operacional para tal, isto de um ponto de vista do Exército, que no fundo se constituía como alicerce também para a GNR. Inversamente proporcional a tudo isto, ocorreu o desenvolvimento da equitação civil, apesar de sempre baseada na doutrina militar.

Ao nível da formação é-nos permitido considerar que foram mais as vantagens do que os inconvenientes derivados da passagem da formação equestre do CMEFD para a própria instituição, não se constituindo tal facto como motivo para afastamento da ribalta.

Relativamente à política de remonta actual é possível concluir que a mesma, pelos limites e restrições que impõe, condiciona a qualidade dos cavalos adquiridos e conseqüentemente o nível equestre da instituição, já que, mesmo tendo em conta os valores elevados do actual mercado, era possível adquirir melhores solípedes. No entanto, também contribui para tal, o facto dos solípedes que existem não serem aproveitados na plenitude das suas capacidades.

Outro facto que não está de modo algum alheio de responsabilidades relativo ao afastamento da ribalta da equitação, prende-se com a gestão das carreiras dos militares de Cavalaria. Durante o seu percurso, os militares que assim pretendem, frequentam cursos de formação equestre sem que haja, muitas vezes, uma rentabilização do investimento efectuado e dos conhecimentos adquiridos, sendo afastados da função específica da unidade, impossibilitando, ou pelo menos dificultando, o seu progresso e continuidade enquanto cavaleiros.

Relativamente ao nível de dificuldade das provas é possível concluir que a sua dificuldade técnica aumentou. No entanto crê-se que será necessário apenas uma adaptação dos cavaleiros, não se constituindo tal como razão preponderante para a descida dos patamares equestres.

Os resultados da investigação permitiram concluir que a GNR possui condições ímpares para proporcionar aos seus militares a prática de equitação de alta competição, o que realmente não se verifica é uma aposta, incentivo e até mesmo investimento nesse sentido.

7.4 RECOMENDAÇÕES

Tendo por base os resultados obtidos que permitiram extrair determinadas relações esplanadas anteriormente, torna-se relevante enunciar algumas recomendações, tendo sempre em vista o alcançar de níveis equestres superiores, que outrora tão bem caracterizaram a GNR.

Assim sendo, considera-se que seja deveras importante a aposta da instituição em determinados cavaleiros, que demonstrem talento e dedicação pela equitação, desenvolvendo-se uma estratégia de competição, que passaria por lhes fornecer as ferramentas necessárias e traçar-lhes objectivos concretos que teriam de cumprir. Tratar-se-ia de um grupo, ou equipa, restrito, mas que dinamizaria a prática da equitação, aumentando a ambição de chegar mais longe por parte de todos os cavaleiros.

Por outro lado, porque não ousar, passando a Cavalaria de Arma a especialidade. Tal facto permitiria, entre outras conseqüências, que deixassem de ser ministrados cursos de formação equestre a quem não os irá aplicar nas suas funções e dificultaria as hipóteses de um militar com conhecimentos e capacidades técnicas ser colocado em funções alheias à sua especialidade.

7.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

No que se reporta às limitações evidenciadas durante a realização do trabalho, salienta-se a escassez de bibliografia relativa a determinadas matérias do trabalho, revestidas de incontornável interesse para que se atingissem os propósitos do mesmo.

Importa ainda referir que, dada a complexidade da temática que se propôs desenvolver, o limite de páginas constituiu-se, de certa forma, como obstáculo, superado pela capacidade de síntese e pelo abdicar de determinados assuntos que seriam, porventura, importantes apresentar.

7.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

A elaboração do presente trabalho deixa em aberto determinadas possibilidades de investigações futuras relacionadas com o tema. Assim, considera-se de sobejá importância uma análise sobre o custo/benefício da Cavalaria passar de Arma a especialidade, tendo em conta as implicações que tal teria no seio da instituição e no desenvolvimento da actividade operacional.

Por outro lado, mesmo havendo já estudos nesse sentido, analisar de forma exaustiva a possibilidade de criação de uma equipa representativa da instituição para competir nas competições equestres desportivas da FEP, analisando os custos necessários e as consequências que daí poderiam advir.

7.7 FECHO

Através da elaboração deste trabalho de investigação foi possível constatar que a tendência que se verifica neste momento é de uma diminuição continuada do nível equestre dos militares de Cavalaria, ao longo dos últimos anos, reflectida pelo afastamento dos concursos equestres, e que se repercute no desempenho da actividade operacional.

A esperança impera, de que a tendência se irá inverter, e a realização do presente trabalho visou a consciencialização da realidade verificada, constituindo-se como possível contributo para o progresso da Guarda Nacional Republicana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS:

Academia Militar. (2008). *Orientações para Redacção de Trabalhos*, Academia Militar, Lisboa.

Guarda Nacional Republicana (s.d.). *Normas Específicas do Estágio de Natureza Profissional – Anexo B*; Escola da Guarda, Queluz.

Mendes, Bernardo, (2011). *O Último Regimento a Cavalos em Portugal*, Peres-Soctip, Indústrias Gráficas, SA.

Noronha, E. (1950). *Origens da Guarda Nacional Republicana – II Parte – A Guarda Municipal*. Lisboa: Tipografia da GNR.

Quivy, R., Van Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4ª Ed.). Lisboa: Gradiva.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*, Universidade Lusíada Editora, Lisboa.

OUTRAS PUBLICAÇÕES:

Protocolo de Cooperação entre a GNR e a ENE, de 26 de Outubro de 2006.

Sequeira, Luíz de, (2003, Abril). ESCOLA NACIONAL DE EQUITAÇÃO – ENE, *Revista CMEFD*, 25 – 33.

Unidade de Segurança e Honras de Estado (2010), Dossier Técnico Pedagógico do 23º CEC de Guardas.

Unidade de Segurança e Honras de Estado (2009), Dossier Técnico Pedagógico do 24º CEC de Oficiais.

DIPLOMAS LEGAIS:

Assembleia da Republica (2007), Lei nº. 63/2007 de 6 de Novembro, (Lei que aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana), Diário da Republica, 1ª Série, nº 213, 8043 – 8051.

Assembleia da Republica (2008), Portaria nº 1450/2008 de 16 de Dezembro, (Define a organização interna das Unidades), Diário da Republica, 1ª Série, nº 242, 8845 – 8854.

Caderno de Encargos do Concurso Público Nº 6/2008 – Aquisição de Solípedes.

Circular Nº 20/Dir/04 de 21 de Junho, (Estudos custo/benefício dos cursos de formação equestre no CMEFD passarem para o RC).

Circular Nº 04/Dir/05 de 23 de Novembro, (Estudos custo/benefício dos cursos de formação equestre no CMEFD passarem para o RC).

Despacho do GCG de 20 de Novembro de 1973, Anexo à OG do CG Nº 3 de 15 de Fevereiro de 1974 – Normas para a Execução do Regulamento para o Serviço de Remonta da GNR.

Despacho Nº 3/2000, Ordem à Guarda do Comandante Geral da GNR – NAEM/GNR.

Despacho Nº 59/09 – Ordem à Guarda, de 22 de Dezembro, do Comandante Geral da GNR – Define as competências, a estrutura e o efectivo da Unidade de Segurança e Honras de Estado.

NEF Nº 07/ENE/07, de 30 de Julho – Volume I – POFFTE.

NEF Nº 08-A/ENE/08, de 30 de Julho – Capítulo II – Curso de Ajudantes de Monitor de Equitação – POFFTE.

NEF Nº 09-A/ENE/08, 13 de Setembro – Capítulo III – Curso de Monitores de Equitação – POFFTE.

NEF Nº 10-A/ENE/08, 30 de Julho – Capítulo IV – Curso de Instrutores de Equitação – POFFTE.

NEF Nº 11/ENE/08, 14 DE Outubro – Capítulo V – Estágio de Mestres de Equitação.

Separata à Ordem do Comando Geral Nº 9 de 30 de Abril de 1941 – Regulamento para o Serviço de Remonta da GNR.

SÍTIOS DA INTERNET:

Escola Nacional de Equitação (Consultado a 23 de Maio de 2011, disponível em <http://www.ene.pt>) – Fornece informação sobre a história e diplomas legais da organização)

Federação Equestre Portuguesa (Consultado a 27 de Maio de 2011, disponível em <http://www.fep.pt>) – Fornece dados sobre a Federação e diplomas legais)

APÊNDICES

APÊNDICE A: ENTREVISTAS

Guião da Entrevista



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Entrevista

FORMANDO: Aspirante GNR/Cavalaria Bruno Victorino

ORIENTADOR: Major GNR/Cavalaria Pedro Moleirinho

LISBOA, MAIO DE 2011

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – Na Especialidade de Segurança, com incisão no tema “Adaptação da Equitação na Guarda Nacional Republicana a Realidade Equestre Nacional”.

O objectivo da Entrevista é tentar perceber os motivos que levaram ao afastamento dos militares da Guarda das mais importantes provas equestres nacionais e internacionais. Os dados serão alvo de análise de conteúdo e tratamento estatístico. Para operacionalizar o trabalho pretende-se realizar entrevistas às pessoas que estão ligadas directamente a este assunto, que se consideram detentoras de conhecimento vital, para a realização da investigação, que se pretende levar a cabo. Deste modo é fundamental para a realização da parte prática da investigação entrevistar V. Ex.^a.

Esta entrevista servirá como ponte entre o enquadramento teórico e todo o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Saliento que irei facultar a V. Ex.^a os dados resultantes da análise da presente entrevista antes da concretização do documento final.

Grato pela sua imprescindível colaboração.

Atenciosamente,

Bruno Ricardo dos Santos Victorino

Aspirante de Cavalaria

ENTREVISTA

Caracterização dos inquiridos:

Nome:	
Posto:	
Unidade:	
Função:	
Data:	

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objecção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?
2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?
3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?
4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade? O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?
5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?
6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?
7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?
9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

Guião da Entrevista Dirigida



ACADEMIA MILITAR

Direcção de Ensino

Mestrado Integrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

Entrevista Dirigida

FORMANDO: Aspirante GNR/Cavalaria Bruno Victorino

ORIENTADOR: Major GNR/Cavalaria Pedro Moleirinho

LISBOA, MAIO DE 2011

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta Entrevista insere-se no âmbito de um Trabalho de Investigação Aplicada, tendo em vista a obtenção do grau de Mestre em Ciências Militares – Na Especialidade de Segurança, com incisão no tema “Adaptação da Equitação na Guarda Nacional Republicana a Realidade Equestre Nacional”.

O objectivo da Entrevista é tentar perceber os motivos que levaram ao afastamento dos militares da Guarda das mais importantes provas equestres nacionais e internacionais. Os dados serão alvo de análise de conteúdo e tratamento estatístico. Para operacionalizar o trabalho pretende-se realizar entrevistas às pessoas que estão ligadas directamente a este assunto, que se consideram detentoras de conhecimento vital, para a realização da investigação, que se pretende levar a cabo. Deste modo é fundamental para a realização da parte prática da investigação entrevistar V. Ex.^a.

Esta entrevista servirá como ponte entre o enquadramento teórico e todo o trabalho de campo que se pretende desenvolver. Desta forma solícito a V. Ex.^a que me conceda esta entrevista que servirá de suporte para atingir os objectivos desta investigação.

Saliento que irei facultar a V. Ex.^a os dados resultantes da análise da presente entrevista antes da concretização do documento final.

Grato pela sua imprescindível colaboração.

Atenciosamente,

Bruno Ricardo dos Santos Victorino

Aspirante de Cavalaria

ENTREVISTA

Caracterização dos inquiridos:

Nome:	
Função:	
Data:	

Antes de iniciar a Entrevista, gostaria de saber se tem alguma pergunta a fazer acerca da mesma?

Coloca alguma objecção quanto ao facto da presente Entrevista ser gravada e usada como base de sustentação no trabalho de investigação aplicada que me encontro a desenvolver?

Caracterização do objecto de análise:

1. A actividade equestre sempre fez parte da idiosincrasia da GNR. Até que ponto será benéfico para a instituição a participação em competições externas à sua missão, e a existência de cavalos de desporto com esse fim?
2. A formação dos militares e dos civis, na área da equitação, foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Como considera que foi a evolução do nível da formação ministrada no Centro, ao longo dos tempos?
3. Outrora, vários cavaleiros militares conseguiram atingir grandes feitos. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar e evidenciarem-se dos civis?
4. Recentemente, assistimos a uma inversão de papéis, com os civis a assumirem o protagonismo. Que motivos levaram a que tal acontecesse?
5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser esta uma das razões para a perda de preponderância por parte dos militares?
6. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado. Concorda?
7. Actualmente, o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Terá a GNR capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares, ou partirão os civis em vantagem logo à partida?
8. Dada toda esta conjuntura, do seu ponto de vista, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da GNR voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

Transcrição da Entrevista Nº 1

ENTREVISTADO Nº1

Caracterização do inquirido:

Nome:	António Jorge Campos Pimenta da Gama
Posto:	Capitão na Reforma
Unidade:	RC
Função:	Antigo Cavaleiro de Renome
Data:	17/06/2011

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: Podem não estar directamente ligadas, mas, a formação cavaleira de todo e qualquer militar de cavalaria, muito especialmente na Guarda, é deveras importante porquanto o aperfeiçoamento da parte equestre leva a que o militar, utilizador do cavalo, melhore muito o nível de actuação, até porque não o nível artístico, tendo uma prática da equitação a todos os níveis e em todas as modalidades, que se vai reflectir no serviço e nas missões para as quais estão reservados, desde os Guardas aos Oficiais, tanto na Ordem Publica como na parte honorífica.

Justifica-se a existência de Montadas de Desporto porquanto que na época onde o número de oficiais praticantes era bastante grande, e para equilibrar a competição relativamente aos oficiais do Exército e aos civis que começaram por ser poucos mas que progressivamente foram aumentando, evidentemente que os Oficiais da Guarda não deveriam entrar em desigualdade de circunstâncias. Portanto, os Comandos entenderam que deveriam melhorar o nível das montadas a serem utilizadas pelos militares da Guarda, nomeadamente os Oficiais. E assim, quer em Portugal quer no estrangeiro, começaram-se a adquirir montadas de desporto. Cavalos objectivamente de melhor qualidade, mais caros, mas também em que as actuações dos Oficiais Cavaleiros se repercutiam numa melhoria com a utilização dessas montadas de desporto. Portanto, justifica-se plenamente, tanto assim que durante vários anos os Oficiais da Guarda foram os grandes vencedores das provas nacionais e alguns até fizeram parte da equipa nacional.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: Os militares da Guarda começaram a ir aos cursos de aperfeiçoamento, aos cursos de instrutores ou de mestres, na década de 50. Ora, progressivamente, sobretudo com as Guerras de África, também o nível equestre do Exército baixou de uma maneira nítida. Portanto, cada vez a qualidade docente do Centro era pior, e, de ano para ano, a coisa piorou de tal maneira que os Comandos chegaram à conclusão que deixava de haver interesse nos Oficiais a Guarda irem fazer os cursos de aperfeiçoamento a Mafra, passando a funcionar em casa, na Ajuda, já com Oficiais que tinham obtido esse diploma em Mafra.

Não me parece que tenha havido consequências, uma vez que esses cursos de aperfeiçoamento são feitos na própria Guarda, com resultados palpáveis, notáveis mesmo, no actual nível equestre dos Oficiais instrutores.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: Os níveis atingidos foram fruto da dedicação e intensidade com que praticávamos a modalidade. Eu lembro-me de sacrificar tudo em prol dos concursos, em prol dos cavalos. Era essencial para não perdermos um concurso, ou uma prova, abdicava da minha vida pessoal.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade? O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: Ora, eu podia estar aqui a falar de remonta a tarde inteira, porquanto ter tido a sorte de comandar durante 17 anos o Grupo de Ensino e Desbaste de Solípedes. Portanto, tenho uma longa prática nesse serviço, onde passei por várias fases, desde quando a remonta era feita à volta dos 100 cavalos até quando, no decorrer dos tempos, redução das verbas e menor exigência dos efectivos, se tornou numa redução quase total do número de cavalos adquiridos. Dessa centena passou-se para uma remonta no máximo de 50 cavalos como foi feita recentemente. Desses 50 cavalos passou para 30, e actualmente nem sequer verba há para comprar 10 ou 15 cavalos. O que quanto a mim vai afectar seriamente a actuação da Guarda no que diz respeito a efectivos montados, tropas a cavalos, porquanto desfazer-se leva tempo mas o fazer-se leva muito mais tempo.

Portanto, é com tristeza que digo isto, porque a remonta, que teria actualmente grandes possibilidades de ser bem-feita, porquanto, sem ser os cavalos que se destinam ao desporto ou toureio, o resto são cavalos baratos mas que não deixam de ter muita qualidade. E essa

qualidade sempre se repercutiu no aparecimento de craques que chegaram a internacionais que foi o caso do Castiço, do Passa-Pé e de muitos outros cavalos bons que a Guarda teve.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: Não me parece. Tivemos várias remontas, que já não são do meu tempo, já tinha passado à reserva, de magníficos animais que, não sei porque motivos nem quero estar a dissecá-los, não foram aproveitados. Portanto, pode-se dizer, e mesmo desde há uns para cá, tem-se adquirido cavalos nacionais com muito boa qualidade, tanto para concurso completo como para obstáculos, que não têm sido aproveitados.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda está a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: A essa pergunta não lhe posso responder, essencialmente porque não acompanho, por já estar na reforma, não sou intrometido nem quero coscuvilhar a actuação nesses cursos e do nível que está a ser seguido. Não posso pronunciar-me sobre essa pergunta.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: Quanto a isso, o nível técnico aumentou um pouco, mas há outros factores que também diminuíram, como o volume dos obstáculos. Agora, as dificuldades técnicas, os condicionamentos, as composições, enfim, a maneira de organizar um percurso, tornou realmente a actuação dos directores de campo mais especializada, portanto, nota-se um aumento da dificuldade técnica nos percursos.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Quanto a essa especialização, eu diria que treinadores nunca houve. Os progressos eram auto-adquiridos, era mercê de, como disse atrás, muito sacrifício, muita dedicação que singrávamos e chegávamos ao mais alto nível.

E acho que nunca houve tanta facilidade por parte dos Comandos, que tornam incomparavelmente mais fácil a especialização e actuação dos nossos cavaleiros. No meu tempo os cavalos andavam de comboio, por via ordinária, algo que hoje em dia não acontece.

Hoje em dia se houver um bocado de mais sacrifício por parte dos praticantes a vida está extraordinariamente facilitada.

Evidentemente que no fundo da questão haverá varias razões para o abandono praticamente total dos Oficiais da Guarda nas provas de maior nível. É um ciclo vicioso, os cavaleiros têm provavelmente menos prática, menos à vontade a disputar provas de grande nível, o que originou menos participação nas provas, diminuição do nível das provas em participam, descida do nível dos cavalos utilizados, e subida do desinteresse nessa participação. Esse desinteresse advém também da ida aos concursos ser bastante onerosa, o que não acontecia há umas décadas atrás, em que os cavaleiros da Guarda até eram incentivados.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Os meios estão sempre à disposição dos cavaleiros. Tem de partir essencialmente dos mesmos essa dedicação e esse aproveitamento. Evidentemente que cada vez mais os cavalos tem menos qualidade para se baterem com craques que custam milhares e milhares de contos. Mas também no tempo em que os cavalos de fileira custavam 10 contos e que chegaram ao mais alto nível internacional. O que não quer dizer que, hoje em dia, seja regra geral, ou que possam aparecer de novo esses craques a baixo custo, ou seja, pelo preço de remonta. Mas, não vejo, de facto, espírito de sacrifício por parte dos praticantes da Guarda para atingirem de novo um nível equestre aceitável.

Transcrição da Entrevista Nº 2

ENTREVISTADO Nº 2

Caracterização do inquirido:

Nome:	Filipe Tomé
Posto:	Capitão
Unidade:	USHE
Função:	CMDT do CEDS
Data:	20/06/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: Para mim, a mais-valia da vertente desportiva é dar aos cavalos, sendo a maior parte dos que estão a entrar em concursos cavalos de fileira, melhor ensino, conhecimento de obstáculos que podem surgir e prepara-los para um maior número de situações que depois os torna mais funcionais. Os cavalos por terem mais trabalho e mais arranjo, podem ser empregues num maior número de valências, do que um cavalo que, por exemplo, só faça patrulhamento. Se numa patrulha a cavalo aparecer, por exemplo, um saco de plástico a voar, se o cavalo não tiver o mínimo de preparação se calhar assusta-se, algo que não ficara muito bem. Se for um cavalo mais preparado, até já habituado a ver determinado número de coisas, se calhar já lhe é indiferente. Por exemplo, cavalos que façam obstáculos depois no Restabelecimento e Manutenção de Ordem Publica já ficam com outros meios para fazer face às situações desse âmbito.

Relativamente aos cavaleiros ficam naturalmente com muito mais à vontade e destreza a cavalo, a evolução será continua, e dar-lhes-á também uma maior capacidade para fazer face a um maior numero de situações.

As montadas de desporto a meu ver justificam-se, sendo o ex-líbris da representação da Unidade e principalmente da Guarda em concursos e provas que se fazem no exterior. À semelhança do que acontece com outras forças congéneres, no estrangeiro, onde há uma representação de cavaleiros, que não têm de ser de muitos, no topo.

A participação nas provas vai dar, não só a visibilidade para a instituição, como também aos cavaleiros um conhecimento melhor, conhecimento que ao ser adquirido pode ser transmitido aos militares na instrução. Quanto mais conhecimento houver, quanto mais formação

existir por parte de um determinado número de militares, maior poderá ser depois o desenvolvimento do resto da tropa. Porque se eu tenho mais conhecimento e, com o enriquecimento que recebi na participação em provas, no trabalho que tive e na necessidade que tive de alcançar determinados objectivos para conseguir chegar a essas provas, terei melhores habilitações para poder transmitir os conhecimentos aos nossos militares. Tal facto permitirá que os militares também saiam enriquecidos e a visibilidade e o serviço que prestam à população seja melhor.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: Apesar de não estar dentro do assunto, terá a ver com a bolsa de reconhecidos instrutores e mestres que tínhamos e com os cursos em Mafra serem muito extensos. Tendo a Guarda as pessoas para formar, os cavalos e as condições para dar essa formação, acabou por ser um poupar e evitar maiores gastos, havendo possibilidade de fazer a mesma formação.

Não creio que tenha tido grandes problemas. Porque nós continuamos a participar nas provas militares e a manter uma boa relação com a arma de Cavalaria do Exército.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: Para já são pessoas com muito conhecimento e que investiram muito na sua formação, para poderem ter chegado onde chegaram. Agora, creio que esse patamar que eles atingiram também lhes foi possibilitado pelo facto de terem feito quase toda a carreira no Regimento de Cavalaria, havendo assim continuidade no trabalho. Um militar que comece a trabalhar hoje um cavalo com determinados objectivos, que não aparecem de um dia para o outro, se quando tem o cavalo pronto para se iniciar nas provas mais de base, é transferido ou colocado noutra local, torna-se complicado.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade? O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: Sobre o passado recente não me vou pronunciar por não ter estado envolvido em nenhuma das remontas. Sobre aquilo que eu entendo que seja o melhor neste momento, é primar pela qualidade em detrimento da quantidade. Agora, é importante traçar objectivos concretos sobre aquilo que precisamos. Eu defendo que se queremos um cavalo para servir nas fileiras tem que ser um cavalo muito versátil para as missões. Se for uma montada de desporto temos de ver que desporto é que queremos fazer com o cavalo, para adquirirmos um cavalo

para o Ensino, para os Obstáculos ou para o Concurso Completo, dependendo daquilo que queremos, e para quem será a montada de desporto. Não se vai comprar um cavalo com linhagens de Ensino para depois ir fazer Obstáculos.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: O cavalo é um meio importante para se atingir esse objectivo de chegar ao topo. Agora, volto a dizer o mesmo, não adianta à Guarda comprar montadas de desporto para distribuir a um militar, que inicia o cavalo, coloca-o num determinado patamar e depois o militar sai da Unidade para desempenhar outras funções onde não tem possibilidade de continuar o trabalho que já garantiu. Depois pode vir outro militar a quem o mesmo cavalo seja distribuído que não se consegue entender com ele. São diversos factores que contribuirão para que se perca algum dinamismo e evolução que o cavalo já tinha, mesmo a própria adaptação do novo cavaleiro.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: Vamos ao encontro do que já falei sobre a continuidade. É verdade que a Guarda tem muita falta de recursos humanos, daí talvez ser preciso empenhar o pessoal em áreas mais prioritárias. Agora, se estamos a dar formação para uma área e depois, acabando essa formação, os militares são encaminhados para outra área, então essa formação não fez sentido. Porque o militar ficou com a formação mas não a pôs em prática.

No meu curso somos 9 Oficiais de Cavalaria e no ano em que fomos promovidos a Alferes fizemos o CEC, mas não houve uma única vaga para o Regimento. Essa formação foi uma mais-valia e ficamos todos muito melhor a cavalo e preparados para desempenhar a função de Oficial de Cavalaria. Agora, eu voltei cá 3 anos depois, se não tivesse continuado a montar iria recomeçar praticamente do zero. Na minha opinião e na minha situação específica o meu CEC teria sido mais vantajoso se tivesse sido feito no dia em que me apresentei na USHE ou aquando da realização do CEC seguinte.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: A exigência é capaz de ser maior e a concorrência a nível civil também. Verifica-se um acréscimo de qualidade tanto a nível de montadas como da parte dos cavaleiros. Mas não deixa de ir ao encontro daquilo que nós temos. O Capitão Pimenta da Gama foi campeão nacional com montadas de fileira. Não direi todos mas se calhar temos cavaleiros que, se lhes fosse permitido

ter um percurso equestre dentro da Unidade, se calhar com montadas que temos talvez fosse possível chegar longe. Agora, em comparação com montadas que há lá fora era capaz de não ser muito fácil, mas com certeza estaríamos num patamar superior.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: A nível de treinadores eu penso que a Guarda tem capacidade para isso porque tem pessoas formadas, Oficiais formados com o curso de mestres, com conhecimentos muito válidos que são reconhecidos pela ENE e pela FEP. Prova disso são, por exemplo, os 3 civis que se encontram neste momento a frequentar o curso de instrutores. Se existe a capacidade para formar e essa capacidade é reconhecida, também não tenho dúvidas nenhuma que essas pessoas têm capacidade e conhecimentos para levarem militares ao topo.

Relativamente ao incentivo, já coloco as minhas dúvidas. Enquanto estamos na Unidade acho que sim, a Guarda até proporciona essas condições. Poderia haver mais incentivos mas atendendo aos problemas a nível orçamental que existem é natural que assim seja. Temos de ter consciência que a Guarda tem que desenvolver alguns esforços para conseguir obter meios para fazer face a uma panóplia muito grande de situações, e talvez não considere o cavalo, uma das prioritárias.

Agora, o facto de depois haver as tais movimentações, o impossibilitar que haja a continuidade daquele trabalho e a incerteza que existe, cria desmotivação. O topo não se atingirá com certeza em 3 ou 4 anos, e o que acaba por acontecer na maioria dos casos é que, findo esse tempo, os militares são movimentados e transferidos. O militar acaba por ficar desmotivado por saber que dificilmente atingirá o topo se não houver uma continuidade do trabalho. Por exemplo, conseguimos ver um leque ainda significativo de militares a fazer provas de 1,20m mas daí para cima são muito poucos. Quando se começa a atingir um dado patamar acabam por sair.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: É uma aposta que terá de ser feita em conjuntos. Não só em cavalos porque a nível equestre a formação é do conjunto, não há cavalos nem cavaleiros que cheguem a algum lado sozinhos. Tem que haver um número de militares que tenham conhecimentos, vontade e sejam motivados para, e montadas que lhes permitam chegar a esse objectivo. Se virmos grandes nomes internacionais, eles não têm um cavalo no topo, têm muitos. Não quer dizer com isso que

ganhem sempre, mas andam lá perto. Se nós nunca andarmos, ou chegarmos lá uma vez e voltamos para baixo outra vez, não será fácil.

Podemos ter um grupo restrito de pessoas no topo, para que depois também possam dar formação aos restantes, para que depois se vá criando uma motivação nas gerações mais novas para atingirem ou baterem as mais velhas. Eu acredito que existem pessoas dentro da instituição com o conhecimento para tal.

Transcrição da Entrevista Nº 3

ENTREVISTADO Nº 3

Caracterização do inquirido:

Nome:	Manuel Teles Grilo
Posto:	Coronel na Reforma
Unidade:	-
Função:	Director da Escola Nacional de Equitação
Data:	18/06/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: Ora bem, a actividade operacional utilizando a cavalo não tem nada a ver com a competição. No entanto, toda a actividade operacional dos militares da Guarda a cavalo, obriga a que haja uma pirâmide de formação, que chegue do Oficial ao Guarda e que o forma como cavaleiro, para utilizar o cavalo nas diversas missões da Guarda. Nessa pirâmide terá de haver um esquema de formação para chegar ao Guarda em que são atribuídas funções de formação ao Sargento e ao Oficial, havendo, paralelamente, graus de formação, o ajudante de monitor, o monitor, o instrutor e o mestre. Ora bem, se tivermos toda esta pirâmide formada, devemos, e acho que é de salutar, potenciar essa utilização do cavalo. Isto é, se eu tenho de ter formadores que se vão formando na cadeia hierárquica como cavaleiros, se houver capacidade de que essas pessoas que utilizam o cavalo entrem em competição equestre, ou interna da Guarda, ou externa à Guarda a nível nacional, ou até externa ao país a nível internacional, é potenciar uma actividade que a Guarda tem.

As coisas agora estão ligadas. Se decidirmos potenciar a actividade equestre e competir a nível interno da Guarda, as montadas de fileira serão suficientes. Mas agora se quisermos que os melhores possam competir nível internacional, temos de começar a pensar se as montadas de fileira terão nível para competir a nível nacional, terão qualidade equestre para tal. E isso, depois, poderá já não ser possível. Se calhar a nível nacional baixo, em provas pequenas, semelhantes às que se podem fazer a nível interno, compete-se. Mas se quisermos dar um salto qualitativo em termos de Obstáculos, Ensino ou Concurso Completo, subirmos um degrau ou dois no nível de competição, já teremos de ter melhores montadas, cavalos com outra qualidade. Depois se quisermos dar o salto lá para fora, para o internacional, ainda com maioria de razão isso terá de acontecer.

Portanto temos de melhorar a qualidade dos cavalos para poder competir, e ao mesmo tempo que se melhora a qualidade dos cavalos também estamos a dar, a quem os monta, uma ferramenta de melhor qualidade que irá aprender mais, porque aprende-se mais montando melhores cavalos e estamos mais limitados quando se montam cavalos de menor qualidade.

Relativamente à Guarda não tenho dados, mas penso que a situação será parecida com o que se passa no Exército. Fruto da situação económico-financeira do país tudo isto tem repercussões na Guarda, como teve no Exército, e não havendo dinheiro, não se compra, quem não tem dinheiro não tem vícios. Claro que no Exército o problema é mais grave, porque não tem as actividades operacionais como tem a guarda, em que obrigatoriamente tem de usar o cavalo, algo que no Exército já não acontece.

Depois, como já tínhamos falado, é um ciclo vicioso, em que se deixam de comprar cavalos, deixa de haver cavaleiros com capacidade e ferramentas, cavalos, para competir. Tudo isto vai desaparecendo, vai sendo minado. Os potenciais cavaleiros deixam de ter aquele farol, deixam de ver cavaleiros a competir a nível nacional e internacional, deixa de haver uma motivação, e tudo isto vai baixando o nível. Tanto na Guarda como no Exército cada vez é menor a assiduidade com que se vê cavaleiros em pistas em provas nacionais, a nível internacional nem sequer se vê.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: Eu não sei bem quais foram os motivos, porque isso aconteceu já depois de eu ter passado à Reserva. O que eu posso dizer, é que considero isso uma asneira gravíssima. É uma duplicação de estruturas, é uma duplicação de pessoas, e não percebo o que terá levado a que isso acontecesse. Ficou prejudicada a Guarda e ficou prejudicado o Exército. Talvez mais o Exército, porque tem uma estrutura excelente, toda a gente que vem do estrangeiro a Portugal, diz maravilhas de Mafra. Os franceses têm em Fontainebleau, algo semelhante, e Oficiais Franceses que conheço vem cá, e dizem que Mafra é incomparavelmente melhor. Portanto, é uma estrutura muito grande que deixou de ser rentabilizada da maneira que estava a ser tendo a Guarda, e como perdeu a Guarda, perdeu também os alunos civis que iam fazer a Mafra os cursos através da Federação. Isto porque, perdendo a Guarda, deixou-se de fazer cursos com tanta frequência, com tantos alunos, mais uma vez vai-se baixando o nível e as coisas vão-se perdendo, e infelizmente está difícil de parar este processo.

A Guarda talvez pense que está bem, consegue fazer tudo em casa, mas não sei se realmente não há uma duplicação de pessoas e de estruturas, porque houve coisas que tiveram de se fazer na Guarda para se poderem dar os cursos. Mas é algo mais próprio da Guarda e não sei responder tão bem.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: Isso está intimamente ligado com aquilo de que falamos há pouco. Quando há uma estrutura, que trabalha para um determinado fim, que é formar cavaleiros desde o Guarda até ao Mestre, para cumprir missões a cavalo, aproveitando isso para dinamizar a competição, para potenciar a existência do cavalo, e depois, quando a quantidade de cavaleiros que competem a nível nacional, donde sairá um grupo mais restrito que consegue competir a nível internacional, estamos assim a potenciar toda a actividade competitiva. Depois tudo aparece naturalmente, os cavalos vão melhorando, havendo projecção a nível nacional e internacional conclui-se que é desejável e há vontade de investir e de melhorar. Agora se isso for diminuindo e se for baixando o nível é claro que, depois, deixam de aparecer cavaleiros. E os cavaleiros novos deixam de ter o tal modelo a seguir, dos Calados, dos Matthias, dos Pimentas da Gama, etc., e as coisas vão-se esmorecendo e os cavaleiros vão fazer um trajecto fora da competição equestre.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade? O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: Respondo a isso dizendo que no meio é que esta a virtude. Tem que haver o mínimo de quantidade em termos de montadas de fileira, principalmente na Guarda para cumprir as missões que lhe são atribuídas. Depois, se houver a intenção de projectar a Guarda nacional e internacionalmente, terá que se investir na qualidade. E quanto mais se investir no nível em que a Guarda quer aparecer lá fora, mais se tem de investir na qualidade.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: É lógico que é uma razão pertinente, o facto de os cavalos terem subido bastante de preço, por todas as razões e mais algumas, que se prende com o ambiente económico em que vivemos. Depois as coisas tornam-se mais difíceis. Se antigamente se conseguia com uma montada de desporto concorrer a nível internacional, hoje em dia para tal acontecer, em qualquer das modalidades olímpicas, já terá de ser uma montada de desporto que custa muito mais dinheiro do que custava antigamente. A única coisa que poderá acontecer é uma comissão de remonta comprar um cavalo por um determinado preço e que depois se revela ser muito melhor do que aquilo que se pensava, um cavalo relativamente barato mas com qualidade superior às expectativas, e que poderá ir mais longe. Mas tal situação será um acaso.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: Isso é um problema de gestão a que eu sou um bocado alheio por não conhecer assim tão bem a realidade da Guarda. Agora se realmente acontece que o militar qualificado não vai, após o curso que frequenta, desempenhar funções nesse âmbito, é um investimento que é uma pena perder-se. Formar um Ajudante de Monitor leva tempo, um Monitor leva mais tempo, e um Instrutor ainda mais tempo. São investimentos grandes e com custos relativamente elevados. Implica a existência de cavalos, tratadores, arreios, de alimentação de cavalos e todas as infra-estruturas que a Guarda tem. Portanto, estar a utilizar tudo isto para formar uma pessoa e depois retirá-la do ambiente dessa formação é um desinvestimento grande que não deveria acontecer, ou quanto muito poderia acontecer por um período curto onde terá de ir cumprir outra missão, mas rapidamente tentar que ele volte ao meio equestre.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: Não creio. Se repararmos as provas de ensino elementares sempre foram elementares, preliminares sempre foram preliminares. Nos obstáculos, as provas de metro sempre foram de metro e no Concurso Completo a mesma coisa.

O que eu penso que acontece é que, a nível nacional, o facto de haver uma quantidade enorme de civis a concorrer em todas as disciplinas leva a que, os cavalos que aparecem, fruto dos investimentos dos cavaleiros, tem maior qualidade do que anteriormente. Isto é, para competir a nível de Ensino numa prova elementar hoje em dia se calhar tenho de ter um cavalo melhor do que há 20 anos. Nos obstáculos acontece a mesma coisa, mesmo que o metro se mantenha, a facilidade com que eu salto um metro com um cavalo melhor do que com um cavalo de fileira. E será mais fácil, com um cavalo melhor, saltar 1,20m ou 1,30m. No Concurso Completo acontece a mesma coisa, embora as provas se tenham dificultado um pouco mais, a nível do declive em que os saltos são montados e em termos de aparência dos saltos, porque como os cavalos são melhores podem-se dificultar ligeiramente os percursos de campo.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Uma coisa é absolutamente verdade. Se nós andarmos a competir temos que ter, dentro do possível, 2 a 3 cavalos. É fácil de ver que, um cavaleiro que monta um cavalo por dia, monta uma hora por dia e salta 10 obstáculos de 2 em 2 dias ou 3 em 3 dias. Já um cavaleiro

que monta 3 cavalos, monta 3 horas por dia e salta 30 obstáculos de 2 em 2 dias ou 3 em 3 dias, portanto vai acelerar de uma maneira diferente a sua aprendizagem e a sua experiencia como cavaleiro, relativamente àquele que tem só um cavalo. Isso é absolutamente lógico, e eu próprio senti isso quando competia, é completamente diferente.

Em termos de acompanhamento, é algo fundamental. Eu próprio tive fases da minha vida em que andava acompanhado e fases em que não andava acompanhado. É claro que tive incomparavelmente melhor rendimento quando andava acompanhado. Bastava o facto de andar a montar sozinho no Regimento de Cavalaria de Estremoz durante dois anos, para ter a noção exacta que baixei o meu rendimento como cavaleiro em competição. O contrário aconteceu em Mafra quando estava acompanhado pelo Coronel Jorge Matthias ou pelo Coronel Moura dos Santos, é completamente diferente, e é abissal essa diferença. Não há discussão, a equitação é uma actividade, é um desporto que exige o acompanhamento por parte de um professor, é fundamental. E, portanto, é desejável que todos os cavaleiros que a Guarda tem, Oficiais e Sargentos, a competir e quanto mais alto o nível em que os mesmos andem, que andem acompanhados alguém. O facto de ter uma pessoa que todos os dias olha para mim, me vê a montar a cavalo, vê os meus erros, corrige-me e me ajuda é completamente diferente de andar a montar sozinho e não ter experiencia suficiente para reconhecer sozinho que estou a cometer determinados erros.

Mas lá está, vamos sempre parar ao mesmo ciclo vicioso. Havendo competição, havendo investimento, havendo cavaleiros que conseguem competir a nível nacional, desse grupo um mais restrito que consegue ir até ao nível internacional, há o tal farol, há o tal exemplo, há o tal incentivo. Tudo isso muda se este ciclo funcionar. Se o ciclo não funcionar, deixa de existir o tal farol, o tal incentivo e esmorece tudo e de uma maneira muito rápida. E como em tudo na vida, construir demora tempo e destruir é muito rápido.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Como está num artigo que escrevi há uns anos sobre o Exército, sobre a Guarda é a mesma coisa. É claro que é difícil, dadas as condições em que vivemos sob o ponto de vista económico serem complicadíssimas, mas é tentar repor a estrutura como ela era, construir o edifício a partir da base, algo fundamental, e por tudo a funcionar, de maneira que dentro de algum tempo, que vai demorar com certeza, possam aparecer outra vez cavaleiros a competir a nível nacional e o tal grupo restrito a nível internacional, ou pelo menos a nível internacional militar. Mas tendo em consideração o que se desceu, como disse anteriormente, construir vai demorar muito mais tempo do que se demorou a construir ou a perder.

Transcrição da Entrevista Nº 4

ENTREVISTADO Nº 4

Caracterização do inquirido:

Nome:	Jorge Costa Santos
Posto:	Tenente-Coronel
Unidade:	USHE
Função:	Chefe da Secção de Formação e Treino
Data:	15/06/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: A equitação na Guarda tem de ser vista como um todo, e a competição é como que o encerramento do ciclo da formação. Os cavaleiros da Guarda que participam em competições estão, digamos assim, a permitir que haja um teste aos conhecimentos que têm e ao trabalho que vêm desenvolvendo diariamente. E é precisamente desse teste que depois resulta uma mais-valia que é aplicada nos cavalos em situações operacionais, sejam elas o serviço honorífico ou missões de restabelecimento e manutenção de ordem pública, já que a missão de patrulhamento a cavalo não retira um benefício directo tão grande da competição.

Se pensarmos que a competição é precisamente um teste quer aos conhecimentos que o cavaleiro adquire na sua especialização quer ao trabalho diário que vem desenvolvendo, só se podem atingir níveis de excelência se houver depois um meio que facilite o atingir desses graus. Portanto, testar conhecimentos ou testar metodologias de trabalho em provas de 1m ou 1,10m é uma questão, testar em provas de grande prémio é outra questão. Porque conseguimos nessa fase, digamos assim, exponenciar precisamente o trabalho que foi desenvolvido e toda a metodologia que foi seguida, que vai posteriormente ser aplicada com certeza nas tarefas operacionais.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: A formação na segunda metade do século XX, sobretudo na última década do século XX, no CMEFD, no fundo veio um bocado a acompanhar o desinvestimento que o Exército foi

fazendo na área equestre. Ora, desse desinvestimento resultou uma falta de qualidade dos meios auxiliares de instrução, que neste caso era o cavalo. Por outro lado, os custos que eram apresentados a Guarda, de formação nos vários níveis, monitor, instrutor e mestre, eram muito elevados, face aos níveis de qualidade com que os formandos acabavam os cursos. De maneira que, penso que foi bem decidido em 2006, pelo então General Comandante-Geral da Guarda, passar a fazer-se a formação de especialização na área equestre dentro da Guarda, com recursos da própria Guarda. A experiência que temos destes 4 ou 5 anos de formação tem-nos dito que fizemos a aposta certa.

Neste momento nós estamos satisfeitos mas não estamos ainda completamente realizados com os níveis atingidos. Temos uns níveis de formação neste momento muito bons que nos afirmam já como uma escola equestre em termos nacionais. Mas não estamos ainda plenamente satisfeitos com os níveis que temos. Temos a consciência plena, e porque a nossa formação neste momento pode ser auditada, de que estamos no bom caminho, mas que há um caminho grande para percorrer. Agora, duas consequências directas da formação estar na Guarda. Primeiro, há um decréscimo grande de custos por formando. Porque em alguns níveis de formação que se estão a realizar na Guarda estamos a aplicar cursos fraccionados o que faz com que os militares que os frequentam não sejam separados do serviço durante um ano lectivo. Portanto, os militares podem frequentar a acção de formação e terminados os módulos estar a trabalhar. Segundo, elevação da qualidade, precisamente pelo nível de montadas que ainda vamos tendo.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: Nós temos de ligar a realização desses feitos á época. Era uma época em que o panorama equestre nacional era sobretudo dominado pelos militares. O número de civis não tinha muita expressão. Por outro lado, o cavalo era um meio relativamente barato, ainda, para o Exército e para a Guarda. E depois são pessoas que, pelas suas origens, já praticavam equitação antes de ingressarem nas fileiras da Guarda. Portanto são dois casos em que, a par da formação que tiveram, conseguiram os resultados que conseguiram fruto do seu trabalho, e não fruto duma escola propriamente dita na Guarda, dum ciclo dentro da Guarda. Foram dois episódios que a Guarda teve, muito felizes, mas que fazem parte do século passado.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade?
O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: A política de remonta deve sempre primar pela qualidade. Agora temos que distinguir duas realidades, que são a aquisição do cavalo de fileira propriamente dito e a aquisição do

cavalo de desporto. No caso do cavalo de fileira devemos fazer uma análise primando pela qualidade versus preço de aquisição. No caso do cavalo de desporto deve atender-se mais a qualidade ainda que esse preço de aquisição seja mais elevado. Não devemos comprar cavalos de desporto pela quantidade mas se podermos ter menos e melhor acho que servem melhor a Guarda e os objectivos para os quais são adquiridos. Recentemente, com as imposições legais que decorrem dos vários processos de remonta e que impedem que haja ajustes directos em determinadas situações, levam a que a qualidade dos animais que tem ingressado nas fileiras da Guarda seja substancialmente mais baixa. Por dois grandes motivos, primeiro, o preço de aquisição está fixado, segundo, o timing em que a Comissão de Remonta vai ao mercado, decorridos todos os trâmites legais próprios do concurso público, faz com que esses processos se desenrolem a partir do segundo semestre do ano. Ora, os melhores produtos estão no mercado a partir de Janeiro de determinado ano. Portanto, a Guarda vai ao mercado escolher dentro daquilo que já foi escolhido, ficando assim com as sobras, basicamente. Claro que essas sobras têm qualidade, porque os nossos criadores já produzem com qualidade, mas não deixam de ser segundas escolhas, porque as primeiras escolhas já foram todas feitas.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: No mercado tal e qual ele se desenvolve, nós podemos de facto falar de cavalos que custam milhões de euros ou de dólares. Agora, esse cavalo aos 2 anos e meio não tem esse valor. A Guarda hoje em dia é fruto da documentação que existe pode é fazer um investimento em montadas de desporto, em cavalos de mais baixa idade com determinados “papeis”, na gíria, que quase que garantem a partida que aquele cavalo bem trabalhado pode ser um atleta. Agora, a Guarda não tem a capacidade de entrar no mercado desses campeões já feitos. Mas tem a capacidade para entrar no mercado dos hipotéticos campeões, depois é fazer os trabalhos de casa. Nós temos todas as condições, quer em recursos humanos quer em infra-estruturas, para fazer dum poldro um campeão. E a prova disso é que já foi feito, na última década do século XX, por exemplo, houve militares da Guarda a chegar ao nível olímpico, mas tiveram que “fazer” os cavalos, não haja duvida. Perde-se mais tempo mas o que é certo é que também, possivelmente, o prazer dos cavaleiros é diferente, porque são eles que fazem aquele atleta, e por outro lado a instituição também beneficia mais porque ao ter um cavaleiro a “fazer” cavalos, a fazer verdadeiros atletas, durante x anos também permite ter esses mesmos cavaleiros na formação, a formar outros cavaleiros.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: As instituições só progredem se colocarem a disposição dos seus militares, no caso da Guarda, determinados cursos de especialização e depois os colocarem em funções próprias para tal qualificação. A Guarda não pode querer especializar militares e simultaneamente querer que estejam em funções pelos postos, ou uma coisa ou outra, senão não vale a pena investir na formação, porque sendo assim nunca há retorno da formação. Se temos militares a frequentar determinados cursos, sobretudo naqueles graus mais altos, e a partir do momento que o militar adquire determinadas competências é colocado noutra função qualquer mercê do seu posto ou do local onde está inserido na escala de colocações, então nunca há retorno do investimento, porque o militar nunca vai conseguir usar essas competências na formação de outros militares. A Guarda deveria pensar no porque de estar a dar formação, porque formar por formar gastam-se muitos recursos humanos e financeiros. Pensar quantos militares precisa de ter formados e o que é que quer desses militares formados.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: Sobretudo a partir da última década do século XX, os obstáculos das provas não aumentaram em altura nem largura, portanto nas suas dimensões, o que foi dificultado aos cavaleiros foi a sucessão desses obstáculos e o tipo de condições em que hoje tem de saltar. Era impensável, há 30 anos atrás, fazer-se grandes prémios em espaços de 80 x 30m, e hoje consegue-se fazer perfeitamente isso. O nível de dificuldade das provas aumentou muito, mercê um bocado também das características que os atletas foram adquirindo ao longo destes últimos anos. Nas provas de ensino e CCE acontece o mesmo. Pode-se pensar que por ter sido retirado o “stipple” das provas de CCE, facilitou-se a vida aos concorrentes. Assim não foi, porque a utilização de saltos direccionais, de precisão, de composições no campo, hoje é muito mais visível do que era há 30 anos atrás. Por outro lado as provas de obstáculos do CCE também já foram aumentadas. De maneira que os cavalos continuam a ter que ser grandes atletas para cumprir esses patamares todos.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Todas. A Guarda já fez por mais que uma vez estudos, nomeadamente o Regimento de Cavalaria, para conseguir ter uma equipa. Neste momento o orçamento anual dos cavaleiros que

andam em provas durante a época do nacional, de todos os cavaleiros da Guarda, não chega com certeza ao valor de um carro patrulha. Não acho que seja uma moeda de troca por aí além.

A Guarda tem nas fileiras, de facto, oficiais de cavalaria que têm a capacidade de estar constantemente motivados e de entre eles se conseguirem motivar. O mesmo se passa na classe de sargentos, e, fruto da formação, já começa a aparecer na classe de Guardas. Portanto, enquanto as coisas assim forem, e houver esta capacidade de auto motivação, as coisas vão funcionando. Agora, não deixa de facto de ser um serviço de amadores. E se a instituição pretende dar passos sustentados mas, digamos assim, mais rápidos em direcção de um patamar de excelência, então temos de acabar com o amadorismo, e começarmos, precisamente, a ter profissionais nesta área. Porque os profissionais nesta área não deixam de ser militares da Guarda, faz é com que a formação que existe nesta área tenha outro retorno. E assim a instituição ganha, de certeza absoluta.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Este afastamento dos militares da Guarda de competições, sobretudo, de nível A nacional ou internacional deriva essencialmente de dois grandes ramos. Primeiro, falta de qualidade das montadas. Nem todos os seres humanos nascem atletas, e com os cavalos e a mesma coisa, nem todos nascem atletas. Por outro lado também temos que assinalar que a falta de uma política de remonta verdadeiramente eficaz trava precisamente o acesso a esse tipo de competições, porque essas grandes competições não surgem do nada. Fazendo uma analogia, ninguém consegue fazer um piloto campeão de F1 depois de lhe dar a carta. Tem de passar por toda uma carreira, por etapas, por diversos carros, com diferentes cilindradas e potencias para conseguir ser um campeão de F1. Portanto isso pressupunha que na Guarda houvesse uma verdadeira política de remonta de solípedes para que depois pudessem ser utilizados na competição até determinada idade, finda a qual a sua utilização reverteria para o serviço operacional, o que permitiria aos cavaleiros terem a rodagem suficiente para poderem estar presentes nas grandes competições. A falta destes dois grandes ramos origina que os cavaleiros da Guarda, por muito trabalho que desenvolvam, só consigam estar ao nível médio da competição nacional e internacional.

Nesta fase continuar com o sistema de formação tentando, logicamente, faze-lo melhorar de acção para acção. Ter uma sistematização maior no trabalho do dia-a-dia. Ter, da parte do Comando da Guarda, liberdade para desenvolver uma estratégia de competição, porque quando se fala em competição fala-se em estratégia, de certeza absoluta, estratégia essa que passara também pela aquisição de montadas de desporto, que o sejam na realidade. Depois os cavaleiros cá estão para dar trabalho.

Transcrição da Entrevista Nº 5

ENTREVISTADO Nº 5

Caracterização do inquirido:

Nome:	Joaquim Manuel Queiroz de Almeida e Sousa
Posto:	Tenente-Coronel na Reforma
Unidade:	-
Função:	Coordenador do Conselho Superior Pedagógico da ENE
Data:	27/06/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: Em primeiro lugar pela posição de destaque que sempre assumiu a GNR no mundo equestre em Portugal, nomeadamente nos anos 40 e 50, onde a equitação se limitava aos concursos hípicas e às touradas. Tal, trazia prestígio para as Unidades, e para a GNR neste caso. Por outro lado, importa realçar, que a prática de equitação dá as qualidades de desembaraço, de decisão, de valentia, entre outras, ou seja, qualidades que levam a que se formem cavaleiros, se formem homens e se formem líderes. No fundo é esse o objectivo final, que se repercute no desenvolvimento da actividade operacional.

Justifica-se a existência de montadas de desporto na medida em que tal pode dar algum prestígio e imagem à instituição, que hoje em dia tem muito pouca. Praticamente não se vê militares nenhuns em provas, só no CCE, que é talvez a actividade mais ligada à GNR. Se isso não corresponde ao valor que os cavaleiros têm, então também não se justifica. Talvez pelos cavaleiros da GNR se terem fechado um pouco sobre si mesmos. Para tal talvez tenha contribuído a organização de festivais não federados, que tinha a vantagem de se poder levar Soldados e Sargentos a participar. Mas, este acontecimento limitou e fechou a GNR em si própria, originando que existissem apenas, aquilo que na gíria chamamos “cavaleiros de metro”, que no máximo saltavam 1,10m. Hoje em dia 1,10m é o que saltam os miúdos, também por terem melhores cavalos e condições. Este facto estrangulou muito as possibilidades, até de quem queria, de se chegar mais longe.

Por outro lado, hoje em dia não creio que haja a capacidade de se esperar pelos cavalos, e estes acabam por morrer em termos equestres mais cedo por falta de ensino de base e trabalho

persistente ao longo de anos. No fundo não se tira o máximo do rendimento que os cavalos podem ter.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: Os cursos em si estavam muito bem organizados e muito bem planeados, mas eram cursos que visavam muito mais o cavaleiro e muito pouco o professor. Havia falta de formação como pedagogo. A pedagogia equestre era uma coisa que era dada muito vagamente. Recordo-me de, tanto no curso de Instrutores como no curso de Mestres, ter dado apenas uma aula de Ensino e outra de Obstáculos. Os cursos não eram direccionados para podermos vir a ser professores.

Com o aparecimento da ENE tem sido feito um esforço no desenvolvimento dos aspectos da pedagogia, procurando que, para além da formação do cavaleiro e do cavalo, seja formado um professor. E penso que seja essa a grande vantagem do afastamento de Mafra. Com certeza que os aspectos económicos também pesaram na decisão, mas não tenho conhecimento de valores.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: É simples, só pela sua capacidade. Porque eram realmente uns belíssimos cavaleiros, muito persistentes e muito trabalhadores. Nessa época quem quisesse ser um cavaleiro de Obstáculos a sério na GNR tinha que abdicar de férias, não tinha férias com a família, de fins-de-semana, etc. Tudo isto vem muito do mérito das pessoas, não são consequências de uma “explosão” de cavaleiros dentro da GNR, são casos pontuais, excepções.

Para além disso, tanto o Pimenta da Gama como o Martins Abrantes têm antecedentes, a nível familiar, ligados aos cavalos. Importa também referir o Capitão Brito da Cruz que foi um excelente cavaleiro, e mais uma excepção.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade? O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: Antigamente era um bocado confuso, não havia propriamente uma política certa e definida, funcionando pelo gosto e dedicação de cada um. A partir do Capitão Lucas, como comandante do GEDS, começou a existir uma definição mais precisa na política de remonta. Começou a haver uma qualidade de selecção para o cavalo de fileira, que é o mais importante. Anteriormente prejudicava-se a qualidade dos cavalos de fileira para adquirir um de desporto.

Por outro lado, antigamente os cavalos eram adquiridos ao longo do ano, conforme saiam as “fornadas” do GEDS, iam-se buscar mais outros tantos. Mais recentemente, segundo sei, funciona através de concurso público, onde os cavalos são propostos à GNR e só depois se procede à selecção.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: Não é o preço dos cavalos só, que influencia. É claro que hoje em dia há cavalos caros, mas um cavalo de nível 1,20m, 1,25m, que pode perfeitamente andar a disputar provas nacionais, não é tão caro como isso. Agora se falarmos de cavalos para andar a disputar 1,40m e 1,50m frequentemente isso já é diferente. Mas até ao nível de 1,30m penso que a GNR tem capacidade para ter cavalos. Ainda para mais com o “boom” de coudelarias que hoje existem no país, que passaram de 30, há cerca de 20 anos, para 300.

Não é só pelo valor comercial dos cavalos, tem a ver muito com o trabalho, a dedicação, o esforço e o entusiasmo. Agora é obvio que se uma pessoa quiser andar nos tops tem de comprar cavalos de top. No entanto, se olharmos por exemplo para o Capitão Pimenta da Gama, os cavalos que o projectaram, foram cavalos da fileira do 3º Esquadrão. Talvez neste momento não andasse a saltar 1,50m como o fazem os actuais, permanentemente, mas fez, com cavalos Lusitanos vulgares, campeonatos de salto em altura, onde chegava ao 1,80m, 1,90m. Não é só o preço dos cavalos que influencia a qualidade.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: Isso aconteceu e há-de acontecer sempre. Isto porque as pessoas têm determinadas expectativas e ilusões, convencem-se que esta coisa dos cavalos é uma coisa gira, é uma coisa boa, mas depois acabam por se desiludir com os cavalos ou têm outras expectativas de vida. Alguns cavaleiros tiveram sempre uma paixão muito grande pelo RC e viveram sempre o mesmo como a nossa casa e a nossa vida.

A maneira de estar militarmente hoje em dia mudou completamente. A partir do momento que entrou em vigor o novo Regulamento de Avaliação dos Militares da GNR, na altura em que eu me encontrava a frequentar o Curso de Promoção a Oficial Superior. Tal reflectiu-se também na maneira como os militares encararam a sua participação nos cavalos. Quer se queira quer não, as informações que são dadas aos Oficiais, são influenciadas pelo modo de estar em relação aos cavalos. Por exemplo, o Tenente-Coronel Martins Abrantes a 6 meses de ser promovido a Coronel, foi-lhe dito que tal não iria acontecer, por ter estado sempre ligado aos

cavalos. Saiu voluntariamente por lhe ter sido dito isto. Eu saí também mais cedo por não ter gostado do que lhe fizeram a ele, por uma questão de integridade.

Hoje em dia já não se vive com a mesma paixão, gosto e entusiasmo a casa e a camisola. As pessoas olham para a sua vida profissional e para as suas carreiras e é isso que está na origem destas consequências, abdicando dos cavalos.

É verdade que por motivos de promoção possa surgir, por falta de vagas, uma colocação fora do RC. No entanto, citando o meu exemplo, tive colocado durante 6 meses em Santarém, mas levei os cavalos para a EPC, e ia às 6 da manhã montar os cavalos, e quando não podia montar de manhã ia montar à noite, mas não os abandonei por causa disso. Vai um pouco da dedicação de cada um, e também ou pouco da sorte do local de colocação. Mas quando uma pessoa quer, consegue.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: Com certeza que sim. À medida que a genética vai puxando pelos cavalos, melhorando a qualidade dos mesmos, as provas também vão aumentando. A todos os níveis, em CCE, Obstáculos e Ensino.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Eu não concordo com a história do treinador. A GNR tem mais do que condições em si, para poder ter cavaleiros de qualidade, tudo depende da matéria-prima. Se a matéria-prima é boa, qualquer cavalo serve, não qualquer cavalo, mas a boa matéria-prima sabe tirar partido de um cavalo de menor qualidade. Agora precisar de treinador, eu coloco muitas reservas.

Durante muitos anos a GNR chegou a ter uma equipa própria em concursos internacionais que obtinham grandes classificações. Não se pode dizer que os cavalos fossem brilhantes, mas os cavaleiros tiravam o máximo proveito deles. E mais importante do que ter bons treinadores, é ter bons professores, e depois a capacidade de cada um tem de vir ao de cima.

Eu tenho muitas dúvidas que hoje em dia, com as restrições de toda a espécie, que haja possibilidades da GNR poder prestar-se a isso. O óptimo sempre foi inimigo do bom. Se podermos alcançar o bom com perfeição, melhor. Os grandes patamares de excelência é muito difícil tentar sequer chegar lá. Onde é que vemos patamares de excelência hoje em dia nas equipas nacionais no estrangeiro? Nenhuma. Os Jogos Olímpicos e os Jogos Mundiais é que são os patamares de excelência, e aí não temos ninguém, nem militar nem civil, é cada vez mais difícil.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Fundamentalmente, penso que não depende da GNR, mas depende de cada um. Depende da vontade, do empenho e do gosto de cada um. Agora, se a GNR se empenhar em arranjar alguns cavalos melhores para aqueles que se empenharem e se comprometerem efectivamente a cumprir mais e melhor, talvez seja possível melhorar. É necessário é que a instituição se empenhe paralelamente com o cavaleiro, havendo uma correspondência da capacidade instalada do cavaleiro ser capaz de atingir determinados níveis e a GNR lhe proporcionar um cavalo para tal. Mas isso depende muito do patamar que cada um atingir.

Agora, aquela qualidade geral que já tivemos noutras alturas, que não em 1980 e 1990 porque foram anos de excepção, que existia nos anos 50 e nos anos 60, a partir da Guerra em África desapareceu. Tanto o Exército como a Guarda foram por outro caminho, tiveram outras opções.

Transcrição da Entrevista Nº 6

ENTREVISTADO Nº 6

Caracterização do inquirido:

Nome:	João Martins Abrantes
Posto:	Tenente-Coronel na Reforma
Unidade:	-
Função:	Antigo Mestre de Equitação da Guarda e Cavaleiro de Renome
Data:	16/06/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: Na história militar dos exércitos, da cavalaria a cavalo, em todos os países europeus, desde sempre se incentivou a pratica da equitação. Havia países em que para um militar ser promovido tinha de fazer um determinado número de corridas às lebres ou às raposas, para obriga-lo a montar no campo. Todos os países compreenderam que só através da competição é que se pode evoluir e chegar a níveis muito altos, e como tal incentivavam a competição e outras actividades. Outra coisa que acontecia era que ao final de determinados anos um militar que tivesse a montar um dado cavalo da instituição, esse cavalo passava a sua propriedade. Havia países que para oficiais saídos das academias, pagavam o cavalo, entregavam ao militar e depois descontavam no seu ordenado, ficavam com um cavalo seu. No fundo, criavam uma series de incentivos para obrigar a montar, porque as horas de instrução não chegam. Se um indivíduo só montar nas horas de instrução não vai a lado nenhum, fica um cavaleiro mediano. Tem de montar muito, muitos cavalos, faça chuva ou faça vento, nos feriados, etc. Quando fazíamos a guarda a Belém havia oficiais que nesse mês não montavam. Aqueles que estavam em competição arranjavam maneira de montar, porque tinham de ter os seus cavalos em forma. E hoje, só por desconhecimento e ignorância dos comandos é que não se apoia isto. É fundamental apoiar e incentivar para um indivíduo montar a cavalo, porque montar a cavalo não é fácil, exige coragem, abnegação, espírito de sacrifício, paciência, uma serie de coisas que se tem de reunir numa certa pessoa. E através da competição vamos, a pouco e pouco, fazer com que a pessoa atinja níveis muito superiores. Se virmos a história da cavalaria a cavalo de todos os países verificamos que havia um grande incentivo para os quadros, para que depois a

instrução pudesse resultar, só pode resultar desde que se saiba muito. Quando se sabe pouco e não haja experiência não resulta, fica-se na mediania.

Por um lado, para um indivíduo poder entrar em provas, com cavalos de fileira é complicado. Por acaso apareceram sempre na fileira cavalos muito bons, mas eram exceções. Era com os cavalos de desporto que entrávamos em provas em plena igualdade com os cavaleiros civis. As montadas de desporto vêm facilitar a entrada em prova e fazer-se boa figura. Fazer boa figura porque, porque vai fardado da Guarda, é um oficial da Guarda que está a representar a instituição. Se um cavalo não tem nível e entra em provas é a imagem da Guarda que fica comprometida. Agora se nas competições entrarmos a disputar e ficarmos sempre nos primeiros lugares a instituição sai prestigiada. Não só permite ao cavaleiro atingir níveis muito superiores com esse cavalo de desporto, como ainda se traduz em prestígio para a Guarda.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: Mafra foi durante muitos anos a “universidade” do hipismo, não havia formação em parte nenhuma a não ser a militar. Porque os militares tinham necessidade de formar instrutores e mestres para o Colégio Militar, Escola Prática de Cavalaria, para os Regimentos, etc. E esses militares tiveram uma influência formidável nesses anos, anos 40 e 50, porque era à volta deles nos Regimentos que se formavam grandes cavaleiros. A família Caldeira, o Malta da Costa, por exemplo, formaram-se à volta de oficiais de Cavalaria. A equipa nacional era toda formada por oficiais de Exército, que normalmente vinham de Mafra. A Guarda era lá que ia “beber”. É possível, com o desaparecimento dessa Escola de mestres e instrutores que entretanto faleceram, nunca foram substituídos, isto porque os oficiais que lá estão nunca foram incentivados a fazer alta competição e a andar nos altos níveis, passaram a ser instrutores de um plano muito inferior. A Guarda pode formar dentro do Regimento porque tem estruturas, se calhar, do mesmo nível que eles, e os mestres estão ao nível ou superior dos de Mafra. Deixou de ser um incentivo porque não estão os melhores em Mafra. Porque não tiveram a sagacidade de “pegar” em oficiais e dizer, vocês podem não ir a Generais, vão a Coronéis com certeza, mas vão para ali e estão lá durante anos. Foi assim que aconteceu com o Jorge Matthias, o Calado, o Netto de Almeida, tiveram anos a fio em Mafra, tornaram-se mestres de primeiro plano. Agora não, porque vão, vêm, saem, entram, e isto não leva a lado nenhum. E enquanto a Guarda continuar também nesta política, também não vai a lado nenhum.

Por enquanto ainda não houve grandes consequências. Porque a USHE tem dois grandes instrutores, que tiveram uma formação muito boa e são muito bons. A única coisa negativa que existe é a falta de incentivo para a competição em alto nível, pois só com a competição é que se

evolui. Não é com instrução que se chega lá, por mais instrução que dêem, é preciso competição.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: Através dos Campeonatos do Mundo Militares, e dos contactos com outros países, fui verificando que houve inicialmente uma estratégia. Nós tivemos a sorte de ter nessa altura um comandante com grande visão, o Coronel Carvalhosa. Ele pretendeu fazer uma equipa, e preparava os cavaleiros e dava-lhes instrução com o objectivo de serem a equipa nacional. A equipa era quase toda constituída por oficiais da Guarda, o Sabbo, o Brito da Cruz, o Pimenta da Gama, e às vezes vinha um oficial do Exército. Ele queria ter uma equipa da Guarda donde saia gente para a equipa nacional. Pretendia uma equipa de quatro, fosse qual fosse o posto, constituída por aqueles que ele achava terem capacidades de chegar lá. Essa equipa da Guarda disputava as provas mais importantes do país porque ele dirigia. Se alguém não montasse e não se preparasse ele tirava-lhe os cavalos imediatamente. Havia responsabilidade, se queríamos ter cavalos tínhamos de trabalhá-los e tirar rendimento deles. Este esquema fez com que os cavaleiros de topo fossem um incentivo para os outros, que queriam chegar ao mesmo patamar, e se dedicavam com esse objectivo. Quem fazia parte da equipa era obrigado a participar em todos os concursos mais importantes do país, Pedras Salgadas, Figueira da Foz, Cascais, os grandes concursos clássicos. E tinham de ganhar, ele não se contentava com segundos e terceiros lugares e estar a montar muito bem, ele queria resultados e mentalizava-nos nesse sentido. Isto aconteceu por volta dos anos 60 e 70. Depois, nos anos 80 e 90, começávamos a ver que os outros países, nos campeonatos do mundo militares, que anteriormente estavam atrás de nos, agora nos passavam à frente. Eu comecei a perguntar aos chefes de equipa como faziam. A mentalidade era outra, eles já não formavam equipas, aqueles que se distinguiam e se dedicavam, mesmo que fosse só um, recebiam cavalos, um treinador e objectivos. Apoiavam-no, sem esse apoio não pode haver nada. E quando não tinham instrutores no Exército, contratavam civis.

Com o passar do tempo, o objectivo deixou de ser a equipa nacional e passou a ser o Campeonato do Mundo Militar. E passamos então a ir a esse Campeonato e também a prova Melton Shield, de Concurso Completo. Era muito importante este contacto, mas implicava que trabalhassem muito durante o ano para serem seleccionados. É fundamental os incentivos e a prática nas provas. É através da competição que se evolui, porque isso obriga a trabalharmos diariamente, a dedicarmo-nos mais e que nos vai levar mais longe.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade?
O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: Já não estou propriamente dentro do programa. No entanto, nós tínhamos cavalos de fileira, e comprávamos anualmente entre 60 a 80 cavalos. Isto para fazer face aos cavalos que iam envelhecendo e saindo. Depois eram distribuídos pelo país segundo as suas características e as faltas que havia nos Batalhões, que nos pedíamos que transmitissem as suas necessidades. De acordo com isso, mandávamos cavalos para todo o país, de acordo com as suas características para o serviço. Por exemplo um cavalo mais complicado ficava nos Esquadrões, que tem outra condição de trabalho, outra gente para enquadrar. Só iam os cavalos mais fáceis para a província. Mais tarde outros cavalos que deixavam de servir para os Esquadrões, mas que tinham boas condições para patrulheiros passavam para a província e vinham outros poldros para o Regimento.

Se há um comando que não gosta de cavalos e depois há outra que gosta muito, e que acha que os cavalos fazem muito bem, que patrulham grandes zonas, não se podem lá colocar cavalos do “pé para a mão”, tem de se manter permanente.

Relativamente aos cavalos de desporto devem ser comprados pela qualidade, e mais, deve-se saber para quem é que são, com características de acordo com os cavaleiros que precisam de receber cavalos, a maneira como montam e a modalidade que praticam. Não se pode comprar cavalos, como se fez a certa altura na Guarda, que depois de adquiridos se distribuíam como reбуçados. Tal originava que muitas vezes os cavalos não correspondiam com as características do cavaleiro, algo que nunca podia resultar. Eu que estava dedicado ao Ensino recebia cavalos que foram comprados para obstáculos, normalmente os mais difíceis, para eu arranjar. Podiam não ter características nenhuma de Ensino, não ter andamentos, não ter cabeça. Só aos 60 anos é que consegui competir internacionalmente com os melhores, pois só ai me deram cavalos com essas características. Mais recentemente já tal não acontecia, eram comprados cavalos para Concurso Completo para cavaleiros que praticavam essa modalidade. Devem-se comprar poucos, com qualidade e com objectivos, para quem, com que características e para que modalidade. Assim não se gasta dinheiro em vão e os resultados aparecem.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: Não tem nada a ver. Porque os militares da Guarda montam cavalos que não são do top mundial. Actualmente há muitos cavalos com categoria suficiente para o nível interno e não é preciso pensar-se nesses valores, apesar de não estar muito dentro do assunto agora.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: Todo, porque quanto melhores forem os quadros de equitação, melhores resultados se obtêm. Isto reflecte-se depois, por exemplo, na quantidade de oficiais da Guarda que nos últimos anos tem estado ligados a Federação na parte da formação. Desde mim, ao Almeida e Sousa, agora ao Santos Correia, quando estes acabarem a Guarda não tem ninguém, a não ser que os forme. Essa formação vai ter um retorno dentro da Guarda, porque tem muito melhores condições para ensinar, e para se ensinar é preciso saber muito de equitação. Para colocar um cavalo a galopar para a esquerda, cadenciado para as credenciais o instrutor tem de saber muito. Porque quando o militar não é capaz ele tem de lhe mostrar como se faz. Se ele vai lá para cima e o cavalo não esta encostado nem esta para adiante, como é que ele pode exigir que o militar faça isso? Só exemplificando, mostrando e ajudando-o nas dificuldades. Aí tem o retorno. E depois tem outro retorno que é o prestígio, que é a Federação Equestre Portuguesa ir buscar oficiais da Guarda para lugares importantes na formação.

Se as empresas portuguesas gerissem todas o pessoal como os militares, fariam todas. Por exemplo, o Lucas, que era um instrutor fantástico, nunca devia ter saído do Regimento. Eu informei os comandos disto. O que aconteceu, foi para Santarém, fez o resto da carreira e reformou-se lá. Não houve qualquer retorno. Em Santarém qualquer oficial da Guarda resolve o problema, todos estão preparados para tal. Agora para dar instrução no Regimento de Cavalaria, onde se formam cavalos e cavaleiros, só os muito bons cavaleiros. Passam a vida inteira a formar um indivíduo e depois mandam-no para um lugar onde qualquer um fazia tão bem como ele, quando no lugar dele não há ninguém em condições de fazer tão bem como ele. Todos os custos gastos nos cursos, todas as instruções e trabalho feito durante uma vida dedicada à equitação e depois quando atinge o máximo vai para um lugar que nada tem a ver com isso.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: A parte técnica, sim. Joga-se mais com as distâncias. Não é a dimensão das provas, é as dificuldades técnicas, distâncias e voltas. No Ensino as provas são iguais em todo o mundo e mantêm o mesmo nível. Só as provas livres com musica têm evoluído mais, porque os cavaleiros que querem atingir os primeiros lugares vão a coreógrafos para os ajudarem a fazer o traçado da prova e vão a músicos que fazem uma música para aquela prova. Os cavaleiros de grande prémio e olímpicos gastam bastante dinheiro só aí, nesse aspecto as provas evoluíram, mas em dificuldades mantêm-se no mesmo nível.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Tem todas as condições, os civis é que se vêem atrapalhados para ter isso tudo. Agora a Guarda tem instrutores, tem cavaleiros, tem cavalos, tem os campos, tem os picadeiros, tem tudo. Só não faz porque não quer. Tem de se montar um esquema, tem de haver objectivos. E esses objectivos são, ou uma equipa da Guarda para representar bem a instituição, ou apoiar individualmente aqueles que se distinguem. Alguém que goste de Ensino e se distinga nessa disciplina, dêem-lhe cavalos e um treinador, é fundamental. Há 3 nos obstáculos, então, cavalos para esses 3 e um treinador. Outra maneira é tentar incentivar para se formarem equipas. Hoje em dia acho que é melhor ir àqueles que mais gostam, mas dar-lhes todas as condições e incentivos, e traçar-lhe objectivos. Dar-lhe cavalos e treinador para atingir determinados objectivos. Mesmo que não seja a equipa nacional, que sejam os Campeonatos do Mundo Militares e representar a Guarda bem nas provas nacionais. Agora sem incentivo não se vai a lado nenhum. Só assim se conseguem fazer cavaleiros de alto nível.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Foi o que já falamos. Ou procurar ter uma equipa da Guarda e dotar esses cavaleiros de cavalos, de treinador e de objectivos. Ou apoiar a sério aqueles que se vão evidenciando.

Transcrição da Entrevista Nº 7

ENTREVISTADO Nº 7

Caracterização do inquirido:

Nome:	José Caeiro
Posto:	Capitão
Unidade:	USHE
Função:	CMDT do 3º Esquadrão e Antigo CMTD do CEDS
Data:	11/07/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: É tudo uma questão de política da Guarda. A Guarda para além de prestar segurança e honras de estado deve fazer também projecção de imagem, como fazem todas as forças congéneres na Europa. Em termos de projecção de imagem, dificilmente haverá melhor do que a equitação. As escolas de equitação são uns dos melhores meios para conseguir ligar a população à Guarda. Temos inúmeros Oficiais, Sargentos e Guardas que andaram nas escolinhas e foi aí que ganharam ligação com a GNR e vieram para a Guarda.

A melhor forma de arranjar pessoas para virem para as escolas de equitação é haver cavaleiros da GNR com alguma credibilidade, porque senão vamos cair no esquecimento até que se perde a credibilidade toda. Agora é uma questão de política, no dia em que a Guarda achar que não lhe serve de nada ter uma forma de propaganda, e que ache que a propaganda não lhe faz falta, aí deixa de ter lógica. Enquanto a Guarda achar que lhe faz falta a propaganda, então não existe melhor forma do que os concursos. Se falares com alguém de alguma idade que nada tenha a ver com a equitação, ele com certeza conhecia o Capitão Pimenta da Gama. E como ele muitas outras pessoas que passaram pela equitação da Guarda, Martins Abrantes, Almeida e Sousa, etc. É uma das melhores formas de conseguir projectar a imagem da Guarda. Mas só se consegue fazer isso se houver apostas nesse sentido, que é aquilo que não há de há bastante tempo para cá. Hoje em dia a equitação desportiva na Guarda é mais feita por carolice do que propriamente por projecção de imagem.

Sem deixar de referir o próprio know how que daí advém para as instruções a cavalo.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: O pessoal para ir tirar o curso a Mafra estava 9 meses afastado do serviço e a Guarda pagava. Hoje em dia o pessoal tira o curso de instrutores sem ser afastado das suas funções. E depois é dado cá dentro, logo não tem encargos.

Isto traz consequências boas e consequências más. A pior é o afastamento dos militares que montam a cavalo, já somos poucos, separando os da Guarda dos do Exército, menos passamos a ser. Em termos de qualidade de instrução não creio que a Guarda tenha ficado a perder, antes pelo contrário, agora creio que o sistema antigo de 9 meses exclusivamente dedicados à equitação era capaz de ser mais proveitoso para quem realmente quisesse aproveitar a equitação, do que o actual, em curso fraccionado. Mas este é o caminho a seguir, a Guarda não se pode dar ao luxo de ter o pessoal afastado 9 meses do serviço.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: A realidade antigamente era muito diferente. Primeiro a qualidade dos cavalos depois o ensino da equitação estava reservado a meia dúzia de pessoas, tendo os militares preponderância. Depois os civis não compravam cavalos de milhares de euros como compram hoje. Não é só pela GNR não ter dinheiro para comprar esses cavalos, é os próprios civis que também não os tinham, competindo-se muito mais de igual para igual. Depois as pessoas que se dedicavam aos cavalos dedicavam-se uma vida inteira. Agora, tirando algumas excepções, o pessoal dedica-se aos cavalos e depois é colocado noutra local e assim consecutivamente, de forma ininterrupta. É tudo uma quantidade de coisas que deixaram de acontecer e que eles tinham, condições para isso, cavalos bons e uma concorrência civil menor, não lhes tirando o mérito.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade?
O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: O que eu acho que muitas vezes se passa de errado na remonta é misturar conceitos, cavalos de patrulha e cavalos para tentar fazer mais alguma coisa. Tem sempre de primar pela qualidade, seja qual for o tipo de cavalo de que estamos a falar, mas muitas vezes se calhar não qualidades que se têm procurado mas sim qualidades para o serviço que vão desempenhar, e sempre versando um certo equilíbrio com a quantidade, porque precisamos dos cavalos. Se tivermos 10 000 euros, para que é que eu vou comprar um cavalo de 10 000 euros, que pode ser o melhor patrulheiro do mundo, mas se eu preciso de 5 cavalos, mais vale comprar 5 de 2 000

euros com alguma qualidade. Mas depois depende muito daquilo que nós queremos dos cavalos. Comprar cavalos não é fácil, precisamente por ter que jogar com isso tudo.

Eu acho que o maior problema da remonta não tem a ver com o dinheiro que damos pelos cavalos nem com a política com que compramos os cavalos, tem a ver com os timings para se fazerem as remontas. Porque temos 15 dias/1 mês para ver uma quantidade de cavalos que concorreram àquele concurso para os comprarmos, e existem muitas pessoas que não estão dispostas à quantidade de formalismos obrigatórios para vender para a GNR. Depois as pessoas sabem que à partida a Guarda dá mais ou menos tanto por um cavalo e sabem que têm de estar à espera do dinheiro e uma série de outras coisas, então não pedem o mesmo dinheiro do que qualquer um que lá fosse comprar, pedem sempre muito mais. Porque sabem a parte económica da fórmula de compra dos cavalos pode ser decisiva, mas a maior parte dos casos até nem é. Se atribuírem determinado número de cavalos para serem adquiridos durante o ano, conseguia-se comprar cavalos com melhor qualidade do que com o actual sistema de remonta, onde nos temos de sujeitar àquele número de cavalos que se candidataram e aos preços que estão pré-estabelecidos.

Acabamos por comprar cavalos mais caros e com pouco tempo para os vermos, o que acaba por ser uma carta fechada. Num dia chegam-se a ver 40 cavalos, ver um cavalo em 10 minutos que nem sequer está montado, é sempre uma carta fechada. Acontece cavalos que aparentam ser muito bons, não terem qualidade, e outros que se lhes torce o nariz e revelam ser muito bons. Mas há cavalos que são comprados sem qualidade nenhuma. Aí tem de haver um equilíbrio.

Se falarmos de cavalos de desporto é a mesma coisa. Devia haver tempo para serem vistos, avaliados, negociados e mais uma vez acho que não deveríamos ver só a qualidade em prol da quantidade na medida em que se calhar actualmente não valeria a pena comprar cavalos muito caros porque não sei se temos alguém capaz de fazer provas muito grandes, quando se podiam comprar 3 ou 4 bons e que servissem 3 ou 4 cavaleiros nas médias que eles actualmente podem. Não quer dizer que dentro de 5 anos a Guarda não fizesse bem em comprar 1 ou 2 cavalos muito caros, tem é de ser sempre ponderado.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: Em parte é. Antigamente conseguia-se comprar um cavalo a preços mais acessíveis com melhor qualidade. Mas não julgo que seja esse o grande cerne da questão. Passa mais por uma questão de filosofia da própria Guarda com o empenhamento dos militares e da maneira da Guarda querer encarar as provas hípicas como algo elitista que não quer trabalhar, quer montar

a cavalo, sem ver os benefícios que isso possa trazer. E depois o próprio know how que isso vai trazer para as instruções a cavalo.

O grande Mestre Martins Abrantes, hoje em dia fariam dele como alguém que quer é andar a passear e a fazer concursos, mas ele não fez isso, fez muito mais do que isso. Ele ensinou muita gente a montar a cavalo que por sua vez ensinaram outros militares acabando por melhorar muito a qualidade das montadas nas fileiras. As coisas vão sendo transversais. E hoje em dia a ideia que há é de que quem anda nos cavalos é só para ganhar protagonismo próprio. É verdade que isto requer muito esforço pessoal e se não trouxesse satisfação as pessoas não se dedicavam, perdendo fins-de-semana a fio nos concursos quando se podia estar em casa. Mas o que faz realmente diferença é a falta reconhecimento deste esforço por parte da Guarda e por parte das pessoas.

O preço dos cavalos é um bocado a consequência disso mas não acho que seja o grande factor. Porque nós temos cavalos, que se realmente andassem a ser empenhados a sério, podíamos não conseguir andar a saltar 1,60m mas podíamos disputar provas a sério de 1,20m e 1,30m, a competir a sério, taco-a-taco com os outros. E isso não acontece, devido à política da Guarda que não torna isso propício.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: Não existe uma política na Guarda de retorno dos cursos, não só nos de cavalaria, mas nos de cavalaria então é gritante. Se falarmos do CEC, acho que deveria ser dado como especialidade a quem quisesse vir fazer o serviço da Unidade.

Depois acho que todo o curso de equitação que fosse dado deveria obrigar a uma determinada quantidade de anos a ficar ligado à função para a qual tirou o curso. Tanto por parte de quem tira o curso como por parte da instituição, porque um curso de equitação é uma coisa que custa a tirar, tem custos para a instituição mas também tem custos pessoais grandes para a pessoa que os tira. Portanto, acabar o curso e, ou porque não tem possibilidade de continuar a cavalo por ser transferido para um sítio qualquer ou porque simplesmente não querem e a Guarda também não os obriga, está sempre mal, tanto para um lado como para o outro. Acho que quem tirasse um curso deveria estar durante x anos ligado à formação de cavaleiros, algo que não acontece.

O CEC de praças é dado por Oficiais e até por Sargentos que não têm curso nenhum de equitação. Não quer dizer que esteja muito mal porque a principal ideia do curso de praças não é formar equitadores, é formar militares de cavalaria, coisas relativamente diferentes, mas se tivessem melhores noções de equitação seria uma mais-valia. E há muita gente a dar formação sem estar habilitado a nível da ENE, mesmo nas escolas de equitação, e depois vamos ver no

efectivo da GNR e temos inúmeros militares com o curso de instrutores e monitores, e nem para os que queriam e que não conseguiram e os que não queriam a instituição também não os obrigou a dar nada. A Guarda gasta realmente dinheiro na formação de pessoas e não explora realmente o investimento que nelas fez. Chegou a acontecer ficar-se 2 anos, inamovível após os cursos, mas foi caso isolado. Acabamos agora o curso de instrutores 5 militares, e apenas 2 poderão dar algum retorno por estarem colocados na USHE.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: Não. Tem aumentado a especificidade técnica, a dificuldade em si, não. Antigamente uma prova de CCE era uma coisa bárbara, morriam cavalos e os militares faziam-nas e ganhavam-nas. O Pimenta da Gama saltava 2,20m, hoje em dia o Global Champions Tour foi feito a 1,60m. Não acho que sejam mais difíceis, são é mais técnicas, requerem certas coisas hoje que antigamente não se exigiam. Nas provas de campo os cavalos tinham de ter mais preparação, mas não precisavam de tanto arranjo para as fazerem e as de obstáculos a mesma coisa eram muito altas mas não havia linhas de duplos e de triplos com distâncias complicadas como há hoje. Agora dizerem que são mais complicadas, não, são diferentes, é uma questão das pessoas se adaptarem.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Se a Guarda quisesse e fosse uma aposta da instituição, tinha condições. Nós temos pessoas que ainda sabem muito de cavalos na Guarda e pessoas que já se reformaram e que não tinham problemas nenhuns em vir ajudar se sentissem que havia da parte da instituição reconhecimento por o fazerem. Por exemplo o Martins Abrantes, é das pessoas que mais sabe de Ensino em Portugal, dá aulas a civis e raramente vem dar aulas à Guarda, porque não se sente reconhecido em cá vir. Sente-se reconhecido por parte de 3 ou 4 pessoas que lhe reconhecem o gesto mas da Guarda em si, não.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Ribalta, ribalta mesmo, penso que não conseguimos lá chegar. Porque aí sim o factor económico começa a contar muito, porque o Estado nunca poderá dispor dos preços astronómicos que são necessários para andar hoje em dia na ribalta. Mas acho que se mudasse

a mentalidade e a maneira de fazer as coisas poderia estar muito melhor do que está. Mas o país em si não tem condições económicas para tal, mas aqui há uns anos tinha e também não fez e se calhar daqui a uns anos vai voltar a ter condições para isso e vai voltar a ter outras opções.

Se não demorar muito tempo porque as coisas perdem-se, estou convencido que a Guarda se quisesse ter uma boa equipa, em que houvesse realmente aproveitamento dos cavalos que há e um estudo sobre eles, ponderando-se aí sim, a ideia de comprar alguma melhor qualidade em vez de quantidade, com ponderação, mudando a mentalidade que existe, acho que era possível chegarmos mais longe, com equipas de todas as modalidades. Nomeadamente no CCE e no Ensino até determinado nível, porque os obstáculos é a disciplina mais popular, há mais gente a praticar e qualquer miúdo compra um cavalo de 30 ou 40 mil euros. Mas mesmo aí podíamos estar num nível muito superior ao que estamos.

Transcrição da Entrevista Nº 8

ENTREVISTADO Nº 8

Caracterização do inquirido:

Nome:	Luís Machado
Posto:	Sargento-Mor
Unidade:	CMEFD
Função:	Mor da Unidade e Antigo Vice-Presidente da Área de Ensino da FEP
Data:	13/07/11

Caracterização do objecto de análise:

1. De que forma se justifica, o emprego dos solípedes em competições que, supostamente, não estão directamente relacionadas com o desenvolvimento da actividade operacional e a existência de Montadas de Desporto com esse fim?

R: Apesar de nunca ter pertencido à GNR, julgo que terá semelhanças com o Exército, mesmo tendo a Guarda justificação operacional para a existência dos meios. No Exército existe a parte da formação equestre, que é entendida como útil para a formação dos quadros.

Agora, a parte desportiva eu penso que se justifica plenamente porque é a forma como se consegue que haja evolução. Aliás, de há uns anos para cá tem-se verificado que o progressivo afastamento dos militares quer do Exército quer da Guarda reflecte-se exactamente numa diminuição da qualidade equestre, que acaba por, de alguma forma, ser a razão para que esse isolamento aumente e vá tornando mais difícil o regresso à competição por parte dos militares.

Julgo, apesar de não estar dentro do assunto, que a GNR tem mantido as aquisições de cavalos quer em Portugal quer no estrangeiro, numa quantidade que leva a poder-se supor que continuam a aparecer montadas com qualidade desportiva. No Exército, porque durante alguns anos não adquiriu cavalos, piorou a qualidade dos cavalos existentes, nos últimos anos voltou a adquirir cavalos mas num número pequeno e que tem sido insuficiente para fazer a renovação das fileiras e dos cavalos de desporto. No entanto esse afastamento da competição levou a que cada vez seja mais difícil o regresso. Pontualmente aparecem cavaleiros com vontade de participar em provas e aparecer, mas aparecem a um nível muito baixo e com uma dificuldade muito grande em progredir, porque são casos pontuais e perdeu-se o contacto com essa realidade.

A competição é o meio que obriga a que haja evolução, para ser possível acompanhar, e sem ela o nível da equitação vai ser prejudicado.

2. A formação dos militares da Guarda foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Do seu ponto de vista, quais os motivos que levaram a que tal deixasse de acontecer e as consequências que daí avieram?

R: Começando pelo fim, julgo que as consequências para a GNR, se é que as haverá, em termos de qualidade de formação, não são ainda avaliáveis, porque começou agora.

A razão porque aconteceu, julgo que tenha a ver com um problema logístico, uma questão essencialmente económica, em que a GNR terá chegado à conclusão que não valia a pena vir a Mafra tirar os cursos, porque lhe saiam caríssimos.

Neste momento, a GNR deverá saber qual é a vantagem ou desvantagem da realização dos cursos, em especial o de instrutores que tem mais peso, em termos de modelo, já que o curso em Mafra era feito num período de um ano lectivo e na Guarda por módulos, curso fraccionado. É uma questão a avaliar pelos resultados no futuro.

3. Outrora, cavaleiros como o Capitão Pimenta da Gama ou o TCor Martins Abrantes conseguiram atingir grandes resultados. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar?

R: Julgo que era uma outra época, isto porque essas pessoas entregaram-se, de alguma forma, muito à prática de equitação e em especial à equitação desportiva. Hoje em dia são muito poucos, os cavaleiros militares que estão dispostos a abdicar dos seus fins-de-semana e dias de férias para andar nos concursos com a família atrás. Iniciavam a época na SEM e depois seguiam até Setembro e Outubro abdicando de tudo para fazer concursos hípicas.

Esses cavaleiros quando chegava o fim do ano, altura dos campeonatos nacionais, com uma dezena ou centena de percursos. Hoje em dia já não temos ninguém nos campeonatos porque não há ninguém com rodagem para fazer isso.

4. Na sua opinião a política de remonta deve primar pela qualidade ou pela quantidade?
O que considera ter acontecido nesse âmbito relativamente ao passado recente?

R: Há duas questões diferentes, uma a aquisição de cavalos de fileira e outra a aquisição de MD. Na aquisição de MF naturalmente o aspecto qualidade é tido em conta, mas não se pode descurar na quantidade, porque há uma quantidade que é necessária para poder ir renovando a fileira, serão as duas igualmente importantes, com a maior qualidade possível dentro das verbas que estão disponíveis.

Relativamente às MD é conveniente comprar de boa qualidade, em termos genéricos será preferível atender mais a esse facto. No entanto, há sempre a questão, hoje em dia, das verbas envolvidas. Há 30 ou 40 anos os cavalos muito caros custavam menos dinheiro do que hoje.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser essa uma das razões para a perda de protagonismo por parte dos militares da Guarda?

R: Sim, porque os cavalos têm preços sem explicação. A aquisição de cavalos passou a ser um negócio, e há sociedades e mesmo individuais que adquirem cavalos como negócio, e isso colocou os cavalos em preços completamente absurdos. É impensável para a GNR ou para o Exército adquirir um cavalo desses, estamos a falar em 500 mil euros ou um milhão de euros. Agora, para as provas nacionais, razoavelmente acessíveis, podem-se comprar muitos cavalos bons e depois é uma questão de trabalho. Hoje em dia também se “põem” muito poucos cavalos, por falta exactamente da rodagem dos cavaleiros que os concursos trazem, para poderem evoluir. A GNR tem um ou dois bons exemplos, o Exército já não tem ninguém.

Mas também convém lembrar que, em tempos passados, houve cavalos baratos, para a fileira, e que se vieram a revelar excelentes cavalos de desporto, nomeadamente no CCE, onde os militares sempre dominaram e que não exige tanta qualidade dos animais.

6. Aquando da realização de cursos de equitação, desde o CEC ao Curso de Mestres, a Guarda esta a fazer um investimento no militar. Até que ponto existe um retorno proveniente dessa qualificação?

R: Parece haver vantagem que os cursos sejam feitos cedo, já que cada vez mais os militares chegam às fileiras sem prática nenhuma equestre anterior, e têm o seu primeiro contacto com os cavalos já relativamente tarde, algo que não se verificava na maioria dos casos anteriormente. Depois é natural que a prática venha sendo mais demorada e prolongada no tempo.

Os cursos de formação, hoje em dia, estão organizados com mais degraus, do Ajudante de Monitor ao Mestre, como tal havia vantagem de começar o mais cedo possível e avançar a essa velocidade também. Para que não aconteça que quem vá ao curso de instrutores seja capitão antigo ou major, inviabilizando a sua utilidade na instrução, dadas as características das instituições. Mas é uma questão que as instituições devem ponderar.

Ou então a criação de um quadro de instrutores, algo de que às vezes se fala, que está de certa forma desligado do posto, podendo um Major ou Tenente-Coronel estar a dar instrução a um curso de ajudante de monitor, como acontece aqui em Mafra, forma de rentabilizar esse investimento. Senão não há grande interesse em formar instrutores de equitação com 40 anos para depois os estar a desviar para outra área, onde podem fazer falta, mas não aquela para a qual foram formados.

7. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado significativamente. Concorda?

R: Em termos absolutos concordo que tenha vindo a aumentar a dificuldade. No entanto, esse aumento é comparando directamente com o que se passava há uns anos atrás, porque tudo vai evoluindo. Hoje, um determinado grau de dificuldade, há-de ser mais ou menos equivalente a um mesmo grau há 40 anos atrás.

Em tempos saltou-se muito grande, algo que hoje em dia tal não acontece, mas aparecem complicações com as distâncias e a condução do cavalo, que dificultam. No entanto, eu diria que são dificuldades equivalentes. Em muitas modalidades hoje em dia fazem-se coisa extraordinariamente mais difíceis do que antigamente, mas a dificuldade é equivalente, adequada à época.

8. Actualmente o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Até que ponto tem a Guarda capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares e incentivá-los para tal?

R: Eu julgo que a Guarda, tal como o Exército, tem excelentes condições para proporcionar aos seus militares, tem de haver é uma decisão nesse sentido e uma aposta nisso. Possivelmente não se podem proporcionar a todo o universo de cavaleiros que existem, terão de ser escolhidos e seleccionados, quem tiver condições para pertencer à equipa ou equipas, e depois fazer isso andar. Temos condições que mais ninguém tem, pessoal, cavalos e profissionais. Anteriormente já existiu, mas foi-se escoando.

9. Dada toda esta conjuntura, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da Guarda voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Não quero entrar em especulações das possibilidades de lá chegar ou não, porque ouve-se muito dizer que é impensável voltar ao nível que já se teve. Não sei se é impossível, agora, pela forma como as coisas têm sido feitas ultimamente só vamos conseguir ficar mais longe. Se efectivamente se apostar nas equipas ou equipa, com o número que puder ser suportado, com o acompanhamento capaz, seguindo objectivamente por critérios de qualidade, julgo que seja relativamente fácil começar a aparecer, em relativamente pouco tempo, a um nível muito razoável que será o necessário para que as coisas pudessem começar a evoluir para a alta competição. Há com certeza muitas pessoas com vontade para andar com esse objectivo, agora é necessário que as instituições definam como é que é, que ponham à disposição os meios que estão dispersos e, muito importante, que exijam resultados. Algo que era possível fazer sem maiores investimentos do que aqueles que já existem.

Análise Qualitativa às Questões da Entrevista

Quadro A.1: Análise de conteúdo à questão nº 1.

Resposta	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº 1	X		<ul style="list-style-type: none"> • O aperfeiçoamento da parte equestre leva a que o militar melhore o nível de actuação; • As MD começaram a ser adquiridas com o objectivo de alcançar melhores resultados nas competições.
Entrevistado Nº2	X		<ul style="list-style-type: none"> • Preparar os cavalos para um maior número de situações, tornando-os mais funcionais; • Cavaleiros ficam com mais à vontade e destreza a cavalo; • Experiência das competições levará a atingir maiores níveis de conhecimento que se reflectirão nos níveis da formação; • Visibilidade para a instituição.
Entrevistado Nº 3	X		<ul style="list-style-type: none"> • Já que existe uma pirâmide de formação equestre com o propósito de melhorar o desempenho da actividade operacional, é de salutar que se potencie a utilização do cavalo em competições; • Se se quiser competir a nível nacional ou internacional os cavalos têm de ter muita qualidade; • Aprende-se mais quando se montam melhores cavalos
Entrevistado Nº 4	X		<ul style="list-style-type: none"> • A competição é o encerramento do ciclo de formação e resulta numa mais-valia aplicada às situações operacionais; • Só se podem atingir níveis de excelência se houver um meio que facilite o atingir desses graus.
Entrevistado Nº 5	X		<ul style="list-style-type: none"> • A GNR sempre assumiu uma posição de destaque no mundo equestre em Portugal; • A prática da equitação dá diversas qualidades que levam a que se formem cavaleiros, homens e líderes, facto que se irá repercutir na actividade operacional; • As MD justificam-se porque podem dar prestígio à instituição.
Entrevistado			<ul style="list-style-type: none"> • Só através da competição se pode evoluir e chegar a níveis muito altos; • A instrução só pode resultar desde que se saiba

Nº 6	X		<p>muito e se tenha muita experiência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • As MD vêm facilitar a entrada em provas e fazer-se boa figura, em representação da GNR, atingindo o cavaleiro níveis muito superiores.
Entrevistado Nº 7	X		<ul style="list-style-type: none"> • A Guarda para além de prestar segurança e honras de estado deve fazer também projecção de imagem, e em termos de projecção de imagem, dificilmente haverá melhor do que a equitação; • O know how que se adquire nos concursos reflecte-se na qualidade das instruções de equitação.
Entrevistado Nº 8	X		<ul style="list-style-type: none"> • A competição é o meio que obriga a que haja evolução, para ser possível acompanhar, e sem ela o nível da equitação vai ser prejudicado.

Quadro A.2: Análise de conteúdo à questão nº 2

Resposta	Argumentação
Entrevistado Nº 1	<ul style="list-style-type: none"> • Progressivamente, sobretudo com as Guerras de África, o nível equestre do Exército baixou, bem como a qualidade docente do CMEFD.
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Terá a ver com a bolsa de reconhecidos instrutores e mestres que temos e com o facto dos cursos em Mafra serem muito extensos; • Tendo a GNR condições para dar formação acabou por se poupar, evitando gastos.
Entrevistado Nº 3	<ul style="list-style-type: none"> • É uma duplicação de estruturas e pessoas, ficando prejudicado o Exército e a GNR; • Estrutura do Centro deixou de ser rentabilizada com a saída da GNR, contribuindo para baixar o nível da formação.
Entrevistado Nº 4	<ul style="list-style-type: none"> • A formação no CMEFD, sobretudo na última década do século XX, veio a acompanhar o desinvestimento que o Exército foi fazendo na área equestre; • Os custos de formação eram muito elevados face aos níveis de qualidade com que os formandos saiam; • Temos uns níveis de formação neste momento muito bons que nos afirmam já como uma escola equestre em termos nacionais; • Os custos de formação baixaram e elevou-se a qualidade da mesma, pelo nível das montadas que ainda vamos tendo.
Entrevistado	<ul style="list-style-type: none"> • Os cursos, apesar de muito bem organizados e planeados, visavam mais o cavaleiro que o professor; • Com o aparecimento da ENE tem sido feito um esforço no desenvolvimento

Nº 5	<p>dos aspectos da pedagogia;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os aspectos económicos também deverão ter pesado na decisão.
Entrevistado Nº 6	<ul style="list-style-type: none"> • Desaparecimento da Escola de mestres e instrutores de primeiro plano; • A GNR pode formar na USHE porque tem estruturas e mestre ao mesmo nível ou superiores aos de Mafra.
Entrevistado Nº 7	<ul style="list-style-type: none"> • O pessoal para ir tirar o curso a Mafra estava 9 meses afastado do serviço e a Guarda pagava; • Em termos de consequências negativas surge o afastamento entre os militares que montam a cavalo; • A qualidade da formação não desceu, antes pelo contrário, mas já não estamos 9 meses exclusivamente dedicados à equitação
Entrevistado Nº 8	<ul style="list-style-type: none"> • A GNR terá chegado à conclusão que não valia a pena ir a Mafra tirar os cursos, porque lhe saiam caríssimos; • Ao nível da qualidade de formação e do modelo do curso só se poderá avaliar pelos resultados no futuro.

Quadro A.3: Análise de conteúdo à questão nº 3.

Resposta	Argumentação
Entrevistado Nº 1	<ul style="list-style-type: none"> • Os níveis atingidos foram fruto da dedicação e intensidade com que praticávamos a modalidade.
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Para já são pessoas com muito conhecimento e que investiram muito na sua formação; • Esse patamar que atingiram também lhes foi possibilitado pelo facto de terem feito quase toda a carreira no RC.
Entrevistado Nº 3	<ul style="list-style-type: none"> • Quando há uma estrutura que trabalha um determinado fim, a actividade competitiva é potenciada.
Entrevistado Nº 4	<ul style="list-style-type: none"> • Era uma época em que o panorama equestre nacional era sobretudo dominado pelos militares; • Por outro lado, o cavalo era um meio relativamente barato para a GNR; • São casos em que, a par da formação que tiveram, conseguiram resultados fruto do seu trabalho individual.
Entrevistado Nº 5	<ul style="list-style-type: none"> • Porque eram realmente uns belíssimos cavaleiros, muito persistentes e trabalhadores; • Tudo isto vem muito do mérito das pessoas, são casos pontuais, excepções.
Entrevistado Nº 6	<ul style="list-style-type: none"> • Existia uma equipa da GNR donde saia gente para a equipa nacional; • A equipa disputava todas as provas mais importantes e cada cavaleiro tinha de mostrar resultados; • Este esquema fez com que os cavaleiros de topo fossem um incentivo para os

	outros.
Entrevistado Nº 7	<ul style="list-style-type: none"> • O ensino da equitação estava reservado a meia dúzia de pessoas, tendo os militares preponderância; • Competia-se de igual para igual com os civis pois estes não despendiam tanto dinheiro com cavalos, tendo os mesmos, qualidade semelhante aos nossos; • As pessoas que se dedicavam aos cavalos dedicavam-se uma vida inteira
Entrevistado Nº 8	<ul style="list-style-type: none"> • Essas pessoas entregaram-se muito à prática de equitação e em especial à equitação desportiva, sacrificando tudo em prol dos cavalos.

Quadro A.4: Análise de conteúdo à questão nº 4.

Resposta	Argumentação
Entrevistado Nº 1	<ul style="list-style-type: none"> • Na minha altura chegou-se a fazer remontas de 100 cavalos, depois passou-se para 50 e actualmente nem sequer verba há; • A remonta teria actualmente grandes possibilidades de ser bem-feita, porque sem ser para o desporto e para o toureio, o resto são cavalos baratos, sem deixar de ter qualidade.
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Aquilo que eu entendo que seja o melhor neste momento é primar pela qualidade em detrimento da quantidade; • O cavalo de fileira deverá ser muito versátil e o cavalo de desporto deverá ser adquirido com vista a uma determinada modalidade.
Entrevistado Nº 3	<ul style="list-style-type: none"> • Tem de haver o mínimo de quantidade em termos de MF, a fim de cumprir as missões; • Havendo intenção de projectar a GNR nacional e internacionalmente, terá de se investir na qualidade.
Entrevistado Nº 4	<ul style="list-style-type: none"> • A política de remonta deve sempre primar pela qualidade; • No caso do cavalo de fileira devemos fazer uma análise de qualidade vs preço de aquisição; • No caso do cavalo de desporto deve atender-se mais à qualidade ainda que o preço de aquisição seja mais elevado; • Actualmente, o preço de aquisição está fixado e a Comissão de Remonta, devido ao concurso público, vai ao mercado no 2º semestre do ano, quando os melhores cavalos já foram comprados em Janeiro.
Entrevistado Nº 5	<ul style="list-style-type: none"> • Antigamente não havia propriamente uma política definida, mas mais recentemente começou a haver uma qualidade de selecção para o cavalo de fileira.
Entrevistado Nº 6	<ul style="list-style-type: none"> • Os cavalos de desporto devem ser comprados pela qualidade e com características de acordo com os cavaleiros que precisam de receber cavalos e a modalidade que praticam.

Entrevistado Nº 7	<ul style="list-style-type: none"> • Deve atender-se às qualidades para o serviço que vão desempenhar, e sempre versando um certo equilíbrio com a quantidade, porque precisamos dos cavalos; • Eu acho que o grande problema das remontas tem a ver com os timings. Devia haver tempo para os cavalos serem vistos, avaliados e negociados, sem preços pré-estabelecidos.
Entrevistado Nº 8	<ul style="list-style-type: none"> • Na aquisição de MF serão as duas igualmente importantes, com a maior qualidade possível dentro das verbas que estão disponíveis e de forma a fazer face às necessidades; • Relativamente às MD é conveniente comprar de boa qualidade.

Quadro A.5: Análise de conteúdo à questão nº 5.

Resposta	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº 1		X	<ul style="list-style-type: none"> • Tem-se adquirido cavalos nacionais com muito boa qualidade que não têm sido aproveitados.
Entrevistado Nº2		X	<ul style="list-style-type: none"> • O cavalo é um meio importante para se chegar ao topo; • Não adianta à GNR comprar MD para distribuir a um militar que tem uma evolução com o cavalo, mas que é interrompida por o militar ter de desempenhar outra função, fora da Unidade.
Entrevistado Nº 3	X		<ul style="list-style-type: none"> • Se antigamente se conseguia com uma MD concorrer a nível internacional, hoje em dia terá de ser uma MD que custa muito mais dinheiro do que antigamente.
Entrevistado Nº 4		X	<ul style="list-style-type: none"> • A GNR não tem capacidade de entrar no mercado dos campeões já feitos, mas aos 2 anos e meio eles não detêm esse valor, nesse mercado podemos entrar.
Entrevistado Nº 5		X	<ul style="list-style-type: none"> • Não é só pelo valor comercial dos cavalos, tem a ver muito com o trabalho, a dedicação, o esforço e o entusiasmo; • Até ao nível de 1,30m penso que a GNR tem capacidade para adquirir cavalos.
Entrevistado Nº 6		X	<ul style="list-style-type: none"> • Os cavaleiros da GNR montam cavalos que não são do top mundial; • Actualmente há muitos cavalos com categoria

			suficiente para o nível interno.
Entrevistado Nº 7		X	<ul style="list-style-type: none"> • Antigamente conseguia-se comprar um cavalo a preços mais acessíveis com melhor qualidade; • Nós temos cavalos que, se realmente andassem a ser empenhados a sério, podiam chegar mais longe.
Entrevistado Nº 8		X	<ul style="list-style-type: none"> • A aquisição de cavalos passou a ser um negócio, elevando os cavalos a preços absurdos; • Para as provas nacionais podem-se comprar muitos cavalos bons e depois é uma questão de trabalho; • Hoje em dia também se “põem” muito poucos cavalos, por falta exactamente da rotação dos cavaleiros que os concursos trazem.

Quadro A.6: Análise de conteúdo à questão nº 6.

Resposta	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº 1	-	-	-
Entrevistado Nº2		X	<ul style="list-style-type: none"> • Se estamos a dar formação numa área e depois, acabando essa formação, os militares são encaminhados para outra área, então essa formação não faz sentido.
Entrevistado Nº 3		X	<ul style="list-style-type: none"> • Se realmente acontece que o militar qualificado não vai, após o curso que frequenta, desempenhar funções nesse âmbito, é um investimento que é uma pena perder-se.
Entrevistado Nº 4		X	<ul style="list-style-type: none"> • A GNR não pode querer especializar militares e simultaneamente querer que estejam em funções alheias à qualificação, assim não há retorno do investimento e da formação.
Entrevistado Nº 5		X	<ul style="list-style-type: none"> • Hoje em dia não se vive com a mesma paixão, gosto e entusiasmo, a casa e a camisola, olha-se mais para a vida profissional e a carreira, abdicando para tal dos cavalos; • Muitos militares, mesmo não estando colocados no RC, não deixavam de montar a cavalo.
Entrevistado		X	<ul style="list-style-type: none"> • Se as empresas gerissem o pessoal como os militares, faliem todas; • Passam a vida inteira a formar um militar e depois

Nº 6			mandam-no para um lugar onde qualquer um fazia tão bem como ele, quando no lugar dele não há ninguém em condições de fazer tão bem como ele.
Entrevistado Nº 7		X	<ul style="list-style-type: none"> • Não existe uma política na Guarda de retorno dos cursos, não só nos de cavalaria, mas nos de cavalaria então é gritante; • Se falarmos do CEC, acho que deveria ser dado como especialidade a quem quisesse vir fazer o serviço da Unidade; • Depois, todo o curso de equitação que fosse dado deveria obrigar a uma determinada quantidade de anos a ficar ligado à função correspondente.
Entrevistado Nº 8		X	<ul style="list-style-type: none"> • Actualmente, os cursos têm vários degraus, como tal, importa que os militares os tirem cedo de modo a que cheguem ao curso de instrutores com funções/postos que ainda lhes permita dar instrução; • Não há grande interesse em formar instrutores de equitação para depois os estar a desviar para outra área.

Quadro A.7: Análise de conteúdo à questão nº 7.

Resposta	Afirmativa	Negativa	Argumentação
Entrevistado Nº 1	X		<ul style="list-style-type: none"> • Apesar do volume dos obstáculos ter diminuído, a maneira de organizar o percurso, os condicionamentos e as composições levaram a que a dificuldade técnica dos percursos aumenta-se.
Entrevistado Nº2	X		<ul style="list-style-type: none"> • A exigência é capaz de ser maior e a concorrência a nível civil também, tanto ao nível da qualidade dos cavaleiros como dos cavalos.
Entrevistado Nº 3		X	<ul style="list-style-type: none"> • Não creio, se repararmos as provas de ensino elementares sempre foram elementares e as provas de metro sempre foram de metro; • O facto de haver uma quantidade enorme de civis a competir leva a que os cavalos que aparecem tenham mais qualidade.
Entrevistado			<ul style="list-style-type: none"> • Os obstáculos não aumentaram nas suas dimensões, o que foi dificultado foi a sucessão e as condições em que se saltam os mesmos;

Nº 4	X		<ul style="list-style-type: none"> • O nível de dificuldade das provas aumentou também pelas características que os atletas foram adquirindo nos últimos anos.
Entrevistado Nº 5	X		<ul style="list-style-type: none"> • À medida que a genética vai puxando pelos cavalos, melhorando as suas qualidades, as provas também vão aumentando de dificuldade.
Entrevistado Nº 6	X		<ul style="list-style-type: none"> • Não foi a dimensão das provas que aumentou, foram as dificuldades técnicas, distâncias e voltas; • A nível do Ensino a dificuldade manteve-se, só as provas livres têm evoluído, pelos coreógrafos e músicos que são contratados.
Entrevistado Nº 7		X	<ul style="list-style-type: none"> • Tem aumentado a especificidade técnica, a dificuldade em si, não, são diferentes, é uma questão das pessoas se adaptarem.
Entrevistado Nº 8	X		<ul style="list-style-type: none"> • Em termos absolutos concordo que tenha vindo a aumentar a dificuldade; • Hoje, um determinado grau de dificuldade, há-de ser mais ou menos equivalente a um mesmo grau há 40 anos atrás; • Antigamente saltava-se mais alto, hoje aparecem complicações com as distâncias e a condução.

Quadro A.8: Análise de conteúdo à questão nº 8.

Resposta	Argumentação
Entrevistado Nº 1	<ul style="list-style-type: none"> • Treinadores nunca houve, os progressos eram auto-adquiridos e era mercê de muito sacrifício e dedicação que chegávamos ao alto nível; • O desinteresse dos cavaleiros advém também da ida aos concursos ser bastante onerosa, o que não acontecia antigamente onde eram incentivados.
Entrevistado Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Se existe capacidade reconhecida para formar, também não tenho dúvidas que essas pessoas têm capacidade para levarem militares ao topo; • Poderia haver mais incentivo mas atendendo aos problemas a nível orçamental é natural que assim seja; • Agora, o facto de haver movimentações, impossibilitar que haja a continuidade do trabalho e a incerteza que existe, cria desmotivação.
Entrevistado Nº 3	<ul style="list-style-type: none"> • Um cavaleiro que monta mais do que um cavalo vai acabar por montar mais tempo e acelerar a sua aprendizagem; • O acompanhamento é fundamental, pois é a melhor forma de corrigir os erros e ajudar a evoluir.

Entrevistado Nº 4	<ul style="list-style-type: none"> • Tem todas as condições, já tendo sido, inclusivamente, feitos estudos para se conseguir ter uma equipa da GNR; • A GNR tem nas suas fileiras militares de cavalaria que têm a capacidade de estar constantemente motivados;
Entrevistado Nº 5	<ul style="list-style-type: none"> • A GNR tem mais do que condições para poder ter cavaleiros de qualidade, tudo depende da matéria-prima, que, sendo boa, consegue tirar partido de um cavalo de menor qualidade, sem precisar de treinador; • Tenho muitas dúvidas que, hoje em dia, com as restrições de toda a espécie, haja possibilidades da GNR poder prestar-se a atingir níveis de excelência.
Entrevistado Nº 6	<ul style="list-style-type: none"> • Tem todas as condições, os civis é que se vêm atrapalhados para as terem, tem instrutores, cavaleiros, cavalos, campos e picadeiros. • Tem de haver objectivos e dar todas as condições e incentivos para os alcançar.
Entrevistado Nº 7	<ul style="list-style-type: none"> • Nós temos pessoas que ainda sabem muito de cavalos na Guarda e pessoas que já se reformaram e que não tinham problemas nenhuns em vir ajudar; • Mas para isso era necessário mudar a filosofia e mentalidade que existe na GNR de que as provas hípcas servem apenas para protagonismo próprio.
Entrevistado Nº 8	<ul style="list-style-type: none"> • Julgo que a GNR tem excelentes condições para proporcionar aos seus militares, tem é de haver uma decisão e uma aposta nesse sentido.

Quadro A.9: Análise de conteúdo à questão nº 9.

Resposta	Argumentação
Entrevistado Nº 1	<ul style="list-style-type: none"> • Os meios estão à disposição dos cavaleiros, tem de partir deles, da dedicação e sacrifício, para que haja aproveitamento dos meios.
Entrevistado Nº 2	<ul style="list-style-type: none"> • É uma aposta que tem de ser feita em conjuntos, com conhecimento e vontade dos cavaleiros, que sejam motivados e tenham montadas para atingir os seus objectivos, mesmo que um grupo restrito.
Entrevistado Nº 3	<ul style="list-style-type: none"> • É claro que é difícil com as condições que vivemos do ponto de vista económico, mas é tentar repor a estrutura como ela era, reconstruir o edifício a partir da base.
Entrevistado Nº 4	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar com o sistema de formação tentando melhora-lo de acção para acção; • Ter liberdade para desenvolver uma estratégia de competição, que passará pela aquisição de MD de qualidade.
Entrevistado Nº 5	<ul style="list-style-type: none"> • Fundamentalmente, penso que não depende da GNR, mas sim da vontade, empenho e gosto de cada um; • Agora, se a GNR se empenhar em arranjar alguns cavalos melhores para aqueles que se empenharem e se comprometerem a cumprir mais e melhor,

	talvez seja possível melhorar.
Entrevistado Nº 6	<ul style="list-style-type: none"> • Ou a constituição de uma equipa da GNR ou apoiar individualmente aqueles que se destacam; • Dar todas as condições, incentivos e traçar objectivos àqueles que mais gosto mostrem.
Entrevistado Nº 7	<ul style="list-style-type: none"> • Se a GNR quisesse ter uma boa equipa, em que houvesse realmente aproveitamento dos cavalos que há e um estudo sobre eles, ponderando-se a ideia de comprar alguma melhor qualidade em vez de quantidade, com ponderação, mudando a mentalidade que existe, acho que era possível chegarmos mais longe.
Entrevistado Nº 8	<ul style="list-style-type: none"> • Se efectivamente se apostar na equipa, com o acompanhamento capaz, seguindo objectivamente por critérios de qualidade, julgo que seja relativamente fácil começar a aparecer, em relativamente pouco tempo, a um nível muito razoável que será o necessário para que as coisas pudessem começar a evoluir para a alta competição.

Quadro A.10: Análise de conteúdo das questões da entrevista dirigida.

Questão Nº1	A actividade equestre sempre fez parte da idiossincrasia da GNR. Até que ponto será benéfico para a instituição a participação em competições externas à sua missão, e a existência de cavalos de desporto com esse fim?
Resposta Nº1	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmativa • Se houvesse mais manifestação hípica, no aspecto desportivo, da GNR, podia ser um atractivo até para o ingresso de civis na própria instituição; • A GNR chegou a ser uma bandeira do hipismo português, com a equipa nacional formada apenas por Oficiais da instituição.
Questão Nº2	A formação dos militares e dos civis, na área da equitação, foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Como considera que foi a evolução do nível da formação ministrada no Centro, ao longo dos tempos?
Resposta Nº2	<ul style="list-style-type: none"> • Na minha opinião a qualidade dos cavaleiros manteve-se, o que tem vindo a piorar é a qualidade dos cavalos, passou-se a adquirir apenas cavalos de fileira tornando-se mais difícil aparecerem cavalos de topo.
Questão Nº3	Outrora, vários cavaleiros militares conseguiram atingir grandes feitos. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar e evidenciarem-se dos civis?
Resposta Nº3	<ul style="list-style-type: none"> • Antigamente os civis, tirando aqueles que tinham coudelarias, não tinham preponderância.
Questão Nº4	Recentemente, assistimos a uma inversão de papéis, com os civis a assumirem o protagonismo. Que motivos levaram a que tal acontecesse?
	<ul style="list-style-type: none"> • Com a Guerra Colonial, com o serviço a ser mais específico para a GNR, com os cavalos da própria instituição começarem a desaparecer, os próprios

Resposta N°4	<p>cavaleiros a não terem um acompanhamento necessário na parte desportiva, começou-se a pouco e pouco a perder a quantidade de cavaleiros militares nos concursos hípicas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • No hipismo, graças aos militares, a parte civil começou a perceber o que era montar a cavalo, começaram a entrar os patrocinadores, a fomentar as escolas nacionais, começou a haver uma progressão diferente.
Questão N°5	Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser esta uma das razões para a perda de preponderância por parte dos militares?
Resposta N°5	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmativa • Eu penso que sim, porque actualmente um cavalo de desporto torna-se excessivamente caro, e principalmente toda a sua preparação; • Um cavaleiro de topo tem, pelo menos, oito cavalos de topo nas cavaliças, exactamente para poder ir alternando, e ir competindo sem perder o ritmo nem o ranking da alta competição, algo que se torna incomportável para os militares.
Questão N°6	É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado. Concorda?
Resposta N°6	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmativa; • Na parte técnica, sim, agora na parte de alturas e de saltos com volume, penso que não; • Tal facto implica uma preparação completamente diferente da maneira de montar os cavalos.
Questão N°7	Actualmente, o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Terá a GNR capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares, ou partirão os civis em vantagem logo à partida?
Resposta N°7	<ul style="list-style-type: none"> • Afirmativa • A parte civil pode estar, eventualmente, mais apta, devido à experiência em concursos, a treinar para alta competição; • A nível da formação a GNR tem melhores condições, não se pode confundir formação com competição desportiva.
Questão N°8	Dada toda esta conjuntura, do seu ponto de vista, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da GNR voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?
Resposta N°8	<ul style="list-style-type: none"> • Há que promover, através da instituição, a aquisição de cavalos de desporto e depois distribuir aos cavaleiros que estejam interessados a trabalhar, mesmo dispondo das horas de descanso.

Transcrição da Entrevista Nº 9 (Dirigida)

ENTREVISTADO Nº 9

Caracterização do inquirido:

Nome:	Luís Xavier de Brito
Função:	Formador de Equitação, Antigo Cavaleiro de Renome
Data:	28/06/11

Caracterização do objecto de análise:

1. A actividade equestre sempre fez parte da idiossincrasia da GNR. Até que ponto será benéfico para a instituição a participação em competições externas à sua missão, e a existência de cavalos de desporto com esse fim?

R: Do meu ponto de vista, se houvesse mais manifestação hípica, no aspecto desportivo, da GNR, podia ser um atractivo até para o ingresso de civis na própria instituição, porque, no fundo, iriam colmatar a sua vontade de montar a cavalo com o serviço da própria GNR.

Tenho noção de que actualmente, os Oficiais da GNR para poderem competir a nível nacional, porque internacional já será muito mais complicado, têm que dispor das suas férias, pagando por vezes do seu próprio bolso as saídas para os concursos. Parecendo que não, a amostra que havia antigamente, contemplava até, uma equipa da GNR, que chegou a ser, na altura da Guerra Colonial, uma bandeira do hipismo português, com a equipa nacional formada apenas por Oficiais da instituição, sendo os anos de maior sucesso da GNR.

2. A formação dos militares e dos civis, na área da equitação, foi durante muitos anos realizada em Mafra, no actual CMEFD. Como considera que foi a evolução do nível da formação ministrada no Centro, ao longo dos tempos?

R: Como em tudo, as pessoas pensam que nos tempos antigos foi sempre melhor. Na minha opinião a qualidade manteve-se, isto falando dos cavaleiros. O que penso que tenha perdido foi a qualidade dos cavalos. Antigamente havia mais quantidade, e dentro da quantidade conseguia-se obter alguma qualidade, bastante qualidade mesmo. Actualmente, como também já não são comprados cavalos para fins desportivos, sendo comprados mais cavalos de fileira, torna-se um pouco mais raro aparecerem alguns cavalos de topo que possam elevar ou dar a categoria àquilo que os cavaleiros merecem.

Eu penso que o Centro tem feito muito bom serviço. Eu tirei lá o curso de instrutores com alguns Oficiais da GNR, como por exemplo o Tenente-Coronel Almeida e Sousa que se distinguiu no Ensino e também como formador.

3. Outrora, vários cavaleiros militares conseguiram atingir grandes feitos. De que forma lhes foi possível atingir esse patamar e evidenciarem-se dos civis?

R: Antigamente os civis, tirando aqueles que tinham coudelarias, como o Vicente Caldeira ou o Guilherme Gião, não tinham grande preponderância. Apenas cavaleiros como o Malta da Costa ou o Francisco Caldeira, na minha altura, participavam em concursos ao lado do Pimenta da Gama e do Callado, militares. Mas, com a Guerra Colonial, com o serviço a ser mais específico para a GNR, com os cavalos da própria instituição começarem a desaparecer, com a desactivação do 1º Esquadrão, os próprios cavaleiros a não terem um acompanhamento necessário na parte desportiva, começou-se a pouco e pouco não a perder a qualidade dos cavaleiros, mas a perder a quantidade de cavaleiros nos concursos hípicas.

4. Recentemente, assistimos a uma inversão de papéis, com os civis a assumirem o protagonismo. Que motivos levaram a que tal acontecesse?

R: Em toda a Europa, antigamente, tínhamos uma Escola de Saumur, uma Escola de Mafra, a própria Escola Alemã com muitos militares empenhados na parte desportiva. A partir de certa altura os cavalos são substituídos pelos carros de combate, no caso do Exército, na GNR passou-se a usar cada vez menos os cavalos em ordem pública. Parecendo que não, isso levou, não a um desinteresse, mas à falta de matéria-prima para se poder entrar em concursos.

No hipismo, graças aos militares, a parte civil começou a perceber o que era montar a cavalo, começaram a entrar os patrocinadores, a fomentar as escolas nacionais, começou a haver uma progressão diferente, mas onde os professores e monitores eram essencialmente militares. Se devo a carreira hípica que tenho actualmente, é principalmente a militares, da GNR ou não. E com muitos cavaleiros civis aconteceu o mesmo. Ultimamente começaram a aparecer então os treinadores, cavaleiros olímpicos, já com uma certa experiência que optaram, não por uma vida de formação equestre, mas sim por serem treinadores. Parecendo que não, o hipismo a nível mundial tem progredido cada vez mais e, tirando alguns aspectos mais particulares como o facto de uma cavaleira italiana envergar a farda dos Carabinieri, sem lhes pertencer, apenas para promover a instituição, os civis têm-se destacado.

5. Atentos ao actual mercado dos solípedes, podemos constatar que os campeões atingem valores bastante elevados. Poder-se-á considerar ser esta uma das razões para a perda de preponderância por parte dos militares?

R: Eu penso que sim, porque actualmente um cavalo de desporto torna-se excessivamente caro, e principalmente toda a sua preparação. Quando falamos de um cavalo de desporto, não estamos a falar de um cavalo que compramos aos quatro anos e que os leva até aos nove anos para depois ir fazer um campeonato de Europa ou um campeonato do Mundo, isso era o que se fazia antigamente. Assim, dificilmente se atinge o topo.

Na minha altura, eu fazia uma ou duas Taças das Nações por ano, actualmente fazem-se vinte ou trinta. Um cavalo de topo a fazer 20 Taças das Nações por ano dura pouco, tem que haver doseamento, como em todo o atleta. Um cavaleiro de topo tem, pelo menos, oito cavalos de topo nas cavaliças, exactamente para poder ir alternando, e ir competindo sem perder o ritmo nem o ranking da alta competição, porque se sairmos da alta competição depois é muito difícil voltar. Há que ter um leque muito grande de cavalos, algo que se torna um pouco incomportável para um cavaleiro.

6. É comumente considerado que o grau de dificuldade das provas equestres tem aumentado. Concorda?

R: Na parte técnica, sim, agora na parte de alturas e de saltos com volume, penso que não. Lembro-me há muitos anos atrás do concurso das Caldas da Rainha, que era dos mais importantes a nível nacional, sendo o director de pista o General Spínola, saltava-se muito grande e muito largo.

O último ano em que penso que se saltou muito forte foi nos Jogos Olímpicos de Munique, em 1972, a partir daí começou-se a ligar mais à técnica, à delicadeza dos saltos, saltos com as varas mais leves, com os calços mais abertos para os saltos caírem com mais facilidade. Tal facto implica uma preparação completamente diferente da maneira de montar os cavalos, antigamente com os saltos altos e cheios podia-se “atirar” os cavalos contra os saltos que eles mesmo roçando conseguiam ultrapassá-los. Actualmente tem de se esperar mais pelos cavalos, acertar melhor as batidas, os cavalos têm de ser mais poderosos e ter umas trajectórias mais verticais.

7. Actualmente, o desporto equestre de alta competição implica um treino bastante intensivo, com vários cavalos e acompanhamento por parte de um treinador. Terá a GNR capacidade para proporcionar estas condições aos seus militares, ou partirão os civis em vantagem logo à partida?

R: Eu penso que na GNR, em termos equestres, estão mais bem preparados do que os civis. A parte civil pode estar, eventualmente, mais apta, devido à experiência em competições, a treinar mais para alta competição. Se me disser que a GNR, através dos seus instrutores ou mestres, tem preparação para um nível básico ou médio para preparar cavaleiros, penso que sim. A nível superior, talvez só se fossem buscar o Pimenta da Gama, que é um ganhador nato,

mesmo não sendo instrutor ou mestre. Não se pode confundir o que é formação, com o que é competição desportiva, não pode haver uma sem haver a outra, mas acho muito difícil que um mestre de equitação que nunca competiu a alto nível consiga traduzir a um cavaleiro que queira optar pelo alto nível, o que ele deve fazer.

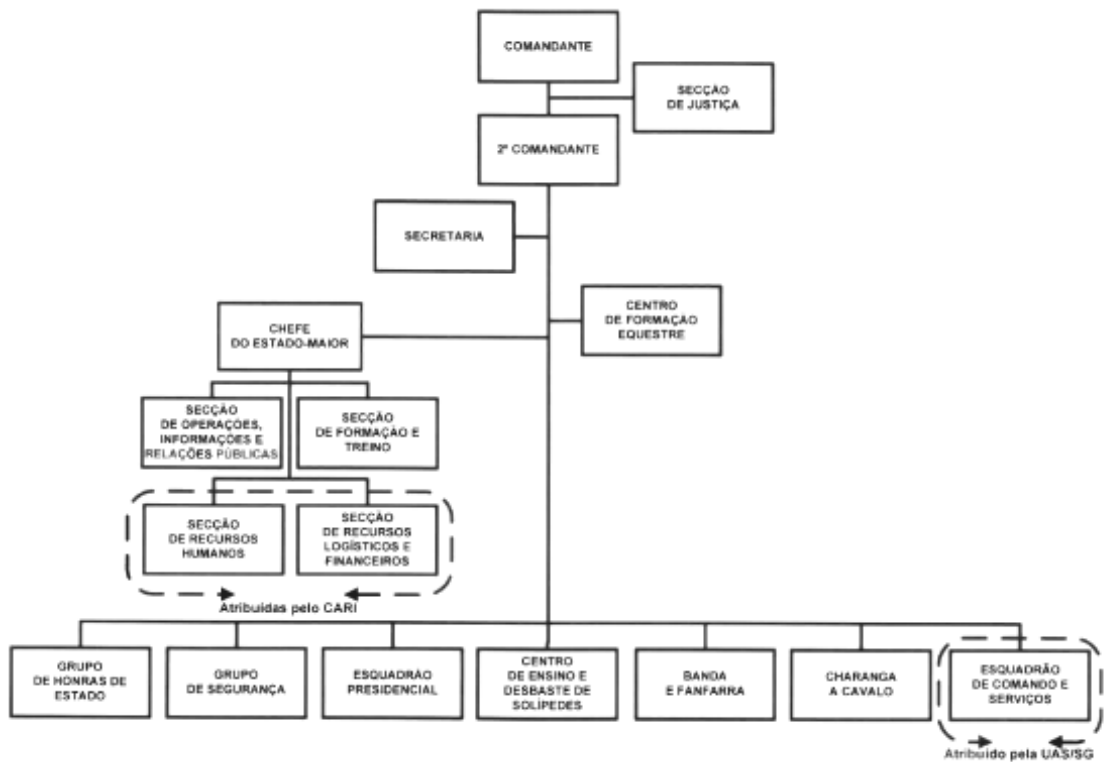
8. Dada toda esta conjuntura, do seu ponto de vista, que medidas poderão ser aplicadas para que os militares da GNR voltem a atingir os níveis anteriores de ribalta da equitação nacional e internacional?

R: Cada vez mais, o hipismo está-se a tornar profissional. Quando falamos em competição nacional, não acho que haja muita coisa a mudar, há que sim, conseguir promover através da instituição a aquisição de cavalos de desporto e depois distribuir aos cavaleiros que estejam interessados a trabalhar, mesmo dispondo das horas de descanso. Porque para se ser bom cavaleiro tem de se montar muito, e um Oficial da GNR não é um Oficial de equitação, a equitação é um hobby, e como hobby ele vai ter que dar horas do seu descanso para o poder ter. Só com estas condições a GNR poderá ter cavaleiros de nível superior.

ANEXOS

ANEXO A: Estrutura da USHE (Despacho do GCG Nº 59/09-OG)

FIGURA A.1: ESTRUTURA DA USHE



Fonte: Anexo A ao Despacho GCG Nº 59/09-OG

ANEXO B: Quadro Orgânico de Referência da USHE (Despacho do GCG Nº 59/09-OG)

FIGURA B.1: QUADRO ORGÂNICO DE REFERÊNCIA DA USHE

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																						
Órgão	Of. Gerais		Oficiais								Sargentos						Guardas			Civis	TOTAL	Obs.
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAJ	SAJ	1ºSrg	2ºSrg	CMor			
Comando e Estado-Maior																						
Comandante	1																					1
2.º Comandante		1																				1
Chefe do Estado-Maior					1																	1
Centro de Formação Equestre						1				1					1				1	1		5
Adjunto do Comando											1											1
Secretaria														1			2	2	5			10
Secção de Justiça								1								1			2	1		5
Secção de Op., Info. e Rel. Púb.					1		1		1				1		1				1	3	1	10
Secção de Formação e Treino					1				1				1		1	1			1	1	1	8
Secção de Recursos Humanos							1						1	2	1	2	3	2				12
Secção de Recursos Logísticos e Financeiros							1		2				1		2	2	1	4	3			16
Total Cmd e EM	1	1			4		4		5		1		5	1	7	6	8	19	8			70
Grupo de Honras de Estado																						
Comando e Secção de Comando																						
2º Esquadrão Moto																						
Comando e Secção de Comando				1		1								1				1	1	1		7
Quarteleiros								1							1			1	1	5		7
Pelotões Moto (3)										3						9		18	54			84
Pelotão BTT									1							2		4	16			23
Secção de Manutenção Moto															1	1	1	3	3			9
3º Esquadrão a Caval																						
Comando e Secção de Comando								1							1	1	2	3	17			25
Quarteleiros																		1	1	5		7
Pelotões (4)										4						4		20	100			128

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																						
Órgão	Of. Gerais		Oficiais								Sargentos						Guardas			Civis	TOTAL	Obs.
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAJ	SAJ	1ºSrg	2ºSrg	CMor			
Esquadrão de Comando e Serviços																						
									1					2	1	4	5	7	51	59		130
Total ECS									1					2	1	4	5	7	51	59		130
PelCmdSvc de reforço ao GSeg																						
														1		1	1	5	21	29		58
Total PelCmdSvc Gseg														1		1	1	5	21	29		58
PelCmdSvc de reforço ao 2º Esq																						
														1				3	10	11		25
Total PelCmdSvc 2º Esq														1				3	10	11		25
PelCmdSvc de reforço ao 3º Esq																						
														1		2	1	7	19	25		55
Total PelCmdSvc 3º Esq														1		2	1	7	19	25		55
PelCmdSvc de reforço ao 4º Esq																						
														1		2		4	10	20		37
Total PelCmdSvc 4º Esq														1		2		4	10	20		37
TOTAL USHE	1	1			2	5	2	5	7	8	25	2	3	2	35	3	87	137	71	322	844	1562

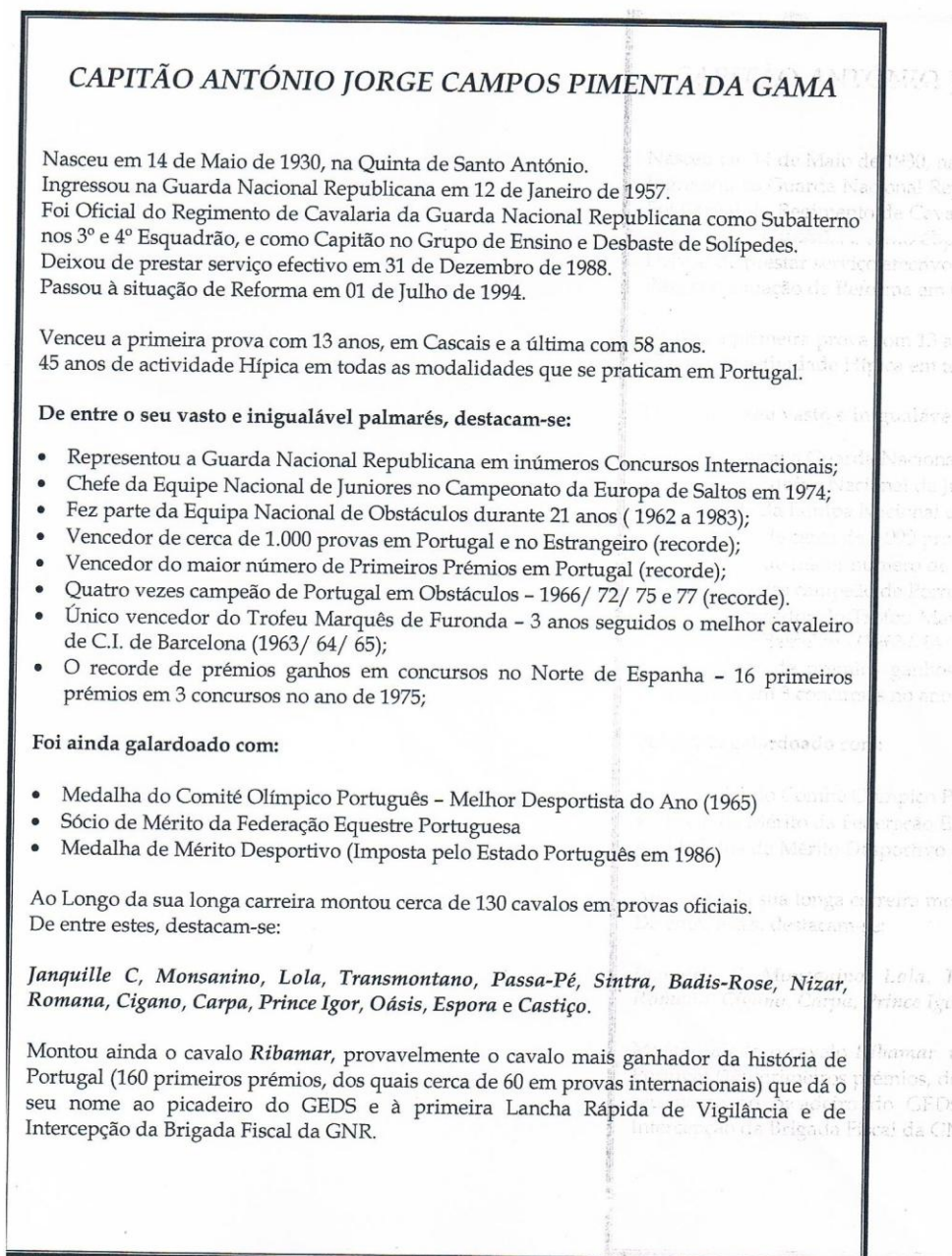
a) Um oficial é veterinário

UNIDADE DE SEGURANÇA E HONRAS DE ESTADO																								
Órgão	Of. Gerais		Oficiais										Sargentos						Guardas			Civis	TOTAL	Obs.
	TGen	MGen	Cor	Cor TCor	TCor	TCor Maj	Maj	Maj Cap	Cap	Cap Sub	Sub	SMor	SMor SCh	SCh	SCh SAJ	SAJ	SAJ 1ºSrg	2ºSrg	CMor	CCh	Cb A Gd			
4º Esquadrão a Caval																								
Comando e Secção de Comando																								
Quarteleiros																								
Pelotões (4)																								
Total GHE																								
Grupo de Segurança																								
Comando e Secção de Comando																								
1ª Companhia																								
Comando e Secção de Comando																								
Pelotões (4)																								
3ª Companhia																								
Comando e Secção de Comando																								
Pelotões (4)																								
Total GS																								
Esquadrão Presidencial																								
Comando e Secção de Comando																								
Pelotões Operacionais (3)																								
Total EP																								
Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes																								
Comando e Secção de Comando																								
Pelotões Operacionais (3)																								
Total CEDS																								
Banda e Fanfarra																								
Chefia																								
Secretaria e Arquivo Musical																								
Secção de Instrução e Formação																								
Banda Sinfónica																								
Orquestra de Câmara																								
Fanfarra																								
Banda Marcial																								
Total Banda e Fanfarra																								
Charanga																								
Executantes																								
Fitas-Guia																								
Total Charanga																								

Fonte: Despacho do GCG N°59/09-OG

ANEXO C: Historial Equestre do Capitão Pimenta da Gama

FIGURA C.1: BREVE BIOGRAFIA DO CAPITÃO PIMENTA DA GAMA (EM EXPOSIÇÃO NUMA VITRINA EM SUA HOMENAGEM, NO CORREDOR DA SALA DE OFICIAIS DA USHE).



Fonte: USHE.

ANEXO D: Formandos Habilitados com o Cursos de Mestre de Equitação, em Mafra

RELAÇÃO DE OFICIAIS COM O CURSO DE MESTRES DE EQUITAÇÃO

1942

Maj. MÁRIO CUNHA
Maj.Cav^a LUÍS ALMEIDA RIBEIRO
Cap.Cav^a JOÃO CORREIA BARRENTO
Cap.Cav^a HUMBERTO MARINHO FALCÃO
Cap.Cav^a AMADEU MATOS MARTINS
Cap.Cav^a FERNANDO ANTÓNIO NOGUEIRA DA SILVA PAES

1942/43

Ten.Cav^a ANTÓNIO HERCULANO MIRANDA DIAS
Alf. Cav^a FERNANDO LUÍS JORDÃO TAVARES
Alf. Cav^a HENRIQUE ALVES CALLADO

1943/44

Ten.Cav^a JOSÉ AFONSO RHODES SÉRGIO
Alf. Cav^a ABÍLIO OLIVEIRA FERRO
Alf. Cav^a MÁRIO ABRANTES DA SILVA

1944/45

Ten.Cav^a FERNANDO JOSÉ PEREIRA MARQUES CAVALEIRO
Ten.Cav^a JOAQUIM DOS SANTOS ALVES PEREIRA
Alf. Cav^a JOVIANO ALOÍSIO CHAVES RAMOS
Ten.Cav^a JOSÉ LUÍS PINTO CANELHAS
Alf. Cav^a FRANCISCO ALBERTO TEIXEIRA DE LEMOS DA SILVEIRA
Alf. Cav^a JOSÉ MOREIRA DA SILVA RANGEL ALMEIDA
Alf. Cav^a CARLOS EMILIANO FERNANDES

1945/46

Alf. Cav^a ANTÓNIO AUGUSTO DE SAMPAIO E MELO PEREIRA DE ALMEIDA
Alf. Cav^a JOÃO CARLOS CRAVEIRO LOPES
Alf. Cav^a RODRIGO MARIA SOARES CORDEIRO DA SILVEIRA
Alf. Cav^a MANUEL JOSÉ LOPES CERQUEIRA
Alf. Cav^a JOÃO ABEL DA COSTA BARROS MAGALHÃES CRUZ AZEVEDO

1946/47

Ten.Cav^a AUGUSTO FREIRE DE ANDRADE
Alf. Cav^a JOAQUIM MIGUEL DUARTE SILVA
Alf. Cav^a FRANCISCO DOS SANTOS FARRUSCO
Alf. Cav^a ANTÓNIO VARELA ROMEIRAS JÚNIOR

1947/48

Ten.Cav^a JÚLIO PESSOA DE CARVALHO SIMÕES
Alf. Cav^a FERNANDO ANTÓNIO JOSÉ TORRES BRANDÃO DE BRITO

1948/49

Alf. Cav^a ANTÓNIO FERREIRA CABRAL PAES DO AMARAL
Alf. Cav^a JUVENAL ANÍBAL SEMEDO DE ALBUQUERQUE
Alf. Cav^a EDUARDO VAZ NETTO DE ALMEIDA

1949/50

Ten.Cav^a **JORGE** EDUARDO RODRIGUES Y TENÓRIO CORREIA **MATHIAS**
Alf. Cav^a **FERNANDO** ALBERTO CARDOSO PINTO **XAVIER DE BRITO**
Alf. Cav^a **MÁRIO** AVELINO SARDOEIRA **DELGADO**

1950/51

Ten.Inf^a JOAQUIM SIMÃO **SILVEIRA LIMA DA COSTA**
Alf.Cav^a **ÁLVARO** AUGUSTO FONSECA **SABBO**
Alf.Cav^a JORGE ALBERTO **GUERREIRO VICENTE**

1951/52

Ten.Cav^a LUÍS MANUEL SARAIVA **VICENTE DA SILVA**
Ten.Cav^a FERNANDO MANUEL **LOPES FERREIRA**
Ten.Cav^a **CÉSAR** AUGUSTO RODRIGUES **MANO**
Ten.Cav^a MANUEL **FELIZBERTO MARTINS RODRIGUES**

1955/56

Ten.Cav^a RICARDO **IVENS FERRAZ**
Alf. Cav^a SERAFIM **DUARTE PINTO**
Ten.Cav^a MANUEL **JOSÉ MARTINS RODRIGUES**
Ten.Cav^a **RUI D'OREY PEREIRA COUTINHO**

1957/58

Ten.Cav^a JOÃO MANUEL **BILSTEIN MENESES LUIS DE SEQUEIRA**
Ten.Cav^a **CARLOS AZEREDO MELO E LEME**
Ten.Cav^a **HELDER HUMBERTO DO N. MATIAS**

1958/59

Ten.Cav^a **GABRIEL DA FONSECA DORES**

1959/60

Ten.Cav^a **RUI ERNESTO FREIRE LOBO DA COSTA**
Ten.Cor Cav^a **CARLOS FERNANDO VALENTE DE ASCENÇÃO CAMPOS**

1975/76

Ten.Cor.Cav^a **ANTÓNIO XAVIER ABREU CAMPOS PEREIRA COUTINHO**
Maj.Cav^a JOAQUIM RODRIGO NEST **ARNAUT POMBEIRO**
Maj.Cav^a LOURENÇO DE CARVALHO **FERNANDEZ THOMÁZ**
Cap.Cav^a JOSÉ ANTÓNIO SATURNINO **BALULA CID**

1980/81

Maj.Cav^a MANUEL MARIA PINHEIRO DAS **NEVES VELOSO**
Maj.Cav^a **MIGUEL DE LENCASTRE E TÁVORA**
Cap.Cav^a JOSÉ MANUEL M. **RIBEIRO DE FARIA**
Cap.GNR. JOÃO **MARTINS ABRANTES**

1986/87

Cap.GNR. JOAQUIM MANUEL QUEIRÓS DE **ALMEIDA E SOUSA**
Maj.Cav^a ANTÓNIO ARNALDO ROCHA BRITO **LOPES MATEUS**
Maj.Cav^a JOSÉ ALBERTO **MARTINS FERREIRA**
Cap.Cav^a LUÍS MANUEL PROSTES **VILLA DE BRITO**

1989/90

Maj.Cav^a MANUEL EUGÉNIO MOREIRA DE CARVALHO **TELES GRILO**
Cap.Cav^a RUI JORGE DO CARMO **CRUZ SILVA**
Cap.Cav^a RICARDO BETTENCOURT SARDINHA **PORTELA RIBEIRO**

1997/98

Cap Cav^a GNR JOSÉ DOMINGOS **BRUNO VITORINO**
Cap.Cav^a GNR VITOR MANUEL PEREIRA **LUCAS**
Cap Cav^a **MIGUEL S. SERRÃO ARNAULT POMBEIRO**
Cap.Cav^a ANTÓNIO MANUEL DE ALMEIDA DOMINGUES **VARREGOSO**
Cap Cav^a **ABEL JESUS DE SEQUEIRA MATROCA**

2005-06

Maj Cav^a JORGE ALEXANDRE ROMANEIRO DA **COSTA SANTOS**
Maj Cav^a JOSÉ **ANÍBAL** ALVES SUSTELO **MARIANITO** DA SILVA
Maj Cav^a GNR LUÍS FILIPE DOS **SANTOS CORREIA**
Maj Cav^a LUÍS CARLOS **GOMES DA SILVA**

2008-09

Maj Cav^a **PEDRO** ALEXANDRE ALVES DE **CARVALHO**
Maj Cav^a JOSÉ **PEDRO** REBOLA **MATALOTO**

ANEXO F – Estimativa de Custos com os Cursos Ministrados no RC

Figura F.1: Estimativa de Custos dos Cursos de Formação Equestre Ministrados no RC.

ESTIMATIVA DE CUSTOS COM OS CURSOS MINISTRADOS NO REGIMENTO DE CAVALARIA

DESIGNAÇÃO DOS CUSTOS IMPUTADOS AOS CURSOS	CURSO DE MESTRES DE EQUITAÇÃO	CURSO DE INSTRUTORES DE EQUITAÇÃO	CURSO DE MONITORES DE EQUITAÇÃO	CURSO DE AJUDANTE DE MONITOR DE EQUITAÇÃO
AJUDAS DE CUSTO		18.831,96 k)	21.522,25 k)	343,50 k)
ALOJAMENTO	0,00 f)	0,00 f)	0,00 f)	0,00 f)
ALIMENTAÇÃO	407,52 j)	7.131,60 j)	8.150,40 j)	1.451,79 j)
GRAT. DE INSTRUÇÃO	244,80 d)	489,60 d)	734,40 d)	244,80 d)
PALHA E RAÇÃO	292,13 i)	4.037,78 i)	4.614,61 i)	913,31 i)
QUOTA ANUAL FEP	75,00 h)	75,00 h)	75,00 h)	75,00 h)
TOTAL POR CURSO	1.019,45	30.565,94	35.096,66	3.028,40
VALOR MÉDIO POR INSTRUENDO	509,73	3.820,74	4.387,08	378,55

- a) Estimativa para 8 instruídos em cada curso excepto para o Curso de Mestres que são considerados apenas 2
- b) 3 dos instruídos pertencem a outras Unidades
- c) Vêm 2 tratadores de outras Unidades
- d) Vão ser empenhados 6 Instrutores pelo que temos que imputar o valor da gratificação de instrução, embora os mesmos instrutores também estejam empenhados em outros cursos (6 X €40,80)
- e) Considerando que o curso de Mestres só terá 2 instruídos
- f) O alojamento será nas instalações do RC
- g) Considerando as ajudas de custo para (2 oficiais + 1 praça + 2 tratadores) pertencentes a outras Unidades, excepto para o Curso de Mestres
- h) A quota anual a pagar à FEP é 300,00 euros que será dividido por todos os cursos (€300,00 / 4 = €75,00)
- i) O valor referente ao gasto dia/cavalo - este valor é sempre gasto caso haja ou não curso
- j) É considerado para o cálculo da alimentação o valor da diária vezes o número de dias do curso (€ 8,49 X n.º de dias do curso)
- k) Só foram consideradas as ajudas de custo para os militares pertencentes a outras Unidades

Fonte: Circular Nº 20/Dir/04 de 21 de Junho da FEP

ANEXO G – Comparativo dos Custos com os Cursos no CMEFD e no RC

Quadro G.1: Quadro resumo comparativo dos custos com os cursos no CMEFD e no RC

Curso	CMEFD a)	RC b)	Diferença
CAIEq	8929,73 €	509,73 €	<u>8420,01 €</u>
CIEq	8839,50 €	3820,74 €	<u>5018,76 €</u>
CMEq	8569,57 €	4387,08 €	<u>4182,49 €</u>
CAMEq	Não tem	378,55 €	-

a) CMEFD – valor do curso por instruendo apurado de acordo com os cursos feitos no CMEFD em 2005/2006

b) RC – valor do curso por instruendo apurado de acordo com os pressupostos da estimativa dos custos

Fonte: Circular nº 04/Dir/05 de 23 de Novembro da FEP

ANEXO H – Estrutura Curricular do CEC de Oficiais

Quadro H.1: Currículo do 24º CEC Oficiais (2009)

CURRÍCULO DO 24º CEC OFICIAIS – 2009

	DISCIPLINAS	SEMANAS											Horas	
		24º CEC												
		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11		
Formação em exercício						14	9	14	9	8	9	12	75	
Instrução Específica	Equitação	Volteio	2	5	3								10	
		Ginástica I	2	4	5	3	3	3	4	3	4	3	2	36
		Ginástica II / Obstáculos	2	4	4	5	5	2	4	4	2	2	2	36
		Ajudas	2	5	5	3	4	1	4	5	3	3	2	37
		T P Equitação	1	1	4	1						1	2	10
	Várias	Maneio teórico/prático	1	2	1	4								8
		Hipologia e Nutrição		2		1	1	2	1	1	2			10
		Equipamento e Arreios	1	1		1	2	1	2	2				10
		Missão e Serviços da UN						10		3	3			16
		Noções de Pedagogia Equestre			1	2								3
I T P	Ordem Unida a Cavalo						1			1	4	4	10	
	Armamento e Tiro	2	2	2	3				3				12	
E.F.	Educação Física	2	4	5	5		1						17	
	Acção de Prevenção álcool/droga				2								2	
Avaliação	Teste Escrito										2		2	
	Encerramento/Abertura	3										3	6	
	DDC					1		1		1		3	6	
TOTAIS		18	30	30	30	30	30	30	30	24	24	30	306	

Fonte: Secção de Formação e Treino, USHE

ANEXO I – Estrutura Curricular do CEC de Guardas

23º CURSO ESPECÍFICO DE CAVALARIA – GUARDAS

ÁREAS DE INSTRUÇÃO	DISCIPLINAS	TEMPOS
I - INSTRUÇÃO ESPECÍFICA (IE)		
	* Instrução de Equitação (Coef 4)	285
	* Hipologia (Coef 2)	38
	* Limpeza de solípedes (Coef 0)	95
	* Equipamentos e arreios (Coef 1)	36
	* Missão e Serviço da Unidade (Coef 0)	06
II - INSTRUÇÃO MILITAR (IM)		
	* Ordem unida a pé (Coef 0)	47
	* Armamento (Coef 1)	41
	* Transmissões (Coef 1)	12
III - INSTRUÇÃO TÉCNICO -PROFISSIONAL (ITP)		
	* Ordem unida a cavalo (Coef 1)	06
	* Manutenção da Ordem Pública (Coef 1)	27
IV - EDUCAÇÃO FÍSICA (EF)		
	* Educação física (Coef 1)	45
AVALIAÇÃO		
	* Testes escritos (Coef 2)	04
	* Circuito de Avaliação (Coef 1)	03
CERIMÓNIA DE APRESENTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSTALAÇÕES.		04
TREINO PARA A CERIMÓNIA DE ENTREGA DE ESPORAS		07
ÉTICA E RELAÇÕES HUMANAS		06
ENTREGA DE ARMAMENTO, EQUIPAMENTO E ARREIOS		03
PREVENÇÃO À DROGA E À TOXICODEPENDÊNCIA		04
CERIMÓNIA DE ENTREGA DE ESPORAS/ENCERRAMENTO		07

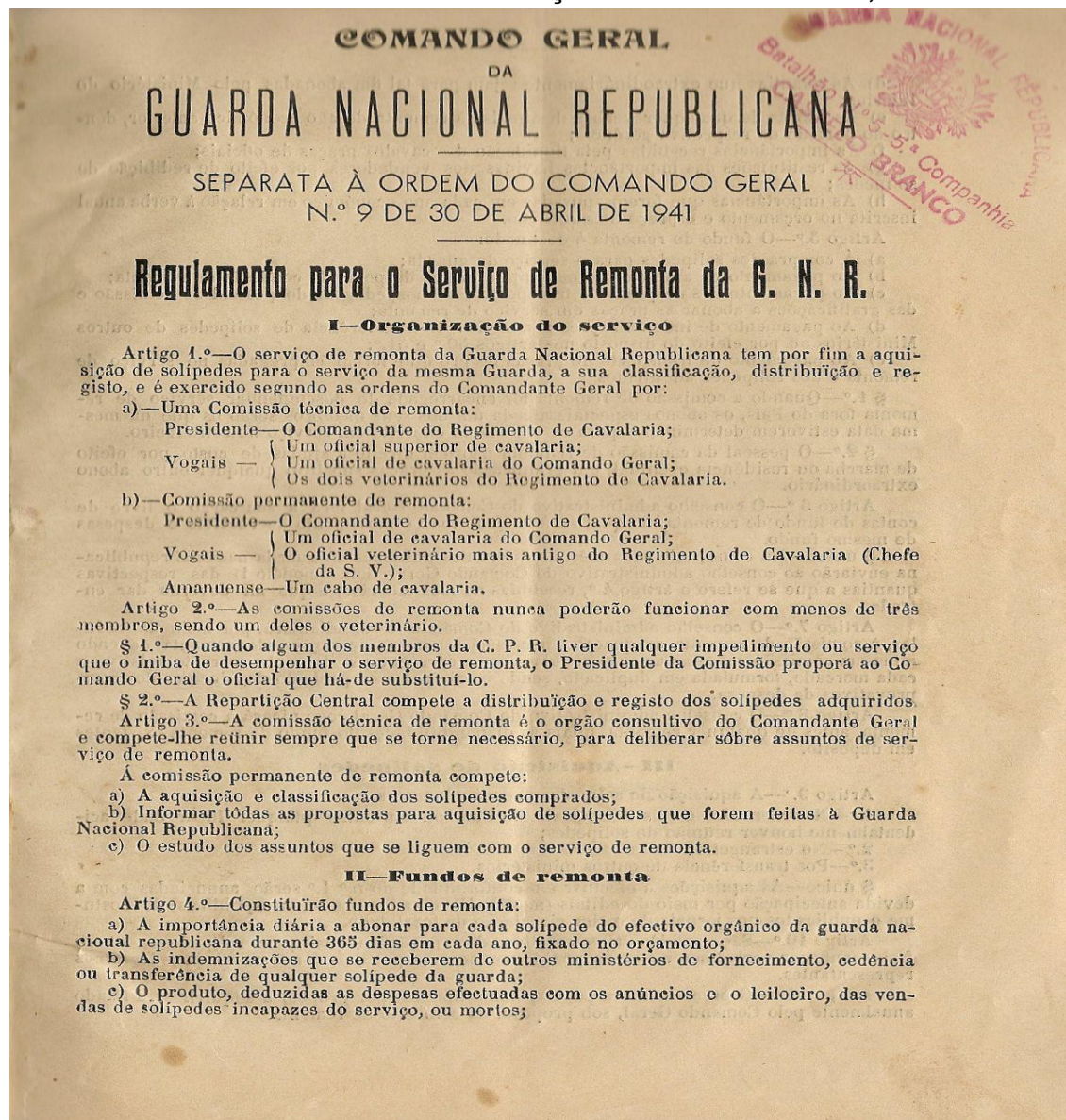
À DISPOSIÇÃO DO COMANDO (DDC) **10**

TOTAL DE HORAS DO CURSO **686**

Fonte: Secção de Formação e Treino, USHE

ANEXO K – Regulamento para o Serviço de Remonta da GNR, 30 de Abril de 1941

FIGURA K.1: REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DE REMONTA DA GNR, 30 DE ABRIL DE 1941.



Fonte: Anuário 2010, CEDS, USHE.

ANEXO L – Quadros de Aquisição de Solípedes

Quadro L.1: Número de cavalos adquiridos entre 1970 e 2009

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
1970	83	1975	26	1980	79	1985	82	1990	77	1995	71	2000	0	2005	46
1971	74	1976	75	1981	69	1986	73	1991	66	1996	81	2001	1	2006	2
1972	35	1977	71	1982	85	1987	78	1992	74	1997	44	2002	0	2007	32
1973	26	1978	78	1983	83	1988	78	1993	60	1998	14	2003	53	2008	51
1974	35	1979	51	1984	86	1989	79	1994	66	1999	34	2004	24	2009	44

Fonte – Arquivo do CEDS, USHE.

Quadro L.2: Número de MD adquiridas entre 1970 e 2009

Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº	Ano	Nº
1970	2	1975	11	1980	5	1985	7	1990	9	1995	13	2000	0	2005	1
1971	0	1976	5	1981	0	1986	8	1991	10	1996	8	2001	0	2006	0
1972	2	1977	0	1982	6	1987	8	1992	7	1997	7	2002	0	2007	0
1973	2	1978	5	1983	10	1988	9	1993	6	1998	4	2003	0	2008	2
1974	0	1979	5	1984	10	1989	16	1994	8	1999	6	2004	0	2009	0

Fonte – Arquivo do CEDS, USHE.

Quadro L.3: Valor médio do cavalo de fileira adquirido entre 1970 e 2009

Ano	Valor médio	Ano	Valor médio	Ano	Valor médio	Ano	Valor médio
1970	13.000\$00	1980	70.000\$00	1990	280.000\$00	2000	0\$00
1971	15.000\$00	1981	80.000\$00	1991	300.000\$00	2001	0\$00
1972	17.000\$00	1982	88.000\$00	1992	330.000\$00	2002	0€
1973	18.000\$00	1983	100.000\$00	1993	345.000\$00	2003	2.500€
1974	20.000\$00	1984	120.000\$00	1994	360.000\$00	2004	2.500€
1975	20.000\$00	1985	140.000\$00	1995	365.000\$00	2005	2.600€
1976	25.000\$00	1986	180.000\$00	1996	375.000\$00	2006	2.600€
1977	35.000\$00	1987	200.000\$00	1997	390.000\$00	2007	2.700€
1978	45.000\$00	1988	220.000\$00	1998	400.000\$00	2008	2.900€
1979	55.000\$00	1989	240.000\$00	1999	450.000\$00	2009	3.000€

Fonte – Arquivo do CEDS, USHE.

Quadro L.4: Valor total dispendido na aquisição de solípedes entre 1996 e 2011.

Ano	Valor	Ano	Valor
1996	39.713.597,00\$	2004	133.262,41€
1997	37.949.000,00\$	2005	66.084,00€
1998	33.950.000,00\$	2006	132.935,93€
1999	6.381.375,00\$	2007	91.728,00€
2000	0,00\$ a)	2008	187.481,40€
2001	0,00\$ b)	2009	155.640,00€
2002	0,00\$ a)	2010	0,00€ a)
2003	138.751,99€	2011	0,00€ a)

a) Não houve remonta;

b) Apenas um solípede adquirido.

Fonte: Arquivo SRLF, USHE.

ANEXO M – Colocações Posteriores à Frequência de Cursos de Equitação

Quadro M.1: Colocações Posteriores à Frequência do CEC de Oficiais, nos últimos 5 anos.

Matricula	colocação	dt ini coloc	dt fim coloc	curso	dt ini curs	dt fim cur	posto
2010988	2º GI-4ªCI/Q	20061218	20080526	CEC	20061206	20070202	131
2010997	RC-ECS	20061218	20070204	CEC	20061206	20070202	131
2000480	RC-E MOTO-BL	20080512	20081231	CEC	20080207	20080505	141
2020013	GECAV-3ºEC(BP)	20080512	20081231	CEC	20080207	20080505	141
2020018	BTER 4	20080508	20080514	CEC	20080207	20080502	141
2020025	DTER NISA	20080508	20080622	CEC	20080207	20080502	141
2020026	ESQ PRESID.	20090101	20101101	CEC	20081008	20081219	141
2031226	DTER GUOUVEIA	20090101	0	CEC	20081008	20081219	141
2031230	GECAV-4ºEC(AJ)	20081219	20081231	CEC	20081008	20081219	141
2031234	GECAV-3ºEC(BP)	20081219	20081231	CEC	20081008	20081219	141
2031236	GECAV-4ºEC(AJ)	20081219	20081231	CEC	20081008	20081219	141
2031244	DT INTERVENÇÃO	20090101	20100711	CEC	20081008	20081219	141
2031247	GECAV-3ºEC(BP)	20081219	20081231	CEC	20081008	20081219	141
2041105	2 ESQ	20091224	0	CEC	20091007	20091218	141
2041108	ESQ PRESID.	20101011	0	CEC	20091007	20091218	141
2041112	4 ESQ CAVALO	20091224	0	CEC	20091007	20091218	141
2041122	3 ESQ CAVALO	20091224	0	CEC	20091007	20091218	141
2041131	2 ESQ	20091224	0	CEC	20091007	20091218	141
2041132	4 ESQ CAVALO	20091224	20101010	CEC	20091007	20091218	141

Fonte: DPORH, CARI.

Quadro M.2: Colocações Posteriores à Frequência do Curso de Monitores de Equitação, nos últimos 10 anos.

Matricula	colocação	dt ini coloc	dt fim coloc	curso	dt ini cur	dt fim cur	
1930741	RC-CMD	20081009	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20070528	20071130	123
1930738	USHE	20090101	20100110	MONIT EQUITAÇÃO	20070528	20071130	123
1930733	RC-CMD	20081009	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20070528	20071130	123
1980959	RC-EM	20080602	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20070528	20071130	131
1991048	4 ESQ CAVALO	20090101	20091221	MONIT EQUITAÇÃO	20080606	20081024	131
1980959	3 ESQ CAVALO	20101102	0	MONIT EQUITAÇÃO	20070528	20071130	131
1970331	RC-EM	20081223	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20070528	20071130	131
1860372	SS/GNR	20060201	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20011008	20020628	202
1950275	3 ESQ CAVALO	20090101	0	MONIT EQUITAÇÃO	20080616	20081024	203
1940277	RC-ECS	20060703	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20051003	20060623	203
1920048	4 ESQ CAVALO	20090101	0	MONIT EQUITAÇÃO	20051003	20060623	203
1920553	BTER 3-CCS	20070129	20081231	MONIT EQUITAÇÃO	20061103	20061103	312

Fonte: DPORH, CARI

Quadro M.3: Colocações Posteriores à Frequência do Curso de Instrutores de Equitação, nos últimos 10 anos.

MATRICULA	COLOCAÇÃO	INI COLO	FIM COLO	CURSO	DT INI CUR	DT FM CUR	POST
1910442	RC-ECS	20011107	20021003	INST EQUITAÇÃO	20011028	20020628	123
1910772	GAB GCM DTGERAL	20030428	20040509	INST EQUITAÇÃO	20011105	20020628	123
1920811	RC-EM	20051004	20081231	INST EQUITAÇÃO	20051003	20060623	123
1930729	RC E PRESID.	20031003	20050927	INST EQUITAÇÃO	20011028	20020628	123
1930736	5ª REP/CG	20040517	20081231	INST EQUITAÇÃO	20021007	20030627	123
1940745	MISHUPAZLIBÉRIA	20040713	20050717	INST EQUITAÇÃO	20021007	20030627	123

1970339	BTER 3-CCS	20061218	20080420	INST EQUITAÇÃO	20051003	20060623	131
---------	------------	----------	----------	----------------	----------	----------	-----

Fonte: DPORH, CARI.

Quadro M.4: Colocações Posteriores à Frequência do Curso de Mestres de Equitação, nos últimos 10 anos.

Matricula	coloc	dt ini coloc	dt fim coloc	curso	dt ini cur	dt fim cur	post
1890745	RC-EM	20090101	20090123	MESTR EQUITAÇÃO	20051003	20060619	122
1900454	RC-EM	20090101	20090123	MESTR EQUITAÇÃO	20051003	20060619	122

Fonte: DPORH, CARI.